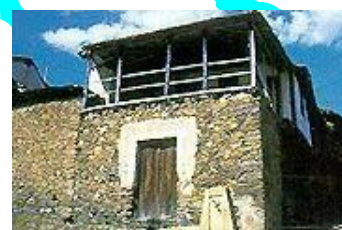


Câmara Municipal de Murça

AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA
Relatório Ambiental



Outubro de 2014

REVISÃO DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL

Índice Geral

<i>AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA</i>	1
<i>1 ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E METODOLOGIA</i>	8
1.1 Enquadramento Legal e Disposições Regulamentares.....	8
1.2 Fundamentos e Objetivos.....	10
1.3 Metodologia	11
<i>2 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO</i>	14
2.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano	14
2.2 Objetivos do Plano e Horizonte Temporal	15
2.3 Conteúdo do Plano Diretor Municipal de Murça.....	16
<i>3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO</i>	18
3.1 Questões estratégicas (QE).....	19
3.2 Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR)	21
3.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE).....	25
3.4 Critérios de avaliação e indicadores	31
<i>4 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA</i>	36
4.1 Ocupação e gestão do território.....	36
4.1.1 Ocupação e usos do solo	36
<i>Percentagem de uso de solo</i>	36
4.1.2 Povoamento.....	40
4.1.3 Expansão urbana.....	42
4.1.4 Síntese da situação atual e tendência de evolução.....	48
4.1.5 Análise SWOT.....	48
4.1.6 Identificação dos Efeitos	49
4.1.7 Avaliação das Opções Estratégicas do Plano	52
4.1.8 Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas	54
4.1.9 Diretrizes	55
4.2 Coesão e desenvolvimento territorial.....	57
4.2.1 População.....	57
4.2.2 Habitação.....	60
4.2.3 Atividades Económicas	65

4.2.4	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	71
4.2.5	Padrões de mobilidade	76
4.2.6	Síntese da situação atual e tendência de evolução.....	78
4.2.7	Análise SWOT.....	78
4.2.8	Identificação dos Efeitos	79
4.2.9	Avaliação das Opções Estratégicas do Plano	81
4.2.10	Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas	83
4.2.11	Diretrizes	84
4.3	Recursos territoriais	86
4.3.1	Recursos Hídricos	86
4.3.2	Recursos florestais.....	87
4.3.3	Recursos cinegéticos e piscícolas.....	88
4.3.4	Recursos minerais	89
4.3.5	Património cultural, arquitetónico e edificado.....	90
4.3.6	Síntese da situação atual e tendência de evolução.....	90
4.3.7	Análise SWOT.....	91
4.3.8	Identificação dos Efeitos	91
4.3.9	Avaliação das Opções Estratégicas do Plano	94
4.3.10	Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas	97
4.3.11	Diretrizes	98
4.4	Qualidade ambiental	99
4.4.1	Saneamento básico	99
4.4.2	Qualidade do Ar.....	103
4.4.3	Ruído.....	105
4.4.4	Riscos naturais e tecnológicos.....	106
4.4.5	Energia.....	111
4.4.6	Síntese da situação atual e tendência de evolução.....	114
4.4.7	Análise SWOT.....	114
4.4.8	Identificação dos Efeitos	115
4.4.9	Avaliação das Opções Estratégicas do Plano	117
4.4.10	Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas	119
4.4.11	Diretrizes	120
5	PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL	122

6	<i>SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL</i>	128
7	<i>CONCLUSÃO</i>	138
8	<i>BIBLIOGRAFIA</i>	142
9	<i>GLOSSÁRIO</i>	144
10	<i>ANEXOS</i>	146
10.1	Monumentos, Conjuntos e Sítios classificados	146
10.2	Elementos não classificados com interesse patrimonial	147
10.3	Ponderação dos pareceres das entidades consultadas	149

INTRODUÇÃO

Este documento constitui o Relatório Ambiental do Plano Diretor Municipal de Murça (PDMM) e foi elaborado de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de Fevereiro e no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de Maio.

Estes diplomas legais estabelecem o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente, com o intuito de estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável. Enquanto instrumentos de ordenamento rural e urbano ou de utilização dos solos, os planos diretores municipais ficam assim sujeitos a um processo de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), cabendo à Câmara Municipal de Murça, enquanto entidade proponente do referido plano, a responsabilidade da AAE. Esta responsabilidade abrange, nomeadamente: a decisão de elaborar a AAE; a determinação do seu âmbito e alcance, bem como a consulta de entidades e do público sobre estes aspetos; a preparação do Relatório Ambiental e respetivas consultas públicas e institucionais; e a apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente.

Importa desde já referir que o processo de revisão do PDM de Murça iniciou-se oficialmente no ano de 2003, cerca de quatro anos antes do início do processo de Avaliação Ambiental Estratégica exigido pela entrada em vigor dos D.L. n.º 232/2007, de 15 de Junho, e D.L. n.º 316/2007, de 17 de Setembro, estando portanto algo avançado nomeadamente no que dizia respeito aos fundamentos e orientações gerais para a revisão do Plano, à elaboração dos estudos de caracterização e diagnóstico do território municipal e às orientações estratégicas para a revisão do Plano, pese embora o fato de as incidências e intervenções físicas territoriais perspectivadas (sobretudo no que diz respeito à Planta de Ordenamento) ainda não estarem concluídas.

Todavia, verificou-se desde logo que a revisão do PDM de Murça, e conforme a metodologia desenvolvida quer nos Estudos de caracterização do Território Municipal, quer no relatório de Visão Prospetiva e Estratégica da Proposta de Plano, integrava já uma forte preocupação com a sustentabilidade ambiental do município, em várias vertentes, com particular destaque para as questões de contenção urbana e reforço urbano dos principais aglomerados, para proteção das áreas sensíveis (REN, RAN e EEM).

A presente AAE teve um papel algo limitado ao nível do seu contributo para a definição das opções estratégicas/territoriais do PDM de Murça, procurando sobretudo avaliar os riscos e as oportunidades ambientais e para a sustentabilidade decorrentes das propostas territoriais do modelo de espacialização das opções estratégicas, ou seja, a expressão das estratégias do Plano no modelo territorial, tendo em conta as medidas de zonamento e

regulamentares, os indicadores de monitorização, bem como o programa de execução e financiamento.

O presente documento está organizado em sete capítulos. No primeiro, intitulado «Enquadramento, Objetivos e Metodologia», é feito o enquadramento legal da AAE e as disposições regulamentares relativas ao conteúdo do relatório, descritos os fundamentos técnicos e os objetivos e enunciada a metodologia adotada para a sua concretização.

No segundo capítulo, intitulado «Descrição do Objeto de Avaliação», são apresentados os fundamentos do plano, bem como a justificação para a sua revisão, os seus objetivos e horizonte temporal e o conteúdo do mesmo.

No terceiro capítulo, intitulado «Fatores Críticos para a Decisão», são apresentadas as Questões Estratégicas (QE), os Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR), o Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE) e ainda os critérios e os indicadores de avaliação.

No quarto capítulo, intitulado «Avaliação de Impactes de Natureza estratégica», é analisada, para cada FCD e respetivos critérios, a situação atual e tendências de evolução, identificados os efeitos decorrentes da implementação do plano, avaliadas as opções estratégicas do plano, enunciadas as vantagens e desvantagens das opções estratégicas e formuladas as diretrizes que visam minimizar os impactes negativos e potenciar as oportunidades decorrentes do plano.

No quinto capítulo, intitulado «Programa de Avaliação e Controlo Ambiental», apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e seguimento da componente ambiental, representando o modo como a AAE se deverá manter ativa para apoiar a implementação do plano, nomeadamente, através da definição de indicadores e parâmetros monitorização e avaliação do desempenho ambiental.

No sexto capítulo, intitulado "Síntese da Avaliação Ambiental", é realizada uma síntese dos resultados da avaliação ambiental desenvolvida para a totalidade dos fatores críticos considerados.

No sétimo e último capítulo são apresentadas as conclusões da AAE.

1 ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E METODOLOGIA

1.1 Enquadramento Legal e Disposições Regulamentares

O Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de Junho, que transpõe para a ordem jurídica nacional as Diretivas n.º 2001/42/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho de 2001, e n.º 2003/35/CE, do Parlamento e do Conselho, de 26 de Maio, veio estabelecer o regime a que fica sujeita a avaliação ambiental dos efeitos de determinados planos e programas, nomeadamente os Planos Diretores Municipais enquanto instrumentos de ordenamento urbano e rural ou de utilização dos solos, suscetíveis de induzir efeitos significativos no ambiente.

A avaliação ambiental consiste, segundo a alínea a) do artigo 2º do referido Decreto-Lei, na identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes do plano, sendo realizada durante as fases de preparação e elaboração e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a uma eventual ratificação. Concretiza-se através da elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, junto das entidades a quem possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, pressupondo a ponderação dos resultados obtidos na decisão final e a sua divulgação pública.

A determinação do âmbito da avaliação a realizar, bem como o alcance e nível de pormenorização da informação a considerar, são da competência da Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela elaboração do PDM. No entanto, esta deve solicitar às entidades a quem, em virtude das suas responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do plano, um parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental. De entre estas entidades, o diploma legal salienta a Agência Portuguesa do Ambiente, o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, o INAG - Instituto da Água, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte e a Direção Regional de Saúde Norte.

O relatório ambiental deverá identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente resultantes da aplicação do PDM, as suas alternativas razoáveis que tenham em conta os objetivos e o âmbito de aplicação territorial respetivos. Este relatório deverá incluir os seguintes elementos:

- A descrição geral do conteúdo e dos principais objetivos do plano e das suas relações com outros planos e programas pertinentes;
- As características ambientais das zonas suscetíveis de serem significativamente afetadas, os aspetos pertinentes do estado atual do ambiente e a sua provável evolução se não forem aplicados o PDM;
- Os problemas ambientais pertinentes para o plano, incluindo os relacionados com as zonas de especial importância ambiental;

- Os objetivos ambientais pertinentes a nível internacional, comunitário ou nacional que sejam pertinentes para o plano e a forma como estes objetivos foram considerados na sua preparação;
- Os eventuais efeitos significativos no ambiente com a aplicação do plano (secundários, cumulativos, sinérgicos, de curto, médio e longo prazos, permanentes e temporários, positivos e negativos) em aspetos relacionados com a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais, o património cultural, incluindo o património arquitetónico e arqueológico, a paisagem e a inter-relação entre os fatores supracitados;
- As medidas destinadas a prevenir, reduzir e eliminar quaisquer efeitos adversos significativos no ambiente resultantes da aplicação do plano;
- As razões que justificam as alternativas escolhidas e uma descrição do modo como se procedeu à avaliação, incluindo todas as dificuldades encontradas na recolha das informações necessárias;
- Uma descrição das medidas de controlo previstas para identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

Refere-se ainda no ponto 2 do artigo 6º do referido Decreto-Lei, que o relatório ambiental inclui as informações que sejam razoavelmente consideradas como necessárias para a avaliação ambiental, tendo em conta os conhecimentos e métodos de avaliação disponíveis e o conteúdo e o nível de pormenor do plano.

O relatório ambiental, juntamente com o projeto de PDM, deverá ser submetido à apreciação por parte das entidades relevantes, atrás referidas, as quais se pronunciam sobre os mesmos no prazo de 30 dias, bem como a consulta pública, com uma duração não inferior a 30 dias, devendo esta ser publicitada através dos meios eletrónicos e da publicação, em pelo menos duas edições sucessivas, de um jornal de circulação local ou regional, caso seja justificado.

Após a aprovação do PDM, a Câmara Municipal deverá remeter à Agência Portuguesa do Ambiente uma declaração ambiental, da qual conste:

- A forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal;
- As observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações;
- As razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração;
- As medidas de controlo previstas com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

1.2 Fundamentos e Objetivos

A avaliação ambiental do Plano Diretor Municipal inscreve-se, do ponto de vista teórico e metodológico, na área técnico-científica da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE). Segundo Partidário (2007), a AAE constitui um instrumento de avaliação de impactes de natureza estratégica cujo objetivo é facilitar a integração ambiental e a avaliação de oportunidades e riscos de estratégias de ação no quadro de um desenvolvimento sustentável. Em termos gerais, e segundo as diversas fontes da literatura especializada, os seus objetivos são:

- Contribuir para um processo de decisão ambiental e sustentável;
- Melhorar a qualidade das políticas, dos planos e dos programas;
- Fortalecer e facilitar a Avaliação de Impactes Ambientais dos projetos;
- Promover novas formas de tomada de decisão.

Ainda do ponto de vista da mesma autora, e do ponto de vista metodológico, a AAE deve adotar uma abordagem estratégica assente numa perspetiva de longo prazo, holística, transversal e muito focalizada em poucos, mas significativos fatores de análise que são estratégicos para decisão. O âmbito da AAE inclui aspetos de natureza física, ecológica, social, cultural e económica, na medida em que são relevantes para determinar a qualidade da envolvente em que se vive. Enquanto abordagem estratégica, a AAE prossegue três objetivos específicos:

- Assegurar a integração das considerações ambientais, sociais e económicas nos processos de planeamento, de programação e de elaboração política;
- Detetar oportunidades e riscos, avaliar e comparar soluções alternativas de desenvolvimento enquanto estas ainda se encontram em discussão;
- Contribuir para o estabelecimento de contextos de desenvolvimento mais adequados a futuras propostas de desenvolvimento.

Com estes objetivos, a AAE poderá contribuir igualmente para:

- Assegurar uma visão estratégica e uma perspetiva alargada em relação às questões ambientais, num quadro de sustentabilidade;
- Auxiliar na identificação, seleção e justificação de opções ganhadoras (win-win) face aos objetivos de ambiente e desenvolvimento;
- Contribuir para a discussão de grandes opções e para uma decisão mais sustentável (em termos ambientais, sociais e económicos);
- Detetar problemas e oportunidades estratégicos nas opções em análise e facilitar a consideração de impactes cumulativos;
- Sugerir programas de seguimento, através de monitorização estratégica;

- Assegurar a integração das questões ambientais no processo de decisão, enquanto as opções ainda estão em discussão;
- Assegurar processos participados e transparentes, que envolvam todos os agentes relevantes;
- Promover decisões mais integradas em relação aos diversos pontos de vista (definidos em função de fatores técnicos e de valores político-culturais).

1.3 Metodologia

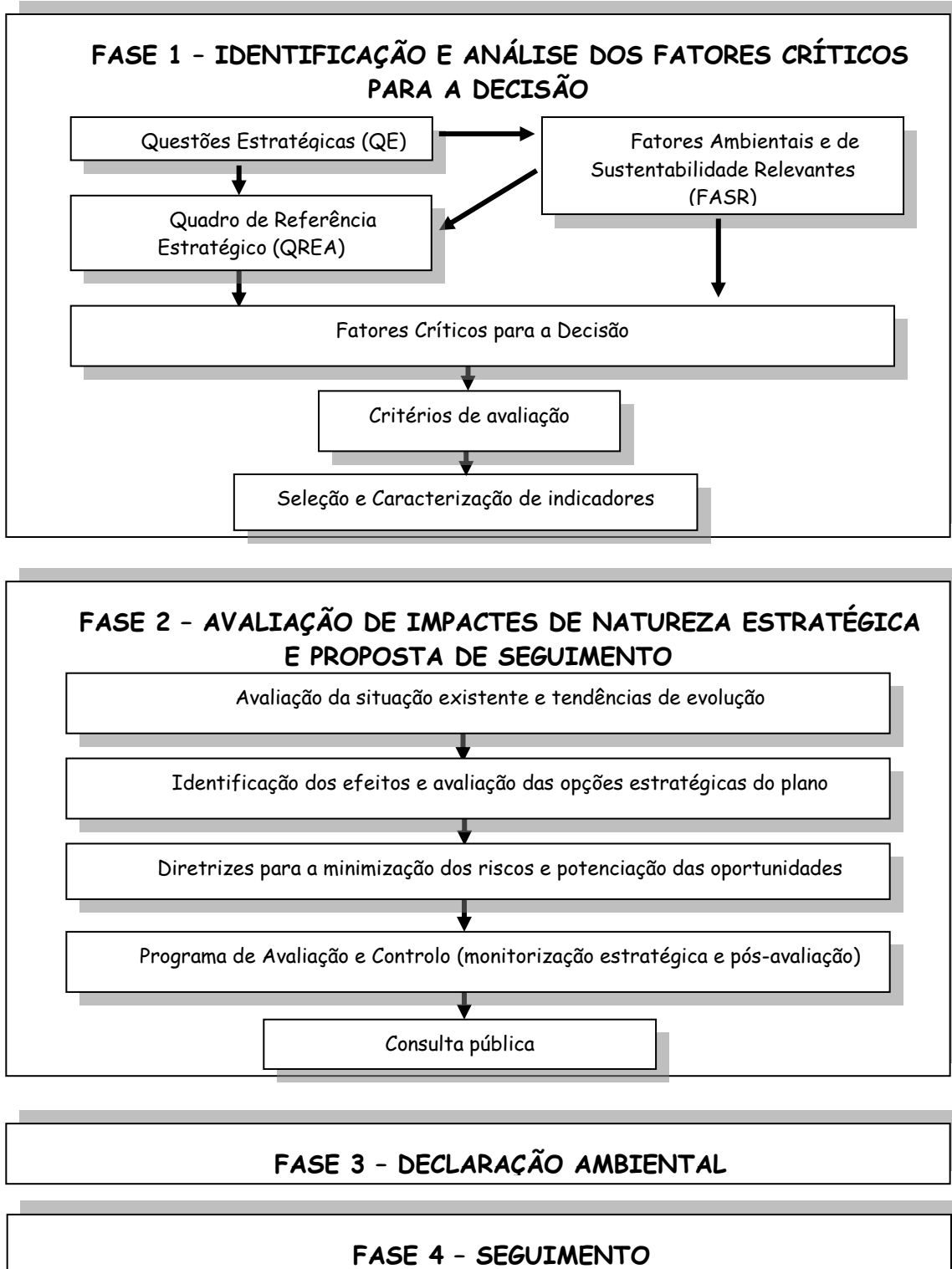
Tendo por base o enquadramento legal sobre a avaliação ambiental estratégica formulados nos pontos anteriores, a metodologia de AAE incluiu 2 componentes fundamentais: uma componente de análise e avaliação técnica e uma componente de participação e envolvimento de agentes, incluindo a consulta de autoridades em áreas relevantes para a AAE no processo.

Considerando a AAE como um facilitador estratégico de processos de sustentabilidade, a metodologia a adotar para a elaboração do relatório ambiental do PDM deverá assentar num conjunto de pressupostos essenciais, nomeadamente:

- A integração da AAE no processo de planeamento e programação traduz-se na avaliação da articulação de processos, calendários, consultas, partilha de dados de base e informação;
- A AAE será objeto de um relatório específico e autónomo dos diversos documentos que constituem o PDM e das respetivas avaliações;
- A AAE abrange as opções estratégicas definidas no PDM, bem como as suas incidências e intervenções físicas territoriais perspectivadas, identificados no âmbito da sua aplicação, dando lugar à preparação do relatório ambiental;
- A metodologia proposta deverá cumprir os requisitos do Decreto-Lei nº 232/2007 e da Diretiva 2001/42/CE e do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Territorial (Decreto-Lei nº 380/99, alterado pelo Decreto lei n.º 316/2007, Portaria 1474/2007), com a adaptação necessária à escala das estratégias que compõem o respetivo PDM;
- A elaboração do relatório de AAE depende dos pareceres emitidos pelas entidades com responsabilidades ambientais específicas, em conformidade e nos prazos definidos no nº 4 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 232/2007;
- A informação de base a utilizar será a disponível para análise, devendo a sua natureza e detalhe, bem como os resultados obtidos, ser adequados ao âmbito e à escala do respetivo Plano Diretor Municipal;
- Como referencial de AAE, consideram-se os programas e planos e a diversa legislação em vigor em matéria ambiental e do ordenamento do território, bem como a demonstração da sua incorporação no PDM;

- A consulta do público e das autoridades com responsabilidade ambiental é realizada na sequência da elaboração do relatório ambiental do PDM, conforme estipulado no artigo 7º do Decreto-Lei nº 232/2007.

A metodologia adotada para a AAE do PDM de Murça foi organizada em quatro fases principais.



Numa primeira fase foram definidos e analisados os Fatores Críticos Para a Decisão (FCD). Estes fatores constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A definição dos FCD resultou de uma análise integrada das Questões Estratégicas (QE), do Quadro de Referência Estratégico (QREA) e dos Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes (FASR).

Numa segunda fase vão ser avaliados os diversos impactes de natureza estratégica gerados pela aplicação do novo PDM, definindo-se um conjunto de diretrizes para minimização dos impactes negativos e de potenciação dos impactes positivos e ainda um programa de avaliação e controlo que inclui os indicadores de monitorização e as recomendações para a fase de pós-avaliação.

A terceira da AAE corresponde à elaboração da declaração ambiental, a qual deverá ser remetida, após a aprovação do PDM, à Agência Portuguesa do Ambiente. Esta declaração deverá incluir os seguintes elementos: a forma como as considerações ambientais e o relatório ambiental foram integrados no Plano Diretor Municipal; as observações apresentadas durante a consulta às entidades ambientais relevantes e agentes locais e os termos da respetiva ponderação, bem como a justificação do não acolhimento dessas observações; as razões que fundaram a aprovação do plano à luz das alternativas razoáveis abordadas durante a sua elaboração e as medidas de controlo previstas, com o intuito de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos.

A quarta e última fase tem como objetivo dar sequência a um programa de seguimento que deverá acompanhar a implementação do plano. Este programa de seguimento é de importância fulcral para trabalhar as múltiplas dimensões de incerteza que caracterizam qualquer processo de decisão estratégico, e para poder continuar a assegurar o contributo da AAE na integração das questões de ambiente e sustentabilidade no processo decisão.

2 DESCRIÇÃO DO OBJETO DE AVALIAÇÃO

A avaliação ambiental incide sobre as opções estratégicas preconizadas na proposta de revisão do Plano Diretor Municipal de Murça. Esta revisão foi feita à luz do quadro legal e normativo aplicável, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 48/98, de 11 de Agosto) e o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial (Decreto-Lei nº 380/99, de 22 de Setembro e o Decreto-Lei n.º 316/2007, de 19 de Dezembro). De notar que, neste caso, a elaboração do plano está já na sua fase final pelo que não se poderá adotar integralmente a metodologia preconizada na literatura especializada, nomeadamente a avaliação de cenários e propostas alternativas.

2.1 Justificação e fundamentos da elaboração do plano

De acordo com a legislação em vigor, os Planos Diretores Municipais são obrigatoriamente revistos ao fim de um período de 10 anos, a contar da data da sua aprovação e, eventualmente, ratificação. No caso do PDM de Murça, para além deste requisito legal, outras razões foram invocadas, nomeadamente:

- Adequação do plano às disposições do novo regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, nomeadamente a Lei de Bases da Política de Ordenamento do Território e Urbanismo e os diferentes decretos regulamentares (DL 380/99; Lei 56/2007 e DL 316/2007);
- Adequação e/ou transposição para o plano das estratégias, orientações e diretrizes dos novos programas e planos com incidência no território municipal, em particular a ENDS, o PNPOT, PROT-N, o PSRN 2000;
- Desenvolvimento do modelo territorial e de ordenamento, tendo em conta não só as dinâmicas socioeconómicas registadas no concelho ao longo da última década mas também a estratégia e as prioridades de desenvolvimento formuladas pela Câmara Municipal;
- Revisão dos mecanismos de gestão territorial e urbana tendo em conta a experiência acumulada com a implementação do atual plano mas também a introdução de normas e critérios resultantes quer do novo enquadramento jurídico dos instrumentos de gestão territorial, quer dos novos planos e programas com incidência no concelho;
- Atualização e correção da informação estatística e cartográfica, nomeadamente a transposição para uma escala e um suporte adequados (cartografia digital à escala 1:25 000) das plantas de ordenamento e de condicionantes e a criação de um Sistema de Informação Geográfica de suporte ao planeamento e à gestão do território municipal.

2.2 Objetivos do Plano e Horizonte Temporal

No início do processo de revisão do Plano Diretor Municipal de Murça foi estabelecido um conjunto de objetivos estratégicos e instrumentais quer para a proposta de plano, quer para a natureza das disposições técnicas e regulamentares nele contidas. De forma resumida esses objetivos são os seguintes:

- Traduzir para o âmbito municipal o quadro de desenvolvimento do território estabelecido nos instrumentos de natureza estratégica de âmbito nacional e regional (ENDS, PNPOT, PROT-N, PIOTADV), bem como dos instrumentos de política sectorial ou de natureza especial (PBHD, PSRN2000, etc.);
- Conceber um modelo de ordenamento do território municipal compatível com a estratégia e as prioridades de desenvolvimento socioeconómico preconizada pelo município e a qual deve valorizar os principais recursos e atividades do concelho, nomeadamente agroflorestais e turísticas;
- Assegurar a gestão programada do território municipal, garantindo assim a eficácia do plano no combate à dispersão urbana e no controle dos processos de edificação e de urbanização;
- Definir a estrutura ecológica municipal bem como as normas e os critérios técnicos para a utilização dos solos nela incluídos;
- Definir os princípios e os critérios da garantia da qualidade ambiental e da preservação do património cultural, tendo em vista assegurar a sustentabilidade do território e a qualidade de vida das populações e ainda a defesa e a valorização dos valores patrimoniais;
- Definir os princípios e os critérios técnicos para a localização de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas, tendo em vista a racionalização dos investimentos públicas e a garantia de uma efetiva igualdade de oportunidades das populações no acesso a estes;
- Definir os critérios de localização e distribuição das atividades industriais, turísticas, comerciais e de serviços, tendo em vista um uso adequado do solo e a salvaguarda do princípio do equilíbrio territorial;
- Definir os parâmetros do uso do solo e de uso e fruição do espaço público, tendo em conta as características específicas do território, o modelo de povoamento do concelho e ainda a melhoria da qualidade de vida que se pretende alcançar com a implementação do plano.

O horizonte temporal previsto para o plano é de 10 anos. No entanto, e de acordo com a legislação em vigor, o plano poderá ser revisto antes desse limite temporal, desde que existam razões fundamentadas que o justifiquem.

2.3 Conteúdo do Plano Diretor Municipal de Murça

O regulamento que serve de suporte legal à elaboração e vigência do PDM é o mesmo que define a composição do plano, contendo a descrição das peças que o compõem e distinguindo os elementos constitutivos dos elementos de acompanhamento do plano. Atendendo ao disposto no Artigo 85.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, na sua atual redação, e na Portaria 138/2005, de 2 de Fevereiro, constituem parte integrante do PDM os seguintes elementos:

- A caracterização económica, social e biofísica;
- A definição e caracterização da área de intervenção, identificando as redes urbanas, viária, de transportes e de equipamentos;
- A identificação da estrutura ecológica municipal, definida pelos sistemas de proteção dos valores e recursos naturais, culturais, agrícolas e florestais;
- Os objetivos prosseguidos, os meios disponíveis e as ações propostas;
- A referência espacial dos usos e das atividades;
- A identificação das áreas e a definição de estratégias de localização, distribuição e desenvolvimento das diversas atividades humanas;
- A definição de estratégias para o espaço rural;
- A identificação e a delimitação dos perímetros urbanos;
- A definição de programas na área habitacional;
- A especificação qualitativa e quantitativa dos índices, indicadores e parâmetros de referência urbanísticos ou de ordenamento, bem como os de natureza supletiva aplicáveis na ausência destes;
- A definição de unidades operativas de planeamento e gestão (UOPGs);
- A programação da execução das opções de ordenamento estabelecidas;
- A identificação de condicionantes, designadamente reservas e zonas de proteção, bem como das necessárias à concretização dos planos de proteção civil de carácter permanente;
- As condições de atuação sobre áreas críticas, situações críticas de emergência ou de exceção, bem como sobre áreas degradadas em geral;
- As condições de reconversão das áreas urbanas de génese ilegal (AUGIs);
- A identificação das áreas de interesse público para efeitos de expropriação, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- Os critérios para a definição das áreas de cedência, bem como a definição das respetivas regras de gestão;
- Os critérios de perequação compensatória de benefícios e encargos, previstos nas UOPGs;

- A articulação do modelo de organização municipal do território nos demais instrumentos de gestão territorial aplicáveis;
- O prazo de vigência e as condições de revisão.

O PDM, como instrumento de gestão territorial, contem ainda os elementos requeridos e necessários à representação do modelo de estrutura espacial do território municipal e à identificação das áreas consideradas aptas ou inaptas para a edificação. Estes revestem-se de uma grande utilidade e importância para a interpretação e aplicação do plano, devendo portanto a documentação expressa ser acompanhada por um conjunto de documentos que justificam e fundamentam as opções inseridas no PDM. É a Portaria n. 138/2005, de 2 de Fevereiro que fixa por definitivo os documentos que devem acompanhar o PDM, dividindo-os em documentos constitutivos e em documentos acompanhantes.

Documentos constitutivos:

- Regulamento;
- Planta de Ordenamento;
- Planta de Condicionantes.

Documentos de acompanhamento:

- Estudos de caracterização do território municipal;
- Relatório fundamentado das soluções adotadas;
- Programa com disposições indicativas sobre a execução de intervenções municipais;
- Planta de Enquadramento Regional;
- Planta da situação existente à data da revisão;
- Planta de Património
- Planta da Rede Viária
- Planta de Riscos Naturais
- Planta com a indicação das licenças ou autorizações de operações urbanísticas emitidas e informações prévias favoráveis em vigor ou declaração da Câmara Municipal comprovativa da inexistência desses compromissos urbanísticos na área do plano;
- Relatório Ambiental;
- Participações recebidas em sede de discussão pública e respetivo relatório de ponderação;
- Fichas de dados estatísticos, elaboradas de acordo com um modelo elaborado pela DGT.

3 FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO

Os fatores críticos constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, uma vez que identificam os aspetos a ter em conta na conceção da estratégia e das ações que as implementam, para melhor satisfazer objetivos ambientais e um futuro mais sustentável (Partidário, 2007). A identificação destes fatores resultou de uma análise integrada das questões estratégicas (QE) formulados para o Plano Diretor Municipal de Murça, das questões ambientais relevantes identificadas com base na legislação em vigor e no âmbito, natureza e alcance deste plano territorial e do Quadro de Referência Estratégico Ambiental (QRE). Os fatores críticos adotados não correspondem integralmente à proposta indicativa formulada no documento de definição do âmbito e alcance da AAE. As alterações introduzidas foram feitas com base nos contributos das entidades consultadas e no exercício de reflexão entretanto desenvolvido pela equipa técnica. Os fatores críticos inicialmente apresentados foram aglutinados em quatro grupos principais.

Os Fatores Críticos para a Decisão, a seguir enunciados e sumariamente descritos, resultam dos procedimentos legalmente estabelecidos para a definição do âmbito da avaliação ambiental estratégica.

1. **Ocupação e gestão do território:** Contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspetos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infraestruturas públicas.
2. **Coesão e desenvolvimento territorial:** Atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspetos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas.
3. **Recursos Territoriais:** Compreende a dimensão da proteção e valorização dos recursos endógenos, incluindo os aspetos relacionados com os recursos hídricos, a biodiversidade, a paisagem e o património cultural.
4. **Qualidade ambiental:** Aborda a dimensão das condições e da qualidade de vida da população, incluindo os aspetos relacionados com os níveis de cobertura e a eficiência das redes de saneamento básico e resíduos, a qualidade da água e do ar, o ruído, a energia e os riscos naturais e tecnológicos.

3.1 Questões estratégicas (QE)

As opções estratégicas preconizadas para o plano resultaram do exercício desenvolvido pela equipa técnica em estreita articulação com a Câmara Municipal, e a qual permitiu construir o cenário desejável para o concelho num horizonte de 10 anos. Este cenário procura traduzir a ambição do concelho em matéria de desenvolvimento e de ordenamento, a qual é marcada pela vontade de fazer de Murça um concelho mais: **atrativo, competitivo, dinâmico, ordenado, sustentável e com qualidade de vida**

- Um concelho mais atrativo, no sentido de uma maior capacidade de fixação da população, de maior poder de atracção de novos residentes e de captação de maiores e mais diversificados investimentos produtivos.
- Ordenado, no sentido de um controle mais estreito da expansão urbana e da dispersão do habitat ou ainda de uma melhor harmonização e compatibilização dos diferentes usos do solo rural.
- Competitivo, no sentido de melhorar e qualificar os fatores que influenciam o seu posicionamento nos diferentes mercados, regional, nacional e internacional.
- Dinâmico, no sentido de maiores iniciativas e investimentos produtivos, que conduzam a uma diversificação da base económica, à geração de mais riqueza e emprego.
- Sustentável, no sentido de uma proteção e valorização eficaz dos recursos e valores naturais e culturais, de um planeamento, execução e gestão eficiente e racional das infraestruturas, equipamentos e serviços e de uma melhoria progressiva dos indicadores de qualidade ambiental.
- Com qualidade de vida, no sentido de garantir a toda a população a igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços públicos fundamentais e aos padrões contemporâneos de qualidade de vida.

Destes pilares decorre um conjunto de opções estratégicas onde foram estabelecidos um conjunto de objetivos específicos, os quais procuram definir as prioridades em matéria de desenvolvimento e de ordenamento que o município se propõe concretizar.

DESÍGNIOS	OPÇÕES ESTRATÉGICAS OBJETIVOS ESPECÍFICOS
UM TERRITÓRIO MAIS ATRATIVO	1. Reforçar a capacidade de atracção e de polarização do concelho Consolidar o papel e as funções urbanas e económicas da Vila Atrair e fixar novos residentes Atrair e fixar iniciativas e investimentos
UM TERRITÓRIO MAIS ORDENADO	2. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial Reforçar o papel e as funções dos polos urbanos secundários Completar, reordenar e requalificar as redes de infraestruturas básicas Completar, reordenar e requalificar a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna 3. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da Vila Reestruturar e requalificar os perímetros urbanos contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos Harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural
UM TERRITÓRIO MAIS DINÂMICO E COMPETITIVO	4. Consolidar o papel e a importância económica dos sectores vitivinícola e olivícola Incentivar e apoiar a modernização dos sectores âncora Melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto destes setores Qualificação e valorização da paisagem. 5. Reforçar o turismo como atividade geradora de mais-valias Criar condições para a instalação de projetos de desenvolvimento turístico Diversificar as iniciativas locais direcionadas ao turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais
UM TERRITÓRIO MAIS SUSTENTÁVEL E COM QUALIDADE DE VIDA	6. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal Utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos

Quadro 1- Desígnios, opções estratégicas e objetivos específicos no PDM de Murça

3.2 Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes (FASR)

Os fatores ambientais e de sustentabilidade definem o âmbito ambiental relevante e deverão atender não só aos fatores ambientais legalmente estabelecidos (a biodiversidade, a população, a saúde humana, a fauna, a flora, o solo, a água, a atmosfera, os fatores climáticos, os bens materiais e o património cultural) mas também aos objetivos estratégicos do plano, à escala de avaliação e, consequentemente, a sua relevância.

Tendo em conta os estes fatores ambientais, bem como as características do território municipal ou ainda a natureza, o alcance e as opções estratégicas preconizadas no Plano, procedeu-se à identificação das incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para cada uma das opções e objetivos associados (quadro 3). No quadro seguinte apresentam-se a relação entre os fatores críticos, os fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes e os aspetos ambientais Legais.

Aspetos ambientais DL n.º 232/2007	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes	Fatores Críticos para a Decisão
Biodiversidade Fauna Flora	Biodiversidade Recursos Territoriais	Recursos Territoriais
População Saúde humana	Qualidade ambiental Mobilidade Riscos naturais e tecnológicos	Qualidade ambiental Coesão e desenvolvimento territorial
Ar Solo Água	Qualidade do ambiental Mobilidade Riscos Naturais e Tecnológicos	Qualidade ambiental
Fatores climáticos	Recursos Territoriais Riscos naturais e tecnológicos	Recursos Territoriais
Bens materiais	Desenvolvimento territorial Mobilidade	Coesão e desenvolvimento territorial
Património cultural	Património cultural Paisagem	Recursos Territoriais

Quadro 2- Fatores ambientais e de sustentabilidade relevantes por FCD.

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes
1. Reforçar a capacidade de atracção e de polarização do concelho Consolidar o papel e as funções urbanas e económicas da Vila, atrair e fixar novos residentes e atrair e fixar iniciativas e investimentos	Consolidação da rede de Equipamentos de Acção Social; Ampliação do cemitério Municipal Projetar e difundir uma imagem do concelho associada à qualidade de vida; Incentivos a fixação de jovens casais e à natalidade; Recuperação e requalificação do bairro do Pinheirinho e bairro Heroi Milhões Promoção dos recursos, potencialidades e atividades económicas do concelho. Ampliação da zona industrial/oficinal de Murça	Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da coesão territorial Atração e fixação de população, contribuindo para a contenção das dinâmicas de despovoamento das zonas rurais e para o desenvolvimento territorial Atração ou realocação de empresas e atividades industriais, favorecendo o desenvolvimento territorial, a qualidade ambiental e a da paisagem Aumento potencial dos riscos tecnológicos provocados pela instalação de atividades industriais
2. Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial Reforçar o papel e as funções dos polos urbanos secundários, completar, reordenar e requalificar as redes de infraestruturas básicas e completar, reordenar e requalificar a rede viária concelhia e facilitar a mobilidade interna	Adaptação e recuperação dos edifícios escolares para centros de artesanato, das artes e ofícios tradicionais e de acolhimento de artistas Recuperação e requalificação dos espaços públicos em diversas localidades do concelho. Reforço da rede de saneamento público. Prolongamento da Via Circular a Murça desde a rua dos Fornos até à rua Frei Diogo Reconversão e beneficiação da rede viária municipal	Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da coesão territorial Melhoria dos níveis de atendimento de infraestruturas e da qualidade ambiental do concelho Incremento da mobilidade e eventual diminuição da qualidade ambiental sonora
3. Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural Reestruturar e requalificar o perímetro urbano da	Recuperação e requalificação dos espaços públicos em diversas localidades do concelho Reconfiguração dos perímetros urbanos Requalificação urbanística do espaço urbano	Redução dos investimentos em infraestruturas novas e incremento da eficiência das redes existentes, com a melhoria da coesão territorial e da qualidade ambiental

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes
Vila, reestruturar e requalificar os perímetros urbanos contendo e disciplinando a expansão urbana e a edificação fora dos perímetros urbanos e harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural	consolidado Disponibilização de solo urbano para novas edificações Criar condições para a legalização das construções	Pressão eventual sobre os recursos territoriais (solos inseridos na REN e na RAN) e a paisagem
4. Consolidar o papel e a importância económica dos sectores vitivinícola e olivícola Incentivar e apoiar a modernização dos sectores âncora, melhorar as condições externas de funcionamento e os custos de contexto destes setores e qualificar e valorizar a paisagem.	Reforço da dotação de solo industrial para a instalação de novas unidades do setor agroalimentar (Ampliação da zona industrial/oficinal de Murça) Instalação e reforço da rede de fibra ótica com ligação à zona industrial e principais áreas urbanas do concelho e na requalificação tecnológica Uso sustentável dos recursos produtivos e práticas agrícolas tradicionais	Pressão eventual sobre os recursos territoriais (solos inseridos na REN e na RAN) e a paisagem Aumento potencial dos riscos tecnológicos provocados pela instalação de novas atividades Industriais Diversificação das atividades económicas e promoção do desenvolvimento territorial
5. Reforçar o turismo como atividade geradora de mais-valias Criar condições para a instalação de projetos de desenvolvimento turístico e diversificar as iniciativas locais direcionadas ao turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais	Adaptação e recuperação dos edifícios florestais para aproveitamento turístico Adaptação e recuperação de um edifício para museu etnográfico Projeto de mobilidade do Tua, com a construção do centro interpretativo, equipamentos de suporte à ferrovia, e equipamentos de lazer junto à albufeira. Estímulo à criação de unidades e de atividades de natureza social Adaptação e recuperação dos edifícios escolares para centros de artesanato, das artes e ofícios tradicionais e de acolhimento de artistas	Pressão eventual sobre os recursos territoriais (solos inseridos na REN e na RAN) e a paisagem Diversificação das atividades económicas e promoção do desenvolvimento territorial Melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais e da coesão territorial Atração e fixação de população, contribuindo para a contenção das dinâmicas de despovoamento das zonas rurais e para o desenvolvimento territorial

Opções Estratégicas e Objetivos Específicos	Natureza das Intervenções	Fatores Ambientais e de Sustentabilidade Relevantes
6. Preservar e valorizar a biodiversidade e o património natural, paisagístico e cultural, utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos Proteger e valorizar a Estrutura Ecológica Municipal e utilizar de modo sustentável os recursos naturais e prevenir e minimizar os riscos naturais e tecnológicos	Delimitação dos componentes urbanos e rurais da Estrutura Ecológica Municipal Preservar e recuperar sistemas fundamentais da paisagem (cabecos, zonas húmidas, áreas declivosas) Manutenção/recuperação da drenagem natural das linhas de água em espaços urbanos.. Manutenção e incentivo da agricultura em solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN e antrossolos) Delimitação das áreas de risco (incêndio, erosão, inundação) e definição das medidas de proteção Implementação de medidas de reforço na área da proteção civil, nomeadamente a abertura de aceiros, construção de postos de vigia e limpeza de matas Adaptação e recuperação dos edifícios florestais para apoio de associações de proteção da natureza de carácter público	Conservação e valorização da biodiversidade e melhoria da qualidade ambiental Controle dos fatores e redução dos impactes dos riscos naturais (erosão, inundação e incêndio) Preservação e valorização dos sistemas naturais mais frágeis e dos recursos territoriais (solos e água) Preservação e valorização do património cultural (sítios arqueológicos, edifícios e espaços culturais), natural (sítios e valores) e da paisagem

Quadro 3- Incidências de natureza ambiental e em termos de sustentabilidade para as opções estratégicas do PDMM.

3.3 Quadro de Referência Estratégico (QRE)

O Quadro de Referência Estratégico Ambiental estabelece o macro enquadramento da avaliação ambiental, sendo constituído pelas estratégias, programas e planos que enquadram estrategicamente o PDM de Murça e para o qual estabelecem objetivos e/ou metas de sustentabilidade. Tendo em conta a natureza do plano e o âmbito e os objetivos da avaliação, foram identificados os seguintes instrumentos de enquadramento estratégico:

- Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Plano Regional de Ordenamento do Território Norte (PROT-N);
- Plano da Bacia Hidrográfica do Rio Douro (PBHRD);
- Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN);
- Programa Operacional Regional Norte (PO NORTE);
- Estratégia Nacional para a Conservação da Natureza e da Biodiversidade (ENCNB);
- Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico (PNBEPH);
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSUII);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento Águas Residuais II (PEAASARII);
- Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT);
- Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural (PENDR);
- Plano de Desenvolvimento Turístico do Vale do Douro (PDTVD);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal Barroso Padrela (PROFBP);
- Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI);
- Programa Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional do Uso Eficiente da Água (PNUEA);
- Diretiva Quadro da Água (Diretiva nº 2000/60/CE).

Nos quadros seguintes são identificadas as estratégias, os programas e os planos que constituem o referencial estratégico de cada um dos FCD considerados, bem como as opções estratégicas preconizadas nesses instrumentos. A análise destas opções permitiu-nos estabelecer as relações de relevância entre os FCD e os instrumentos de enquadramento identificados (Quadro 8). De notar que os objetivos e as metas

específicas aplicáveis a cada variável, e que constituem os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM de Murça será avaliado estrategicamente, serão descritos no próximo capítulo.

FCD	QRE	Objetivos Globais
Ocupação e Gestão do Território	PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado - Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola Articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais) Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território)
	PBHRD	Articular o ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um melhor ordenamento do território (...) e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento
	PO NORTE	Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e interconectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da qualidade de vida dos cidadãos
	PROFBP	Expandir e reabilitar o património florestal Valorizar as áreas florestais
	PENDR	Promover o correto ordenamento do espaço rural

Quadro 4- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico para a Decisão «Ocupação e Gestão do Território»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Coesão e Desenvolvimento Territorial	ENDS	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social Valorização equilibrada do território
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar</i> - Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços coletivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida
	PROT-N	Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) Conformação e concretização dos sistemas / redes fundamentais de conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior
	QREN	Promover o crescimento sustentado através, especialmente, do objetivo do aumento da competitividade dos territórios; Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um melhor ordenamento do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento
	PO NORTE	<i>Valorização económica de recursos específicos</i> , enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e do seu capital simbólico e identitário <i>Valorização e qualificação territorial</i> , através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e inclusiva
	PENDR	Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal Diversificação da economia nas zonas rurais Reforço da coesão territorial e social
	PENT	Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas
	PDTV	Proceder à territorialização das temáticas de atração, de modo a conseguir concentrar fluxos, viabilizando estruturas de qualidade Atrair e apoiar a instalação de um conjunto de empreendimentos turísticos estruturantes, de natureza privada e pública
	PROFBP	Valorizar as áreas florestais: Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais Consolidar a atividade florestal: Melhorar a área florestal, com intervenções adaptadas às condições locais e compatíveis com a região e com a espécie

Quadro 5- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Coesão e Desenvolvimento Territorial»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Recursos Territoriais	ENDS	Gestão Eficiente do Património Natural
	PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, floresta e espaços de potencial agrícola Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza
	PNAC	Promoção da eletricidade produzida por fontes renováveis de energia Melhoria da eficiência energética dos edifícios
	PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais) Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PBHRD	Gestão da procura (abastecimento de água às populações e atividades económicas) Valorização social e económica dos recursos hídricos
	PO NORTE	Valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário
	PNBEPH	Contribuição para as metas de produção de energia com origem em fontes renováveis Redução da dependência energética nacional Redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)
	ENCNB	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais
	PENDR	Correto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão do território
	PROFBP	Valorizar as áreas florestais: Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais; Consolidar a atividade florestal: Aumentar a área florestal, com arborizações adaptadas às condições locais e compatíveis com a região; Promover a reposição do potencial produtivo de algumas zonas, através da obtenção de material de qualidade, com valorização apreciável
	PNA	Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira da utilização dos recursos hídricos Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica
	PNUEA	Promover o uso eficiente da água nos sectores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico, quer em situação hídrica normal quer durante períodos de seca.

Quadro 6- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Recursos Territoriais»

FCD	QRE	Objetivos Globais
Qualidade Ambiental	ENDS	Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente
	PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar - Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos</i>
	PROT-N	Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)
	PBHRD	Proteção das águas e controlo da poluição Proteção da natureza Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição
	QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais
	PO NORTE	<i>Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva</i> <i>Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da própria empresa e da qualidade de vida dos cidadãos</i>
	PERSUII	Reduzir, reutilizar e reciclar Separar na origem e minimizar a deposição em aterro
	PEAASARII	Universalidade, continuidade e qualidade do serviço Proteção dos valores ambientais
	PNA	Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da componente recursos hídricos nas políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água

Quadro 7- QRE e opções estratégicas para o Fator Crítico de Decisão «Qualidade Ambiental»

	ENDS	PNPOT	PNAC	PROT-N	PBHRD	QREN	PO NORTE	ENCNB	PERSUITI	PEAASAR II	PENT	PENDR	PDTV	PROFBP	PNA	PNUEA
Ocupação e Gestão do Território																
Coesão e Desenvolvimento Territorial																
Recursos Territoriais																
Qualidade Ambiental																

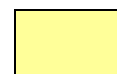
Quadro 8- Relevância do Quadro de Referência Estratégico por Fator Crítico para a Decisão



Relação forte



Relação intermédia



Relação fraca/nula

3.4 Critérios de avaliação e indicadores

Nos quadros 9 a 12 apresentam-se os objetivos, critérios e indicadores selecionados para cada FCD que suportarão a avaliação ambiental.

Importa lembrar que os Fatores Críticos de Decisão não pretendem descrever exaustivamente a situação tendencial existente mas realçar apenas os aspetos críticos mais relevantes para a AAE e as opções estratégicas de ordenamento e de desenvolvimento do Plano Diretor Municipal de Murça.

Os critérios adotados na fase de avaliação ambiental estratégica propriamente dita não correspondem exatamente à proposta indicativa formulada no documento de definição do âmbito e alcance da AAE oportunamente apresentado. As alterações introduzidas foram feitas com base nos contributos das entidades consultadas e no exercício de reflexão entretanto desenvolvida pela equipa técnica, à luz de outros exercícios similares. Estes critérios são:

- Ocupação e usos do solo
- Povoamento
- Expansão urbana
- População
- Habitação
- Atividades económicas
- Acesso a bens e serviços públicos fundamentais
- Mobilidade
- Recursos hídricos
- Recursos florestais
- Recursos cinegéticos e piscícolas
- Recursos minerais
- Património arqueológico, cultural e edificado
- Saneamento básico
- Qualidade do ar
- Ruído
- Riscos naturais e tecnológicos
- Energia

Quanto aos indicadores, a sua escolha foi feita não só com base na sua pertinência para a avaliação estratégica, à luz dos objetivos preconizados para cada FCD e dos conteúdos dos diferentes critérios, mas também da efetiva disponibilidade da informação correspondente. De realçar que o levantamento desta informação foi feito a partir dos estudos elaborados no âmbito do processo de revisão do PDM, bem como outros estudos complementares ou ainda junto das entidades especializadas (INE). Em alguns casos pontuais, procedeu-se à recolha e tratamento de dados específicos considerados relevantes para a avaliação.

FCD 1 - OCUPAÇÃO E GESTÃO DO TERRITÓRIO		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDMM ao nível da ocupação e usos do solo e da distribuição espacial das pessoas e das atividades, incluindo a edificação dispersa e da urbanização difusa.		
Critérios	Descrição	Indicadores
Ocupação e usos do solo	Avaliação das principais dinâmicas de ocupação e uso do solo rural e dos mecanismos de proteção e valorização do solo com elevado potencial agrícola ou das áreas ecologicamente sensíveis	-Percentagem de uso de solo -Variação de áreas afetadas à RAN e REN
Povoamento	Avaliação das dinâmicas de despovoamento rural e de concentração urbana e das estratégias de reequilíbrio territorial	-Variação da densidade populacional -Peso demográfico por nível hierárquico da rede urbana -Percentagem de população residente em áreas predominantemente urbanas
Expansão urbana	Avaliação das dinâmicas de dispersão e de urbanização difusa, de racionalização das redes de infraestruturas e das estratégias de controlo e programação da expansão urbana	-Percentagem de solo urbano sobrando -Percentagem do solo urbanizável infraestruturado

Quadro 9- Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD «Ocupação e Gestão do Território»

FCD 2 - COESÃO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDMM ao nível das dinâmicas demográficas e construtivas, da dinamização da economia local, da igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços fundamentais e da mobilidade.		
Critérios	Descrição	Indicadores
População	Avaliação das dinâmicas de crescimento/regressão demográfica, bem como da estrutura da população ativa e da empregabilidade	-Variação população ativa -Variação da população residente -Variação da estrutura etária da população residente - Variação da taxa de desemprego
Habitação	Avaliação das dinâmicas construtivas, das condições de alojamento, incluindo a situação do património edificado e a sua reabilitação	-Variação do nível de dotação de instalações do parque habitacional -Percentagem de edifícios com necessidade de reparação -Variação dos alojamentos vagos -Dinâmica de licenciamento -Variação do peso de licenças para reconstrução
Atividades Económicas	Avaliação das dinâmicas económicas ao nível agrícola, industrial e turístico, bem como das condições de atração de novas iniciativas	-Variação da superfície agrícola útil -Variação do número de sociedades -Variação da oferta de solo industrial -Variação da capacidade turística -Taxa de ocupação da zona industrial
Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	Avaliação do grau de cobertura das principais redes de equipamentos e serviços públicos coletivos, bem como das condições de acesso	-Cobertura da rede de creches e centros ATL -Cobertura da rede de ensino pré-escolar -Cobertura da rede de 1º ciclo do ensino básico -Cobertura da rede de 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. -Cobertura da rede de cuidados de saúde públicos -Cobertura da rede de lares de 3ª idade, centros de dia e serviços de apoio domiciliário -Cobertura da rede de equipamentos desportivos
Mobilidade	Avaliação das dinâmicas de expansão da rede rodoviária, dos tempos de acesso aos principais centros urbanos e do grau de cobertura dos serviços de transporte coletivo público	-Percentagem de distribuição modal -Taxa de cobertura dos serviços de transporte públicos

Quadro 10- Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD «Coesão e Desenvolvimento Territorial»

FCD 3 - RECURSOS TERRITORIAIS		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDMM ao nível da conservação e gestão dos recursos hídricos, da biodiversidade e da paisagem bem como dos recursos e valores patrimoniais.		
Critérios	Descrição	Indicadores
Recursos hídricos	Avaliação do grau de proteção e utilização dos recursos hídricos, bem como da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	-Variação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos -Número de descargas de águas residuais sem tratamento prévio
Recursos florestais	Avaliação das funções de produção e conservação dos espaços florestais, sob o ponto de vista económico e ambiental	-Área do concelho ocupada por área florestal -Área florestal sujeita a planos de gestão florestal
Recursos cinegéticos e piscícolas	Avaliação do potencial cinegético e piscícola para a dinamização da economia rural e atracção turística	-Área submetida a regime cinegético especial -Número de associações, sociedade o clube de caça e pesca existentes
Recursos minerais	Avaliação do potencial da exploração de recursos minerais no concelho	-Ocorrências de minerais metálicos e não metálicos com interesse para a exploração
Património arqueológico, cultural e edificado	Avaliação da aposta municipal na proteção do património cultural, arqueológico e edificado, bem como na sua valorização em termos de afirmação da identidade local e da dinamização económica	-Presença e grau de conservação do património cultural, arquitetónico e edificado

Quadro 11- Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD «Recursos Territoriais»

FCD 4 - QUALIDADE AMBIENTAL		
Objetivo: Considerar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDMM ao nível das questões ambientais relevantes para o concelho, nomeadamente em termos de saneamento básico, resíduos sólidos domésticos, qualidade do ar, ruído e riscos naturais e tecnológicos.		
CrITÉRIOS	Descrição	Indicadores
Saneamento Básico	Avaliação do grau de cobertura das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, da qualidade da água de abastecimento e dos respetivos níveis de serviço	-Variação da taxa de cobertura de abastecimento de água -Taxa de cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais -Variação da população servida por estações de tratamento de águas residuais
	Avaliação dos graus de cobertura do sistema de recolha de RSU, das dinâmicas de produção de resíduos e das taxas de reciclagem	-Variação da produção de RSU -Variação de resíduos recolhidos seletivamente -Número de ecopontos -Variação da quantidade de resíduos depositados em aterros sanitários
Qualidade do ar	Avaliação da qualidade do ar	-Variação da emissão de gases poluentes
Ruído	Avaliação dos níveis de ruído nos principais aglomerados urbanos	-Percentagem de área urbanas ou urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis
Riscos Naturais e Tecnológicos	Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos naturais e tecnológicos	-Variação da área florestal ardida -Variação do número de ocorrências de incêndios florestais -Percentagem das áreas com risco de incêndio alto e muito alto -Índice de intensidade sísmica -Vulnerabilidade à ocorrência de cheias -Número de ocorrências de deslizamentos ou desprendimentos de terrenos
Energia	Avaliação da energia produzida por fontes de energia renováveis e o uso eficiente da energia nos edifícios	-Evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo -Promoção da eletricidade produzida por fontes de energia renováveis

Quadro 12- Objetivos, critérios e indicadores de avaliação para o FCD «Qualidade Ambiental»

4 AVALIAÇÃO DE IMPACTES DE NATUREZA ESTRATÉGICA

Nesta secção é realizado para cada FCD o diagnóstico da situação atual e tendências de evolução do território. A esta análise preliminar segue-se a avaliação dos efeitos ambientais, em termos de oportunidades e riscos, que decorrem da aplicação das opções estratégicas definidas no âmbito da revisão do PDM. Por fim, são definidas diretrizes destinadas a prevenir e evitar ou reduzir os efeitos adversos que decorrem da aplicação das opções estratégicas do plano.

4.1 Ocupação e gestão do território

Com este FCD pretende-se avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM ao nível das dinâmicas de ocupação do solo e da distribuição espacial das pessoas e das atividades, incluindo a edificação dispersa e da urbanização difusa. Para tal, foram definidos os seguintes critérios de avaliação:

4.1.1 Ocupação e usos do solo

Situação atual e tendência de evolução

Percentagem de uso de solo

Neste ponto importa saber a variação da percentagem do território ocupada por espaços agrícolas e florestais bem como a variação da área ocupada por inculto. É para isso efetuada uma análise da variação da ocupação do solo segundo cinco classes principais: urbano, agrícola, florestal, inculto e superfícies com água. Para esta análise procedeu-se a uma comparação entre a Carta de Ocupação do Solo de 1990 e a de 2007 (COS 90 e COS 2007).

No que diz respeito ao uso atual do solo, de acordo com a COS 2007 o território é composto por uma simbiose de áreas agrícolas, florestais e de inculto maioritariamente, estando as áreas agrícolas mais associadas aos núcleos rurais e a floresta e os incultos às zonas mais declivosas do concelho. Constata-se que as áreas de incultos são a classe dominante, representando 41,59% da superfície do concelho, seguindo-se as áreas agrícolas com 30,50% e a floresta que representa 26,18%. Com menos representatividade surgem as superfícies com água.

Verificou-se que a área florestal e a área agrícola diminuíram, 2626,38ha e 351,8ha respetivamente, e um aumento dos incultos (+2992,24ha), denotando uma tendência de abandono das atividades primárias.

Grandes classes e usos	Área (ha)		Área (%)	
	1990	2007	1990	2007
Urbano	326,79	317,11	1,72	1,67
Agrícola	6128,37	5776,57	32,36	30,50
Florestal	7584,54	4958,16	40,05	26,18
Inculto	4884,30	7876,54	25,79	41,59
Superfícies com água	14,44	10,26	0,08	0,05

Quadro 13- Variação da área ocupada pelas diferentes classes.

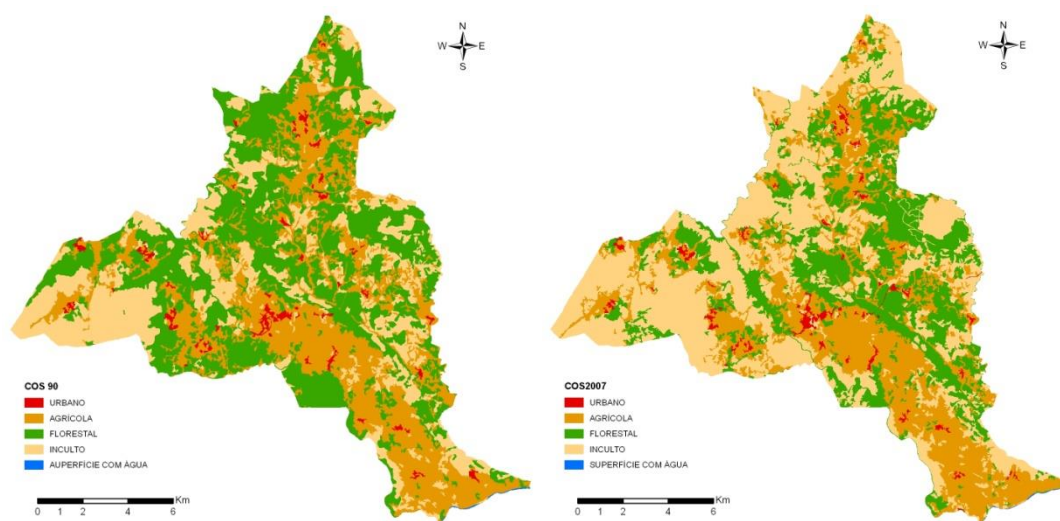


Figura 1- Cartas de ocupação do solo de 1990 e 2007, segundo grandes grupos
 Fonte: COS 90 e COS 2007

É ainda de salientar houve uma diminuição dos espaços urbanos na COS 2007 comparativamente a 1990. Porém, à que ter em atenção que, na escala de elaboração da COS90, é mais vulnerável o erro em categorias menos dominantes como é o caso dos espaços urbanos. Numa análise mais fina, verificamos que, efetivamente houve um ligeiro aumento destes.

Relativamente à categoria correspondente aos planos de água constata-se que a percentagem de ocupação no território é ligeiramente inferior no período em análise.

A dinâmica no sector agrícola deve-se à influência dos seguintes agentes:

- A monocultura vitícola, muito dependente da procura externa;
- As oscilações da produtividade (onde as alterações climáticas são influentes);
- A concorrência de produtos de diferentes origens;
- Os movimentos migratórios e o envelhecimento da população agrícola sem instrução e formação profissional que afetam a mão-de-obra tornando-a cada vez mais escassa e cara.

Variação de áreas afetadas à REN e RAN

Com a delimitação da Reserva Ecológica Nacional (REN) pretende-se definir uma estrutura de proteção e valorização ambiental onde são integrados os sistemas mais sensíveis do ponto de vista ecológico, indispensáveis ao bom funcionamento ecológico e equilíbrio do território. Estes sistemas são fundamentais para a manutenção do ciclo hidrológico e para a proteção das componentes fundamentais da paisagem, tais como: leitos dos cursos de água; zonas ameaçadas pelas cheias; áreas de máxima infiltração; cabeceiras de linhas de água; áreas com risco de erosão e escarpas.

Uma vez que existe um desfasamento notório da REN vigente quando sobreposta com a nova cartografia de base utilizada para a revisão do plano, a proposta de uma nova REN constituiu um dos objetivos estratégicos do plano. O processo de redelimitação dos sistemas biofísicos que compõem a REN foi realizado de acordo com critérios de delimitação presentes na legislação em vigor e aceites pelas entidades de tutela. A nova proposta de REN teve também em conta a continuidade inter-sistemas e a articulação com as propostas dos concelhos vizinhos, de forma a assegurar a continuidade à escala supramunicipal e a uniformidade nos critérios de delimitação dos sistemas.

Depois de validada em visitas efetuadas ao terreno e em reuniões sectoriais, os sistemas biofísicos da REN sofreram ajustamentos e subtrações decorrentes de propostas de exclusão de áreas efetivamente já comprometidas e de áreas necessárias para satisfação de carências existentes.

REN	ha
REN do PDM vigente	10945,97
REN bruta proposta na revisão do PDM	11488,48
Áreas excluídas	162,42
REN Final Proposta	11326,06
Variação na área afeta à REN	+380,09

Quadro 14- Variação das áreas afetadas à REN

Da redelimitação da REN do âmbito da revisão do PDM de Murça, resultou um expressivo aumento de área classificada, o que, em complemento com a regulamentação preconizada no regulamento, constitui um claro reforço dos mecanismos de proteção das áreas ecologicamente sensíveis.

As áreas classificadas como RAN constituem um recurso agrícola de elevada importância e incluem os solos de maior aptidão agrícola. A delimitação destes solos e a sua proteção permite assegurar uma melhor defesa e manutenção das áreas de maior produtividade agrícola fundamentais para a economia da região.

No processo de revisão do PDM verificou-se que os solos agrícolas integrados na RAN apresentavam desfasamentos resultantes de erros de transposição cartográfica. Para a retificação das áreas da RAN recorreu-se a cartografia mais detalhada que permitiu uma delimitação mais precisa dos solos que efetivamente devem fazer parte da RAN. Depois de corrigidas e ajustadas foram excluídas as áreas que se encontravam sobrepostas com áreas urbanas consolidadas ou necessárias à expansão dos aglomerados. Por outro lado, foram incluídas áreas adjacentes às linhas de água formadas por solos de aluvião de elevada aptidão agrícola.

RAN	ha
RAN do PDM vigente	931,7
Áreas incluídas na RAN	808,74
Áreas excluídas da RAN	139,8
RAN final proposta	1600,7
Variação na área afeta à RAN	+668,9

Quadro 15- Variação das áreas afetadas à RAN

Do resultado da redelimitação da RAN, resultou um substancial aumento das áreas classificadas, reforçando assim o PDM os mecanismos de proteção e valorização do solo com elevado potencial agrícola.

Sem a revisão do PDM as áreas da REN e da RAN apresentariam erros resultantes de desfasamentos com a nova cartografia de base adotada e incongruências relativamente aos critérios metodológicos que devem nortear a delimitação destas áreas.

A intensificação dos processos de desafetação de áreas da REN e da RAN têm provocado a desconexão e a ocupação incorreta de sistemas ecológicos fundamentais para o equilíbrio ambiental do território. De forma a contrariar esta situação, os sistemas da REN e da RAN excluídos de espaços urbanos durante o processo de reconfiguração dos espaços urbanos foram integradas na Estrutura Ecológica em Solo Urbano, ficando sujeitas a regras de ocupação do solo mais vocacionadas para atividades de recreio e lazer.

4.1.2 Povoamento

Situação atual e tendência de evolução

Variação da densidade populacional

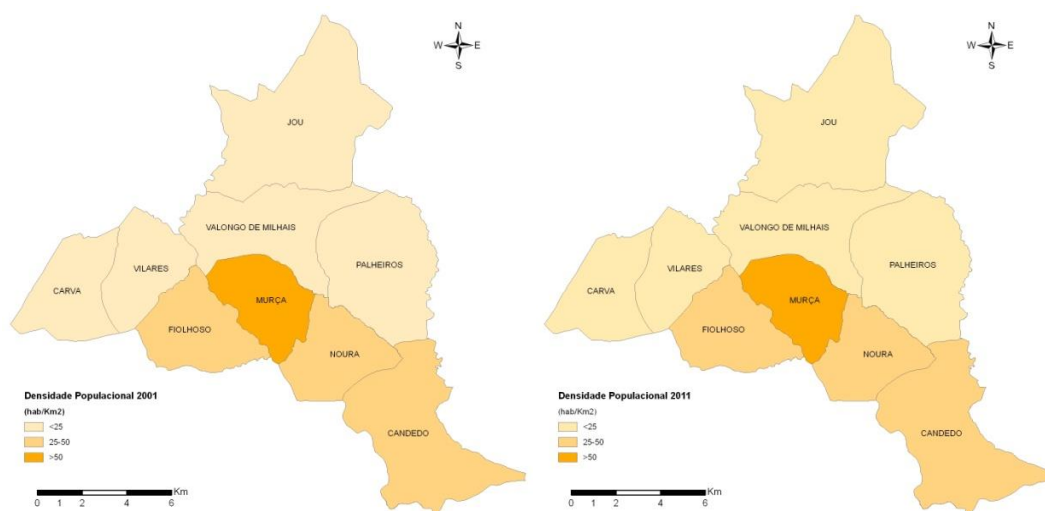


Figura 2- Densidade populacional 2001 e 2011
Fonte: INE

Um dos indicadores mais pragmáticos para análise da dinâmica do povoamento registado é sem dúvida a densidade populacional e a sua variação ao longo dos últimos anos. Da leitura dos mapas da evolução da densidade populacional não é perceptível uma dinâmica substancial em termos de povoamento, mas numa análise quantitativa (não por intervalos) é notória a concentração da população na sede do município. De 2001 para 2011, à exceção da freguesia de Carva, a densidade populacional diminuiu em todas, sendo o caso mais evidente em Fiolhoso com uma perda na ordem dos 9 hab/km² no espaço de 10 anos. É nas freguesias periféricas do concelho, que as densidades são mais baixas, onde se destacam negativamente as freguesias de Palheiros, Valongo de Milhais, Vilares e Jou.

Esta dinâmica demográfica é reflexo de um território que perdeu população devido às migrações e devido à falta de atração económica, logo caracterizado por gerar poucas oportunidades de emprego.

Atente-se de igual modo que, as migrações ocorridas nas últimas décadas, não foram a única causa de desertificação humana destes territórios, o rápido envelhecimento da população e a consequente quebra da taxa de natalidade contribuíram também para o agravamento desta realidade.

Peso demográfico por nível hierárquico da rede urbana

A tipologia de áreas urbanas, para fins estatísticos, é o resultado de um trabalho conjunto desenvolvido pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) e pela Direção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano (DGOTDU). A tipologia das Áreas Urbanas é composta por três níveis, dos quais dois são urbanos:

Nível 1 - Áreas predominantemente urbanas (APU): freguesias não urbanas que possuam densidade populacional superior a 100 hab/Km² e inferior ou igual a 500 hab/Km², ou que integrem um lugar com população residente superior ou igual a 2000 habitantes e inferior a 5000 habitantes; as freguesias urbanas incluídas na área urbana, segundo orientações e critérios de funcionalidade/planeamento; as freguesias sedes de concelho com população residente superior a 5.000.

Nível 2 - Áreas Mediamente Urbanas (AMU): integram as freguesias semiurbanas não incluídas na área predominantemente urbana e as freguesias sedes de concelho não incluídas na área predominantemente urbana.

Nível 3 - Áreas Predominantemente Rurais (APR): Constituem as APR's os restantes casos.

No concelho de Murça apenas se encontram duas tipologias, são elas as Áreas Predominantemente Rurais e as Áreas Mediamente Urbanas. Do total das 9 freguesias, apenas Murça obedece aos parâmetros que a permitem classificar como Área Mediamente Urbana, as restantes inserem-se na categoria das APR.

Pela figura seguinte conseguimos perceber a disposição destas tipologias no território e perceber as dificuldades que este enfrenta em termos demográficos.

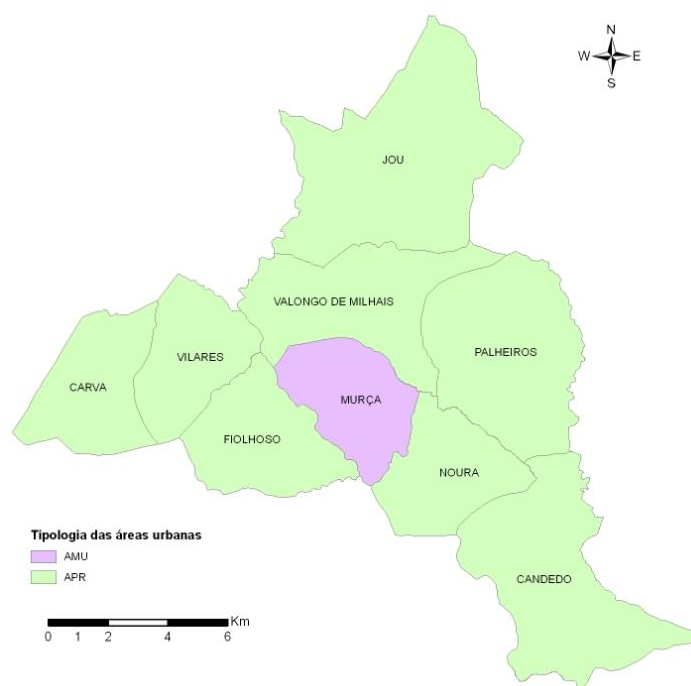


Figura 3- Tipologia das Áreas Urbanas em 2011, por freguesia
Fonte: INE, 2011

Tipologia das Áreas Urbanas/Peso Demográfico, em 2011 (%)		
Freguesia	Tipologia	Peso Demográfico no Concelho
Candedo	APR	16,83
Carva	APR	4,52
Fiolhoso	APR	7,59
Jou	APR	10,99
Murça	AMU	35,89
Noura	APR	9,66
Palheiros	APR	5,58
Valongo de Milhais	APR	5,53
Vilares	APR	3,41

Quadro 16- Tipologia das Áreas Urbanas/Peso Demográfico em 2011 (%), por freguesia
Fonte: INE, Censos 2011

4.1.3 Expansão urbana

Situação atual e tendência de evolução

Percentagem de solo urbano sobrando

O concelho caracteriza-se por uma ocupação urbana algo dispersa, que se tem evidenciado sobretudo ao longo das vias rodoviárias, contribuindo para a descaracterização da paisagem e ocupação inapropriada de áreas produtivas provocando graves problemas ao nível do planeamento e rentabilização das infraestruturas e equipamentos sociais.

Recentemente assistiu-se a um fenómeno que tem subvertido este sistema de organização urbana. Embora grande parte dos aglomerados tenha assistido ao declínio da sua população, verifica-se que as novas construções – quase sempre habitações unifamiliares – têm tido algum incremento, implantando-se, normalmente, fora dos núcleos tradicionais históricos, ao longo das estradas de acesso aos aglomerados, não se verificando assim uma colmatção dos aglomerados existentes, mas uma tendência crescente para a sua dispersão e alongamento. Este fenómeno pode ter várias explicações:

- A generalidade da população mais jovem e/ou emigrante, considerar os arruamentos dos aglomerados demasiado estreitos e, portanto, sem oferecer condições de salubridade e acessos consideradas necessárias;
- Em alguns casos, as infraestruturas básicas estarem unicamente implantadas nas estradas que dão acesso aos aglomerados, resultando daí uma especial apetência para a construção, em relação aos terrenos que as acompanham;
- As dimensões das parcelas e o seu uso atual (vinha), existentes no interior dos aglomerados, não serem consideradas atrativas para a implantação de edifícios segundo os parâmetros da construção moderna;

- Em muitos casos, a população mais jovem, filhos de agricultores ou emigrantes, não está mais interessada em dedicar-se à agricultura, preferindo ocupar terrenos de família com habitação própria e, simultaneamente, comércio ou pequenas oficinas, evitando assim despendar recursos monetários na compra de terreno.

Este conjunto de circunstâncias tem levado a uma degradação progressiva da paisagem, por um lado porque vão sendo ocupados com construção solos que muitas vezes têm aptidão agrícola e, por outro, porque a ausência de planeamento urbano e a proliferação da construção dispersa tem degradado as paisagens naturais em que o concelho é rico.

Freguesia	Aglomerados Urbanos	Áreas Urbanas e Urbanizáveis (ha)	Área Edificada		Área Sobrante	
			ha	%	ha	%
Jou	Aboleira	13,4	4,0	29,8	9,4	70,2
Vilares	Asnela	3,4	1,2	36,2	2,2	63,8
Jou	Banho	8,5	1,7	20,1	6,8	79,9
Fiolhoso	Cadaval/Levandeira	52,4	11,4	21,7	41,0	78,3
Candedo	Candedo	27,0	8,0	29,6	19,0	70,4
Carva	Carva	22,3	8,7	38,8	13,7	61,2
Valongo de Milhais	Carvas	20,2	4,8	23,8	15,4	76,2
Jou	Castelo	3,8	1,0	25,6	2,8	74,4
Jou	Cimo de Vila/Freiria	36,8	9,8	26,5	27,1	73,5
Carva	Cortinhas	23,2	7,3	31,6	15,8	68,4
Fiolhoso	Fiolhoso	41,1	15,7	38,3	25,3	61,7
Vilares	Fonte Fria	8,8	2,1	23,4	6,8	76,6
Jou	Granja	2,5	0,1	5,2	2,3	94,8
Candedo	Martim	24,0	6,7	28,1	17,3	71,9
Jou	Mascanho	7,5	1,7	22,6	5,8	77,4
Candedo	Monfebres	9,5	3,8	40,5	5,6	59,5
Murça	Murça/Cabeço	166,4	43,6	26,2	122,8	73,8
Noura	Noura	26,3	11,0	41,9	15,3	58,1
Jou	Novainho/Rio	5,6	1,1	20,4	4,4	79,6
Palheiros	Palheiros	15,4	5,5	35,6	9,9	64,4
Palheiros	Paredes	3,8	1,4	36,4	2,4	63,6
Jou	Penabeice	5,4	1,3	24,5	4,1	75,5
Candedo	Porrais	26,1	6,7	25,7	19,4	74,3
Murça	Ratiço	20,6	4,2	20,6	16,3	79,4
Valongo de Milhais	Ribeirinha	8,0	2,4	29,7	5,6	70,3
Palheiros	Salgueiro	10,5	1,9	17,8	8,6	82,2
Valongo de Milhais	Serapicos	20,8	5,7	27,5	15,1	72,5
Noura	Sobredo	17,2	5,0	29,3	12,2	70,7
Candedo	Sobreira	19,5	4,9	24,8	14,7	75,2
Jou	Toubres	14,7	4,0	27,3	10,7	72,7
Jou	Vale d'Égua	7,6	2,3	30,7	5,2	69,3
Valongo de Milhais	Valongo de Milhais	14,0	4,3	30,9	9,7	69,1
Palheiros	Vargos	8,5	2,9	33,6	5,6	66,4
Vilares	Vilares	33,3	11,6	34,7	21,8	65,3
TOTAL		728,1	207,9	28,5	520,2	71,5

Quadro 17- Área total, ocupada e sobrança dos aglomerados.

Os 34 aglomerados considerados no PDM vigente têm uma área total de 728,1ha albergando 6553 habitantes, apresentando uma densidade populacional média de 9,0 hab/ha, podendo este valor ser considerado baixo mas coerente com as características do território.

Dos 728,1ha de área total dos aglomerados urbanos, 207,9ha correspondem a áreas urbanas e 520,2ha a áreas urbanizáveis, representando respetivamente 28,5% e 71,5% da área total dos aglomerados urbanos.

Da análise dos quadros anteriores verifica-se que em termos de dimensão o aglomerado de Murça/ Cabeço (sede do concelho) é destacadamente o maior, seguido dos aglomerados de Candedo/ Levandeira e de Fiolhoso, na outra extremidade estão, os perímetros de Granja, Asnela, Castelo e Paredes, todos eles com áreas inferiores a 5ha.

As maiores percentagens de área edificada encontram-se em Monfegres e Noura, com percentagens superiores a 40%. Por outro lado o perímetro de Granja apresenta uma percentagem de solo edificado inferior a 6%. A grande maioria dos aglomerados tem uma área edificada situada entre os 20% e os 40% do total das áreas Urbanas e Urbanizáveis.

O concelho apresenta perímetros urbanos muito heterogéneos quer em dimensão quer em população, mas todos eles apresentando uma baixa densidade populacional. A área sobrance é em todos os casos muito significativa, embora não se possa considerar que toda ela esteja efetivamente disponível para a edificação, pois na maioria dos casos, as características do solo e o seu uso atual, confere-lhes uma inaptidão técnica para esse fim. Chama-se também a atenção para o facto de que a análise efetuada procurou identificar as áreas edificadas e não as áreas consolidadas. Estas últimas integram as primeiras mas incluem igualmente os logradouros envolventes às edificações e os espaços públicos de vivência e fruição, pelo que nem toda a área contabilizada como sobrance pode ser considerada, em termos líquidos, como área disponível nos perímetros urbanos.

Cabe ao Plano Diretor Municipal, como instrumento de ordenamento do território, dotar os órgãos de gestão autárquica de condições que estimulem a edificação em áreas urbanas e de urbanização programada, contrariando a tendência de dispersão de construções ao longo das vias de comunicação por todo o concelho. O aumento da edificação dispersa, que se tem verificado nestes últimos anos, tem contribuído para a descaracterização da paisagem, nomeadamente ao longo das vias, diluindo cada vez mais o limite urbano/rural, provocando graves problemas ao nível do planeamento e rentabilização das redes de infraestruturas e dos equipamentos sociais.

A proposta de perímetros urbanos considera 33 aglomerados urbanos, com uma área total de 1050,1 ha de solo urbano, dos quais cerca de 84% correspondem a áreas qualificadas como espaços urbanizados, 2% correspondem a espaços verdes e 14% a espaços de expansão urbana.

A proposta de Plano apresenta assim um reforço dos perímetros de onde resultou um aumento de cerca de 321,7ha. Este reforço de área urbana localiza-se maioritariamente nos aglomerados principais do concelho (Murça, Cimo de Vila/Freiria e Palheiros) visando uma clara resposta às dinâmicas de procura de solo para urbanização do município e contribuindo para o reforço estratégico da hierarquia urbana definida para o concelho.

No entanto, se da análise retirarmos a área correspondente ao Plano de Urbanização da Vila de Murça e a nova Área Industrial do Cadaval, o aumento de área urbana é de apenas de 5%. Por este valor, e pela análise espacial da proposta de ordenamento, percebe-se que a delimitação do solo urbano sustentou-se numa estratégia que procurou redefinir áreas que já estavam consolidadas, algumas mesmo ainda não delimitadas como perímetro, maximizando a infraestruturação, dotando de capacidade construtiva os solos confrontantes com as vias devidamente infraestruturadas, promovendo assim quer a colmatção das áreas em consolidação urbana, quer a realocação de capacidade edificatória para zonas mais aptas.

Um indicador que reflete esta estratégia é a percentagem de área urbanizável que regrediu 70% face ao PDM vigente, verifica-se portanto que o aumento de área se deve maioritariamente à redefinição/integração de áreas já consolidadas.

A proposta de ordenamento engloba ainda, além dos espaços de atividades económicas no aglomerado de Murça, duas zonas industriais colocadas estrategicamente nas proximidades de dois eixos rodoviários de grande relevo (A4 e IC5), - Palheiros e a Área Industrial do Cadaval - que prefazem um total de aproximadamente 27ha.

Os perímetros urbanos definidos permitem assim a colmatção dos interstícios urbanos resultantes do processo de ocupação dispersa ao longo dos eixos viários ocorrida nas últimas décadas definindo um limiar de crescimento urbano que ao mesmo tempo seja eficiente (dotado de infraestruturas básicas) e eficaz no combate à dispersão urbana (complementado com as restrições edificatórias presentes no regulamento ao nível do solo rural).

Este reforço associado a uma regulamentação claramente inibidora da edificação em solo rural (como por exemplo a obrigatoriedade do cumprimento das medidas de defesa contra incêndios em todo o solo rural) levam a que o Plano seja indutor do reforço da concentração e colmatção urbana, criando um bolsa de terrenos disponíveis para a urbanização e combatendo ao mesmo tempo a dispersão urbana registada.

Na página seguinte pode analisar-se um quadro comparativo e normalizado do PDM vigente face à proposta de Plano que fundamenta a análise anterior.

AGLOMERADO	PERIMETRO ATUAL			PROPOSTA DE PLANO				VARIAÇÃO			
	Área total (ha)	Área Urbanizada (ha)	Área Urbanizável (ha)	Área total (ha)	Área Urbanizada (ha)	Área Urbanizável (ha)	Áreas Verdes (ha)	Área total (ha)	Área Urbanizada (ha)	Área Urbanizável (ha)	Áreas Verdes (ha)
Aboleira	13,4	4	9,4	17,5	17,5	0,0	0	4,1	13,5	-9,4	0
Área Industrial de Cadaval	0,0	0	0,0	9,5	3,7	6	0	9,5	3,7	5,8	0
Asnela	3,4	1,2	2,2	3,7	3,7	0,0	0	0,3	2,5	-2,2	0
Cabeço	3,1	0,0	3,1	6,6	6,6	0,0	0	3,4	6,6	-3,1	0
Cadaval	52,4	11,4	41,0	70,6	61,7	8,8	0	18,2	50,3	-32,2	0
Candedo	27,0	8	19,0	36,8	30,5	6,3	0	9,8	22,5	-12,7	0
Carva	22,3	8,7	13,7	28,6	28,6	0,0	0	6,3	19,9	-13,7	0
Carvas	20,2	4,8	15,4	27	23	4	0	6,8	18,4	-11,6	0
Castelo	3,8	1	2,8	5	4,8	0,0	0	1,0	3,8	-2,8	0
Cimo de Vila/Freiria	50,9	12,6	38,3	77,4	74,1	3	0,1	26,5	61,5	-35,1	0,1
Cortinhas	23,2	7,3	15,8	29,7	29,7	0,0	0	6,5	22,4	-15,8	0
Fiolhoso	41,1	15,7	25,3	54,0	54,0	0	0	12,9	38,3	-25,3	0
Fonte Fria	8,8	2,1	6,8	10,7	9,0	1,6	0	1,9	6,9	-5,2	0
Granja	2,5	0,1	2,3	0,9	0,9	0,0	0	-1,6	0,8	-2,3	0
Martim	24,0	6,7	17,3	25,5	22,3	3,2	0	1,5	15,6	-14,1	0
Mascanho	7,5	1,7	5,8	7,8	7,8	0,0	0	0,3	6,1	-5,8	0
Monfebres	9,5	3,8	5,6	11,5	11,5	0	0	2,0	7,7	-5,6	0
Murça	184,2	80,0	104,2	301	185,6	96,3	18,7	116,4	105,6	-7,9	18,7
Noura	26,3	11	15,3	36,5	36,5	0,0	0	10,2	25,5	-15,3	0
Palheiros	15,4	5,5	9,9	40,5	32,5	8,0	0	25,1	27,0	-1,9	0
Paredes	3,8	1,4	2,4	5,0	5,0	0,0	0	1,2	3,6	-2,4	0
Penabeice	5,4	1,3	4,1	8,0	8	0,0	0	2,6	6,7	-4,1	0
Porrais	26,1	6,7	19,4	35,3	35	0,0	0	9,2	28,6	-19,4	0
Ribeirinha	8,0	2,4	5,6	7,5	7,5	0,0	0	-0,5	5,1	-5,6	0
Salgueiro	10,5	1,9	8,6	14,0	14,0	0,0	0	3,5	12,1	-8,6	0
Serapicos	20,8	5,7	15,1	28,3	28,3	0,0	0	7,5	22,6	-15,1	0
Sobredo	17,2	5	12,2	28	28	0	0	10,4	22,6	-12,2	0
Sobreira	19,5	4,9	14,7	26,2	26	0	0	6,7	21,3	-14,7	0

AGLOMERADO	PERIMETRO ATUAL			PROPOSTA DE PLANO				VARIAÇÃO			
	Área total (ha)	Área Urbanizada (ha)	Área Urbanizável (ha)	Área total (ha)	Área Urbanizada (ha)	Área Urbanizável (ha)	Áreas Verdes (ha)	Área total (ha)	Área Urbanizada (ha)	Área Urbanizável (ha)	Áreas Verdes (ha)
Toubres	14,7	4	10,7	19,6	19,6	0,0	0	4,9	15,6	-10,7	0
Vale de Égua	7,6	2,3	5,2	9,7	9,7	0,0	0	2,1	7,4	-5,2	0
Valongo de Milhais	14,0	4,3	9,7	16,0	16,0	0,0	0	2,0	11,7	-9,7	0
Varges	8,5	2,9	5,6	11,0	9	1,8	0	2,5	6,2	-3,8	0
Vilares	33,3	11,6	21,8	41,9	36,5	5,5	0	8,6	24,9	-16,3	0
Total	728,4	240,0	488,3	1050,1	886,9	144,4	18,8	321,7	646,8	-343,9	18,8

Quadro 18- Variação de área entre o perímetro atual e o perímetro proposto

4.1.4 Síntese da situação atual e tendência de evolução

O quadro que se segue sintetiza a avaliação ambiental da situação atual e tendências de evolução dos indicadores que caracterizam o fator crítico Organização e Gestão do Território face aos objetivos e metas definidos

Fator Crítico	Critérios	Situação atual	Tendências de evolução face ao QRE
Organização e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo		
	Povoamento		
	Expansão urbana		

Tendências de evolução	 Muito Negativa	 Negativa	 Sem alteração significativa	 Positiva	 Muito Positiva
Distância à situação desejável					
Objetivos e metas	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

4.1.5 Análise SWOT

No quadro seguinte é efetuada uma análise SWOT relativamente ao fator crítico Organização e Gestão do Território, que resulta do diagnóstico da situação atual e tendências de evolução, anteriormente descritas.

S (pontos fortes)	W (pontos fracos)
Multifuncionalidade do espaço rural marcado pela forte presença de espaços florestais e agrícolas Presença de áreas de REN e de RAN de elevado valor ecológico e produtivo	Desatualização do modelo de ordenamento do PDM vigente face às dinâmicas de ocupação do solo dos últimos anos Dispersão urbana em áreas produtivas e de elevada sensibilidade ecológica
O (oportunidades)	T (ameaças)
Definição de uma EEM para valorização e preservação dos valores naturais e áreas ecologicamente sensíveis em solo rural e urbano Estabelecimento de regras de uso e ocupação do solo de contenção da dispersão urbana Redelimitação e correção das áreas da REN e da RAN com base em cartográfica mais rigorosa e	Perda da identidade rural e das atividades tradicionais ligadas à agricultura decorrentes do abandono e envelhecimento progressivo da população rural Aumento da edificação dispersa com degradação da paisagem e fragmentação

atualizada utilizando novas tecnologias (SIG)	dos núcleos urbanos tradicionais
---	----------------------------------

4.1.6 Identificação dos Efeitos

Neste ponto pretende-se avaliar os efeitos que a aplicação do plano tem no alcance das metas e objetivos definidos para o fator crítico Ocupação e Gestão do Território no QRE.

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado - Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, a zona costeira, a floresta e os espaços de potencial agrícola Articular o sistema de "espaços abertos" de natureza ambiental e paisagística com o sistema urbano e as redes de infraestruturas	Qualificação do solo rural tendo em conta os recursos naturais e a aptidão natural do solo e usos dominantes. Definição de usos preferenciais e atividades complementares de proteção e valorização económica e ambiental das classes de solo rural (espaços agrícolas, espaços florestais, espaços naturais, etc.)	Carta de Ordenamento Regulamento
		Alocação de solos para expansão urbana fortemente correlacionados com a dotação infraestrutural existente, promovendo a rentabilização das infraestruturas.	Carta de Ordenamento
		Delimitação da EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano	Carta de Ordenamento
PROT-N	Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) Conservação e valorização do suporte territorial (valores naturais e patrimoniais)	O plano define opções estratégicas de reestruturação e requalificação dos perímetros urbanos da cidade e dos polos secundários, contendo e disciplinando a expansão urbana e edificação dispersa.	Carta de Ordenamento Regulamento
		Delimitação da EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano.	Carta de Ordenamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
PNAC	Promoção da eletricidade produzida por fontes renováveis de energia	A possibilidade de reforço da capacidade de produção de eletricidade através de fontes renováveis está plasmada no plano através da definição de usos compatíveis em solo rural	Regulamento
PBHRD	Articular o ordenamento do território com o ordenamento do domínio hídrico	Integração dos sistemas ecológicos considerados fundamentais para o equilíbrio hidrológico do território (por ex. áreas de máxima infiltração, cabeceiras das linhas de água, leitos e margens dos cursos, zonas ameaçadas pelas cheias) em figuras de proteção ambiental (como a REN, o DH e a EEM) que promovem a valorização e proteção destes sistemas em solo rural e urbano.	Carta de Condicionantes
QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um melhor ordenamento do território (...) e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;	Qualificação do solo rural tendo em conta os recursos naturais e a aptidão natural do solo e usos dominantes. Definição de usos preferenciais e atividades complementares de proteção e valorização económica e ambiental das classes de solo rural (espaços agrícolas, espaços florestais, espaços naturais, etc.)	Carta de Ordenamento Regulamento
		O plano define opções estratégicas que promovem a integração do concelho na região, nomeadamente, ao nível da rede viária e da articulação com os centros urbanos e territórios envolventes	Carta de Ordenamento
		A alocação de solos urbanizáveis encerra uma estratégia de reforço dos principais centros urbanos do concelho	Carta de Ordenamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
PO NORTE	<i>Qualificação do sistema urbano, promovendo a qualificação e inter-conectividade da rede urbana da Região do Norte enquanto elemento de reforço da qualidade de vida dos cidadãos;</i> <i>Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspectiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva;</i>	No plano são propostas estratégias de intervenção para o incremento de infraestruturas básicas, equipamentos e serviços que contribuem para a melhoria da qualidade de vida da população e para a atratividade de novos residentes no concelho	Programa de ação
		Delimitação da EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano	Carta de Ordenamento
PROFBP	<i>Expandir e reabilitar do património florestal: promover a expansão florestal em terras agrícolas com arborização regional adequada e bem adaptada; contribuir para a reabilitação das terras degradadas e para a diminuição dos efeitos da desertificação; aumentar a área florestal, com arborizações adaptadas às condições locais e compatíveis com a região;</i> <i>Defender o património florestal: promover a gestão e o ordenamento das matas de folhosas autóctones.</i>	O Plano promove a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal através do seu ordenamento em subcategorias com funções de produção e conservação. A nível regulamentar são definidas para estes espaços normas e modelos de gestão florestal definidos no PROFBP, compatíveis com objetivos de produção, proteção e multifuncionalidade, restringindo os usos ou atividades que diminuam as suas potencialidades	Carta de Ordenamento Regulamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
PENDR	Promover o correto ordenamento do espaço rural	Qualificação do solo rural tendo em conta os recursos naturais e a aptidão natural do solo e usos dominantes. Definição de usos preferenciais e atividades complementares de proteção e valorização económica e ambiental das classes de solo rural (espaços agrícolas, espaços florestais, espaços naturais, etc.).	Carta de Ordenamento Regulamento

4.1.7 Avaliação das Opções Estratégicas do Plano

No quadro seguinte são analisados os eventuais efeitos positivos ou negativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Organização e Gestão do Território.

Ocupação e Gestão do Território	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
Ocupação e usos do solo	++	++	+++	++/-	+++	+++
Povoamento	+++/-	+++	+++	+++	0	+++
Expansão urbana	+++	++	+++	++	++	+++

+++ Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas

++ Média contribuição para o alcance das metas estratégicas

+ Fraca contribuição para o alcance das metas estratégicas

0 Contribuição nula ou insignificante para o alcance das metas estratégicas

- Fraco conflito com o alcance das metas estratégicas

-- Médio conflito com o alcance das metas estratégicas

--- Forte conflito com o alcance das metas estratégicas

0 Não aplicável

Ocupação e usos do solo

As opções estratégicas 1 - **Reforçar a capacidade de atração e de polarização do concelho** e 6 - **Assegurar a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços** - têm efeitos positivos na fixação e atração de novos residentes e iniciativas/investimentos empresariais importantes para a contenção do êxodo rural e preservação de usos e atividades agrícolas e florestais tradicionais.

A concretização da opção estratégica 4 - **Reforçar e diversificar o sistema produtivo de base territorial** - cria condições para a atração de novas atividades

industriais e promove o aproveitamento do potencial turístico da região, criando condições para a implementação de projetos turísticos que contribuem para a valorização de produtos e práticas tradicionais essenciais para a manutenção de atividades agrícolas e florestais.

A execução da opção estratégica 2 - **Promover o desenvolvimento do concelho e reforçar as infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial** - contribui para a atracção e fixação da população rural e manutenção dos usos e atividades tradicionais ligadas à agricultura e à floresta.

A aplicação da opção estratégica 3 - **Controlar, ordenar e qualificar os espaços urbanos, harmonizar e compatibilizar os diferentes usos do solo rural** - contribui para a contenção da edificação dispersa em solo rural, preservando áreas produtivas e os sistemas biofísicos característicos da paisagem.

A concretização da opção estratégica 5- **Preservar e valorizar o património natural e cultural a biodiversidade, utilizar de modo sustentável os recursos e prevenir os riscos** - contribui para a proteção e valorização de solos de elevada aptidão agrícola (solos de RAN e antrossolos), sistemas ecológicos e valores naturais através da criação da EEM, em solo rural e urbano, fundamental para a manutenção do potencial produtivo e paisagístico do território.

Povoamento

A aplicação das opções estratégicas 1, 2 e 3 promovem a concentração na sede do concelho de infraestruturas, serviços e equipamentos coletivos, contribuindo para uma melhor articulação intermunicipal e reforço da capacidade de atracção do concelho. Por outro lado, estas opções estratégicas provocam o despovoamento dos aglomerados urbanos mais periféricos e de baixa densidade.

A opção estratégica 4 reforça o sector turístico e agroflorestal no concelho, contribuindo para a fixação da população e atracção de novos residentes no concelho.

A opção estratégica 6 promove a melhoria da cobertura da rede de equipamentos e serviços públicos (saneamento, saúde, educação, transportes, etc.) em aglomerados rurais, fundamentais para a fixação e qualidade de vida das populações.

Em relação a opção estratégica 5 não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre o povoamento.

Expansão urbana

As opções estratégicas 1 e 6 contribuem para a construção e requalificação de infraestruturas rodoviárias externas e internas do concelho e para a melhoria da cobertura da rede de serviços públicos de transportes, consolidando o tecido urbano e as funções urbanas da vila de Murça e atraindo novos residentes e iniciativas/investimentos.

A aplicação da opção estratégica 4 promove o desenvolvimento de atividades agroindustriais e a instalação de projetos de desenvolvimento turístico.

A aplicação da opção estratégica 2 contribui para a consolidação e atratividade da vila de Murça e dos polos urbanos secundários através do reforço das infraestruturas e funções urbanas, contrariando o crescimento urbano de núcleos populacionais de baixa densidade dispersos no território.

A opção 3 promove o ordenamento e qualificação do solo rural e urbano, promovendo a harmonização e compatibilização dos diferentes usos do solo e a contenção da expansão urbana e da edificação fora dos perímetros urbanos.

A opção estratégica 5 tem como propósito a criação da EEM, em solo rural e solo urbano, que define regras de uso e ocupação do solo para a preservação e valorização dos recursos e valores naturais, condicionando fortemente a edificação dispersa e a implantação de atividades que contribuem para a descaracterização da paisagem tradicional e degradação de sistemas ecológicos fundamentais.

A opção estratégica 6 contribui para a melhoria no acesso a bens e serviços públicos para a qualidade de vida das população residente em aglomerados rurais periféricos.

4.1.8 Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas

No quadro seguinte resume as principais vantagens e desvantagens decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Ocupação e Gestão do Território.

	Vantagens	Desvantagens
Opção 1	Contribuem para a fixação e atratividade de novos residentes no concelho através da ampliação e requalificação de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; modernização e diversificação das iniciativas nos sectores vitivinícola e turístico.	Não foram identificados efeitos negativos significativos.
Opção 2	Reforço do papel e funções urbanas da vila de Murça e dos polos urbanos secundários e contenção da edificação fora dos perímetros urbanos em solo rural.	Eventual excessiva concentração dos serviços e equipamentos fundamentais na cidade e polos urbanos secundários e consequente perda de acessibilidade a bens e serviços podendo resultar no despovoamento dos aglomerados urbanos periféricos.

	Vantagens	Desvantagens
Opção 3	Ordenamento e qualificação do solo rural e urbano, promovendo a harmonização e compatibilização de diferentes usos do solo e a contenção da dispersão urbana.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 4	Contribuem para a fixação e atratividade de novos residentes no concelho através da ampliação e requalificação de infraestruturas, equipamentos e serviços públicos; modernização e diversificação das iniciativas nos sectores vitivinícola e turístico.	Não foram identificados efeitos negativos significativos.
Opção 5	Criação da EEM que estabelece regras de uso do solo que privilegiam a aptidão natural do solo e a preservação e valorização de valores e recursos naturais/paisagísticos presentes em solo rural e urbano.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 6	Contribui para uma maior equidade no acesso a infraestruturas básicas, equipamentos e serviços da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos	Não foram identificados efeitos negativos significativos

4.1.9 Diretrizes

Seguidamente são definidas diretrizes que visam promover uma maior concretização dos princípios e orientações estratégicas definidas no QRE para a Ocupação e Gestão do Território:

- Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis que contribuam para a manutenção da integridade do solo, para a biodiversidade local e para a qualidade da paisagem;
- Contribuir para uma correta gestão dos espaços florestais através da harmonização e diversificação de funções produtivas, paisagísticas, recreativas (caça e pesca) e ambientais;
- Promover a implementação das normas regulamentares de uso e ocupação do solo definidas para a proteção e valorização ambiental das áreas integradas na EEM em solo rural e em solo urbano, definindo no regulamento do PDM, a matriz de usos compatíveis com o dominante para os espaços florestais.

- Promover a implementação, no regulamento do PDM, das normas de uso e ocupação do solo definidas para a proteção e valorização ambiental das áreas integradas na EEM em solo rural e em solo urbano.
- Promover uma maior equidade no acesso a equipamentos, bens e serviços fundamentais da população residente em aglomerados urbanos mais periféricos quer através da intervenção nas redes de oferta, elencando no programa de ação do PDM, a dotação de investimento a alocar para este efeito, quer no reforço e flexibilização dos sistemas de transportes coletivos.

4.2 Coesão e desenvolvimento territorial

Com este FCD pretende-se avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes da aplicação das opções estratégicas do PDM ao nível das dinâmicas demográficas e construtivas, da dinamização da economia local, da igualdade de oportunidades no acesso a bens e serviços fundamentais e da mobilidade. Para tal, foram definidos os seguintes critérios de avaliação:

4.2.1 População

Situação atual e tendência de evolução

Variação da população ativa

Em 1991 apenas 2306 habitantes encontravam-se empregados, representando cerca de 50% da população total em idade ativa do município de Murça. Do total de empregados, os do sector primário representavam a maior fatia com 47% do total de ativos empregados, seguido do sector terciário com 34,3%. Na década de 90 o nº de habitantes empregados sofreu uma diminuição (-11%) devido à redução de população em idade ativa registada ter sido algo acentuada. A evolução da estrutura ativa, que já em 1991 denotava alguma terciarização do emprego, reforça, durante a década de 90, essa tendência passando o sector terciário em 2001 a representar cerca de metade do total de empregados do município. Em função desta evolução o sector primário sofreu uma acentuada redução de ativos (-42%) e o sector secundário cresceu 7%, representando atualmente 23% do total de ativos empregados.

Quando analisada a estrutura de emprego desagregada por ramos de atividade económica a imagem de município substancialmente primário é notória. Em 2001, mais de 40% da população empregada encontra-se associada à agricultura, nomeadamente a viticultura e olivicultura. Num segundo grupo de importância, destacam-se os trabalhadores da construção civil (15%) e os trabalhadores associados a administração pública (8%).

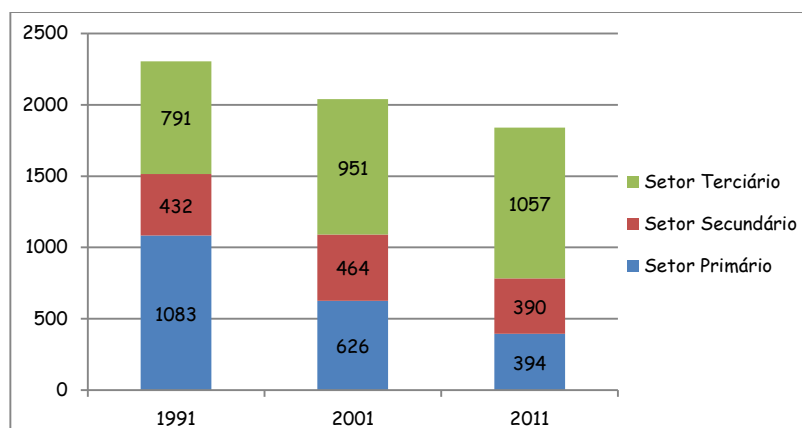


Gráfico 1- População Ativa por Sector de Atividade
Fonte: INE, Censos 1991, 2001 e 2011.

Relativamente à população ativa empregada, de acordo com os censos de 2011, esta é de 1841, 1108 homens (60%) e 733 mulheres (40%), verificando-se uma ligeira diminuição em relação ao ano de 2001. No que diz respeito à população desempregada em 2011 esta representa 4,3% (256) da população residente, um aumento de 2% face a 2001.

A maioria da população ativa empregada são trabalhadores por conta de outrem (69%), cerca de 14% trabalhadores por conta própria, 11% são empregadores, sendo 4% trabalhadores familiares não remunerados, existindo noutras situações apenas 2% da população empregada.

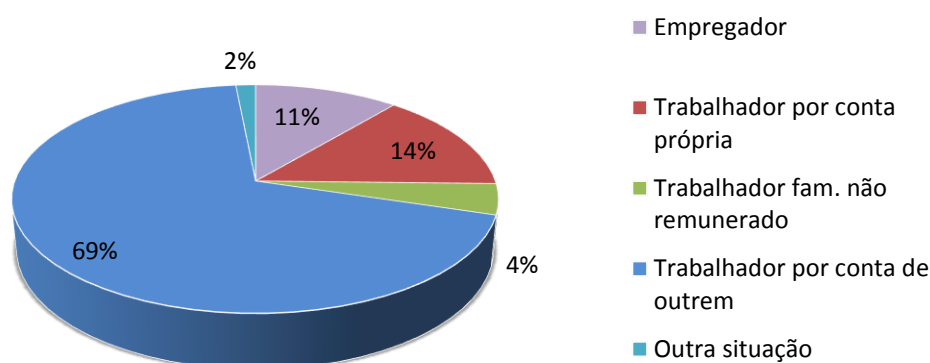


Gráfico 2- População ativa empregado por situação na profissão, em 2011
Fonte: INE, 2011.

Segundo dados das estatísticas mensais do desemprego publicadas pelo IEF, entre 2005 e 2013 registou-se um aumento do desemprego no concelho (+27%). Analisando os dados da duração e da situação face à procura de emprego, é claro o aumento do desemprego de longa duração, corroborado pelo fato de a grande maioria dos desempregados estarem à procura de novo emprego.

Data	Tempo de inscrição		Situação face à procura de emprego		Total
	< 1 ano	1 ano e +	1º Emprego	Novo emprego	
Março de 2005	159	163	69	253	322
Março de 2013	214	197	56	355	411

Quadro 19- Desemprego Registrado segundo o Tempo de Inscrição e a Situação Face à Procura de Emprego
Fonte: IEF

Variação da população residente

Comparativamente com a região onde se insere (Trás-os-Montes e Alto Douro - TMAD), o município de Murça não foge às tendências perceptíveis na região, onde a regressão demográfica é já um dado adquirido e constitui uma quase fatalidade para a maioria dos municípios que a constituem.

Na década de 90 o município perdeu 619 habitantes (-8,4%), uma constatação, embora mais acentuada no caso de Murça, que reproduz claramente a realidade regional: o Agrupamento de Municípios do Vale do Douro Norte (AMVDN), ao qual Murça pertence, apresentou entre 1991 e 2001 um saldo populacional negativo de -3.877 habitantes (-3,4%), onde apenas o município de Vila Real apresentou crescimento populacional (+7,9%), e a NUT Alto Trás-os-Montes apresentou perdas na ordem dos -11.908 habitantes (-5,1%).

Este declínio demográfico, em grande parte justificado pelos elevados fluxos emigratórios ocorridos em décadas anteriores, nomeadamente na década de 60, associados a uma quebra da taxa de natalidade, acarretou, naturalmente, uma perda significativa do potencial demográfico do município, quer em termos absolutos, quer em termos do seu peso demográfico no contexto regional e nacional. Entre 1981 e 2001 Murça viu o seu peso demográfico na AMVDN reduzir de 6,9% para 6,1%, uma variação que embora ligeira, torna-se substancialmente importante se levarmos em linha de conta a dimensão populacional do município já de si reduzida e o seu enquadramento numa região que tem vindo igualmente a perder importância populacional na Região Norte e no Continente, revelando claramente a intensificação dos desequilíbrios Litoral/Interior e Rural/Urbano registados nas últimas décadas.

Murça encontra-se assim marcado, na 2ª metade do Século XX, por uma dinâmica regressiva do ponto de vista demográfico bastante acentuada, apresentando decréscimos da população constantes de década para década, perdendo cerca de 35% (-3.612 habitantes) da sua população entre 1960 e 2001.

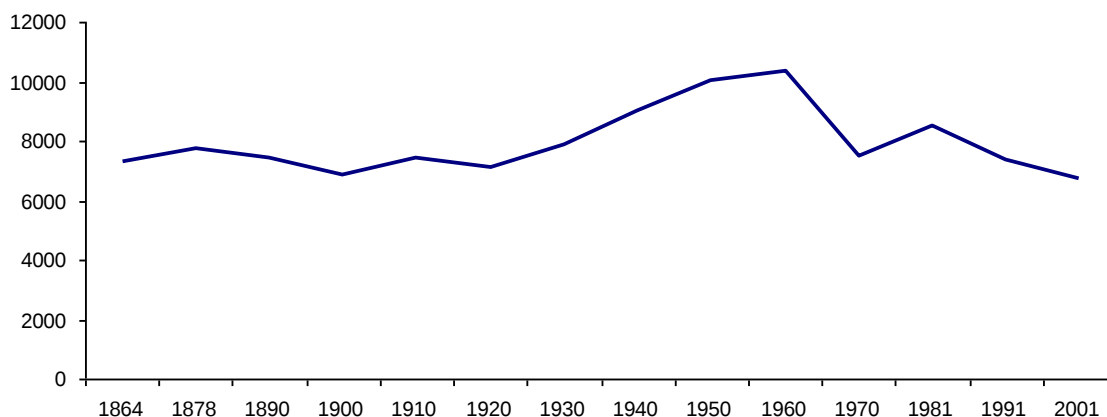


Gráfico 3- Evolução da população residente do município entre 1864 e 2001

Fonte: INE, Recenseamentos Gerais da População

Segundo os dados dos censos 2011 a população residente em Murça é de 5952 o que representa uma diminuição de cerca de 11,8% na última década, o que indica uma manutenção da tendência de declínio demográfico que se tem vindo a registar nas últimas décadas.

Variação da estrutura etária da população residente

Analisando a estrutura etária da população verifica-se uma degradação de todos os indicadores demográficos: o índice de envelhecimento e o índice de dependência de idosos aumentam, o primeiro de forma muito acentuada, enquanto o índice de juventude diminuiu ligeiramente e o índice de dependência total aumenta ligeiramente. Em apenas 20 anos, o concelho quase regista um aumento drástico de 74,70 em 1981 para 251,70 em 2011, com os principais aumentos a ocorrerem na última década muito por conta do abrandamento das taxas de fecundidade e natalidade registado um pouco por todo o País.

Na última década o município continuou a apresentar um envelhecimento substancial, com este índice a atingir os 251,7 segundo os dados dos censos 2011, um valor próximo do da NUT III (250) onde se insere.

Com efeito, de 1991 a 2011, o concelho de Murça perdeu 284 (-30%) jovens com menos de 14 anos, 337 (-36%) com idades entre 15 e 24, tendo aumentado a sua população com 65 e mais anos em 98 habitantes (+6%). A diminuição da população jovem e o aumento da população idosa, originaram a que, em 2011, a população com 65 e mais anos (28%) tenha uma maior representatividade que a população com menos de 15 anos (11%).

Ano	População (n.º)				População (%)			
	0-14	15-24	25-64	>=65	0-14	15-24	25-64	>=65
2001	949	937	3293	1573	14	14	49	23
2011	665	600	3016	1671	11	10	51	28

Quadro 20- População residente por grupos etários (2001 e 2011)

Fonte: INE

Em suma, conclui-se que a composição etária é desequilibrada e que os principais riscos que se colocam no futuro são o do combate ao progressivo envelhecimento da população, devendo para tal o município dotar-se de condições de vida e de dinâmicas socioeconómicas capazes de estimular a fixação das camadas jovens residentes.

4.2.2 Habitação

Situação atual e tendência de evolução

Variação do nível de dotação de instalações do parque habitacional

A habitação e o alojamento configuram componentes fundamentais na análise das condições de vida de uma dada população. Neste sentido, revela-se de fundamental importância a realização de uma análise sobre as características do parque habitacional dos perímetros urbanos, das suas áreas envolventes e dos

restantes aglomerados de Murça, para posteriormente ser possível fundamentar as propostas urbanísticas a apresentar no contexto da revisão do PDM e da AAE.

Em termos globais, 55.3% dos edifícios situados no interior dos 34 aglomerados tem como uso principal a habitação, os restantes têm como usos comércio, serviços, equipamentos, indústria e instalações agrícolas. Os 3667 alojamentos existentes estão distribuídos por 731.2ha, resultando numa densidade de alojamentos global de 5.0 aloj/ha. Os 6553 habitantes dos aglomerados estão repartidos por 2355 famílias, justificando uma dimensão familiar de 2.8 hab/fam. A média de alojamentos por família é de 1.6 fogo/fam. Do total dos alojamentos 63.2% são de residência habitual e 9.8% encontram-se vagos.

Relativamente às instalações existentes nos alojamentos familiares de residência habitual no concelho de Murça, verifica-se que o concelho apresenta uma boa dotação. Assim, em 2011, ao nível do aquecimento (98,7%), esgotos (99,6%), água canalizada (99,5%) e retrete (98,5%) a cobertura apresentava-se muito próxima da totalidade. A única instalação que, embora apresente uma boa cobertura, se apresenta como a mais baixa é ao nível do banho com uma taxa de 97,1%.

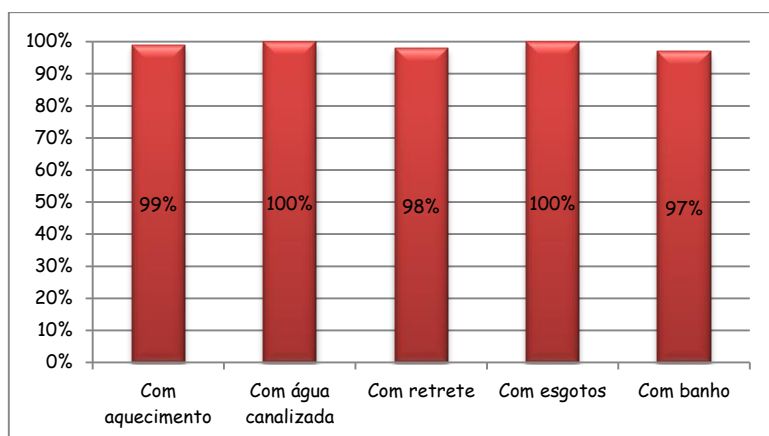


Gráfico 4- Alojamentos familiares segundo instalações, no concelho de Murça, em 2011
Fonte: INE, RGP 2011

À exceção de Asnela e Vale d'Égua (92.9%), todos os aglomerados possuem mais de 95% de alojamentos familiares com eletricidade. Salienta-se ainda o facto de 52.3% dos aglomerados possuir a totalidade das habitações com eletricidade.

Em relação aos alojamentos com água e rede de esgotos, a situação é semelhante. Assim, nos aglomerados de Asnela, Mascanho e Vilares o número de alojamentos com água ou esgotos não atinge os 90%. No entanto, a situação torna-se mais preocupante em Asnela, cujo valor percentual 75% para ambas as instalações.

Os aglomerados de Banho, Castelo, Fonte Fria, Granja, Martim, Murça/Cabeço, Noura, Palheiros, Penabeice, Ratiço, Ribeirinha, Salgueiro e Sobredo possuem a totalidade dos alojamentos familiares servidos por electricidade, água e esgotos.

Passando a análise para os alojamentos com retrete e com banho, a situação muda um pouco, tornando-se mais preocupante. No que respeita aos alojamentos com retrete, nos aglomerados de Asnela, Granja, Mascanho, Paredes e Penabeice 25% ou mais dos alojamentos não possuem este tipo de instalação (a situação mais grave situa-se no aglomerado de Granja, em que apenas 33.3% dos alojamentos possuem retrete). Quanto aos alojamentos com banho, mais uma vez Granja se destaca relativamente aos restantes aglomerados, visto apenas 33.3% dos seus alojamentos possuírem banho. Em Asnela, Cadaval/Levandeira, Mascanho, Penabeice e Vilares, pelo menos $\frac{1}{4}$ dos alojamentos familiares não possuem banho.

Avaliando os aglomerados mais bem dotados a nível de instalações conclui-se que todos os alojamentos do Ratiço possuem eletricidade, água, retrete, esgotos e banho. Também os alojamentos dos aglomerados de Banho, Castelo, Fonte Fria, Granja, Martim, Murça/Cabeço, Noura, Palheiros, Penabeice, Ratiço, Ribeirinha, Salgueiro e Sobredo se encontram bem dotados de instalações, no entanto ao nível de retrete e banho a situação não é tão ideal. Asnela é o aglomerado que apresenta maiores deficiências ao nível de instalações, no entanto, a Granja, Castelo, Mascanho, Paredes, Penabeice e Vilares também precisam de muito investimento para atingirem a média concelhia ao nível da retrete e banho.

Os dados dos Censos 2011 permitem concluir que muitos dos problemas de dotação de instalações nos alojamentos foram amplamente ultrapassadas na quase totalidade dos aglomerados dado que 99,5% das freguesias apresentam nos seus alojamentos familiares água canalizada. Em relação aos alojamentos com banho e duche e sistema de drenagem de águas residuais, os valores são 97,1% e 99,6% respetivamente para o total do concelho.

Estado de conservação dos edifícios

No concelho de Murça, segundo dados dos censos de 2011 cerca de 36% dos edifícios encontram-se com necessidades de reparação. As situações mais preocupantes encontram-se nas freguesias de Vilares (79,26%), Palheiros (67,51%) e Valongo de Milhais (51,47%) onde mais de 50% dos edifícios necessitam de reparações.

Variação dos alojamentos vagos

Ao nível dos alojamentos vagos existentes no concelho de Murça, verifica-se uma diminuição de 44 alojamentos entre 1991 e 2001, mas na última década a tendência foi inversa registando-se um aumento de 136 alojamentos vagos.

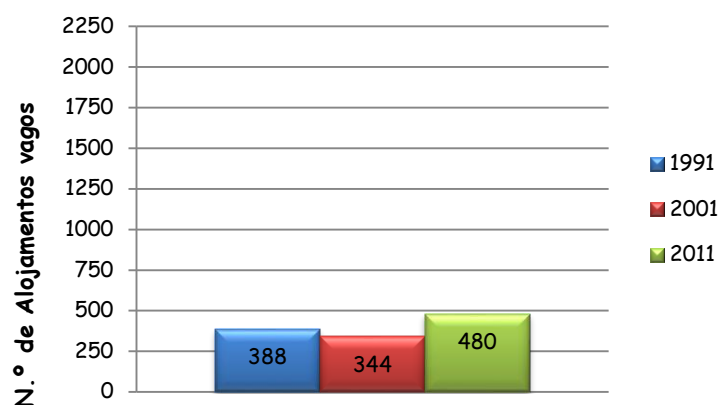


Gráfico 5- Número de alojamentos vagos no concelho entre 1991, 2001 e 2011.

Fonte: INE, RGP 2011.

A diminuição registada na década de 90 do número de alojamentos é explicada por um lado, pela diminuição dos alojamentos vagos para venda e para aluguer, por outro, pela diminuição dos devolutos. Quanto à dinâmica da última década, não existem atualmente dados disponíveis que permitam avaliar a forma de ocupação dos alojamentos vagos em 2011, no entanto importa ressaltar que o peso dos alojamentos vagos aumentou face ao total de alojamentos do município, passando de 14,5% em 2001 para 20,9% em 2011. Num concelho onde os movimentos demográficos como o êxodo rural e a emigração assumem um papel cada vez mais ativo, o aumento total e relativo dos alojamentos vagos parece indicar uma inversão recente face às dinâmicas da década de 90 (então marcada por uma melhoria ao verificar-se que, paralelamente à diminuição dos vagos, aumentaram o total de alojamentos e o total de edifícios no concelho), registando agora um fenómeno de desocupação dos aglomerados mais rurais. O gráfico seguinte demonstra claramente esse fenómeno de abandono e o peso dos alojamentos vagos por freguesia.

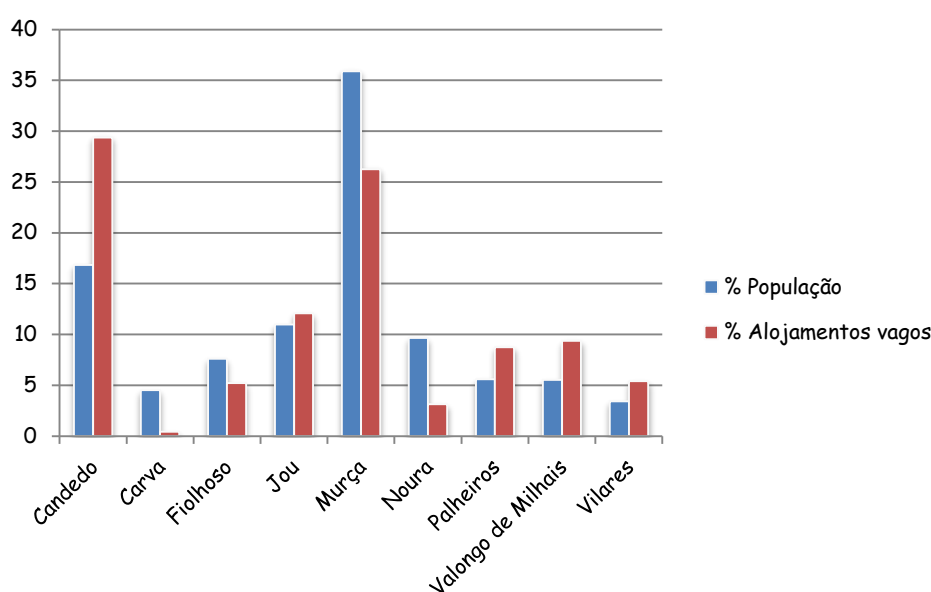


Gráfico 6- Peso relativo no total da população e percentagem de alojamentos vagos na freguesia em 2011

Fonte: INE

Dinâmica do licenciamento

No que concerne à intenção de investimento no sector da construção, entre 2001 e 2011, ao nível concelhio, verificou-se que em 2001 foram licenciados 58 edifícios. Em 2002 existiu um acréscimo de licenças (foram licenciados 71 edifícios), em 2003 a capacidade construtiva diminuiu para 59 licenças, em 2004 voltou a descer para 47 e em 2005 registou um ligeiro aumento (57 licenças). A partir do ano 2006 e até 2008, voltando a decrescer em 2009 (27 licenças). Até 2011 voltamos a ter um ligeiro aumento, registando-se neste último ano 35 edifícios licenciados. Pode-se verificar que nos últimos anos existe uma tendência para o decréscimo de construção com oscilações de ano para ano, tendo-se registado no município 531 novos licenciamentos entre 2001 e 2011.

Esta desaceleração verificada na última década ao nível da dinâmica construtiva no concelho é justificada em parte pela regressão demográfica registada nos últimos anos.

Variação do peso de licenças para reconstrução ou reabilitação

Em termos de edifícios licenciados, entre 2001 e 2011, verifica-se que a maioria corresponde a novas construções (67%), existindo uma pequena parte relativa a ampliações (12%), sendo que 9% se destina a reconstrução, enquanto 4% se destinaram a demolições. Verifica-se assim, que o número de intervenções (ampliações, alterações de uso, reconstruções e demolições) é inferior ao número de construções novas concluídas.

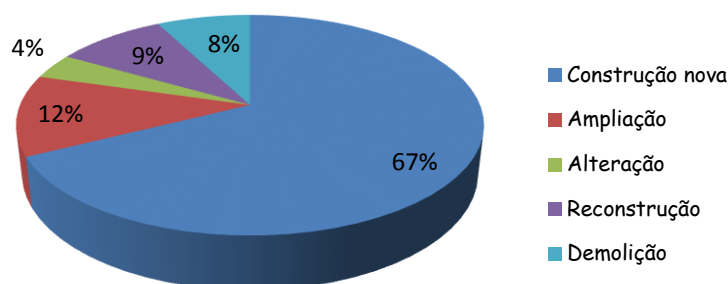


Gráfico 7- Distribuição dos edifícios licenciados pela câmara municipal, segundo o tipo de obra
Fonte: INE

Um dos indicadores que permite avaliar indiretamente a capacidade de contenção da expansão urbana do município é o peso dos edifícios licenciados que não resultam de novas construções (licenças de reconstrução/ampliação/alteração). Analisando o gráfico seguinte, verifica-se que as licenças resultantes deste grupo têm oscilado ao longo dos anos, destacam-se os anos de 2005 e 2008 representando cerca de 35% do total de licenças emitidas; de 2008 em diante registou-se uma quebra, voltando a aumentar em 2011.

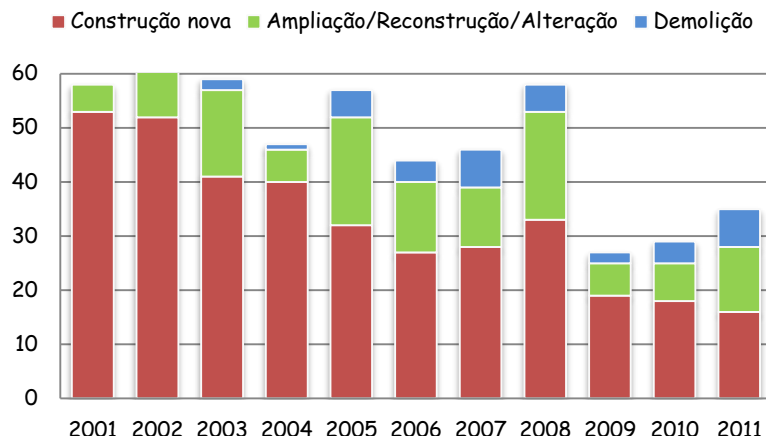


Gráfico 8- Edifícios licenciados pela câmara municipal, segundo o tipo de obra, de 2001 a 2011

Fonte: INE

4.2.3 Atividades Económicas

Situação atual e tendência de evolução

Agricultura

Com uma área total de 18938,46ha, o concelho de Murça registava em 2009 um total de 1303 explorações, tendo-se registado uma diminuição de 123 explorações comparativamente a 1999. A Superfície Agrícola Utilizada (SAU) correspondia em 2009 a 25% da área total do concelho (4751ha de SAU), que segundo o RGA diminuiu (139ha), tal como as explorações totais.

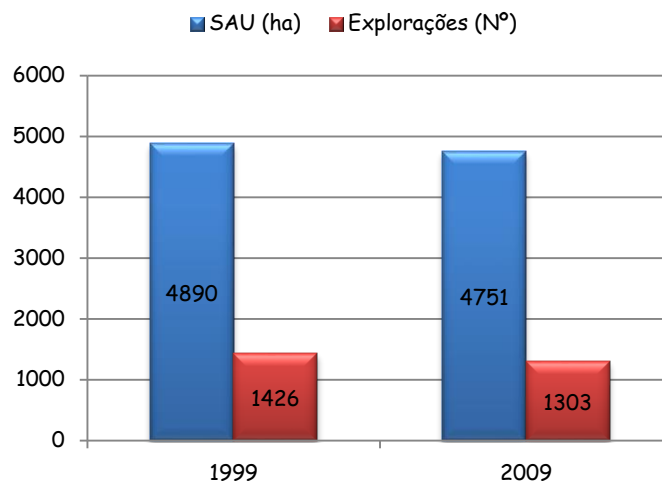


Gráfico 9- Evolução da SAU e nº de explorações no concelho (1999 e 2009)

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (2009)

Ao nível das freguesias houve uma diminuição da SAU em mais de metade das freguesias do concelho, excetuando as freguesias de Candedo que teve um aumento de 124ha, Fiolhoso (77), Murça (14) e Vilares (34). Relativamente ao

número de explorações, na generalidade houve uma diminuição na generalidade das freguesias, à exceção de Murça e Palheiros, como é possível analisar no quadro seguinte.

	1999		2009		Variação	
	N.º de Expl	SAU (ha)	N.º de Expl	SAU (ha)	N.º de Expl	SAU (ha)
Candedo	468	1435	409	1559	-59	124
Carva	52	151	44	134	-8	-17
Fiolhoso	89	157	84	234	-5	77
Jou	229	900	183	743	-46	-157
Murça	163	499	170	513	7	14
Noura	169	609	168	580	-1	-29
Palheiros	95	460	116	361	21	-99
Valongo de Milhais	119	572	90	486	-29	-86
Vilares	42	107	39	141	-3	34
Total Concelho	1426	4890	1303	4751	-123	-139

Quadro 21 - Evolução do número de explorações e SAU por freguesia

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura (2009)

As **culturas permanentes** são representativas no concelho de Murça, quer em número de explorações quer em área. As explorações com predomínio de culturas permanentes apresentam uma expressão significativa no concelho, onde se realçam a vitivinicultura e o olival, representando 63% da SAU total do concelho.

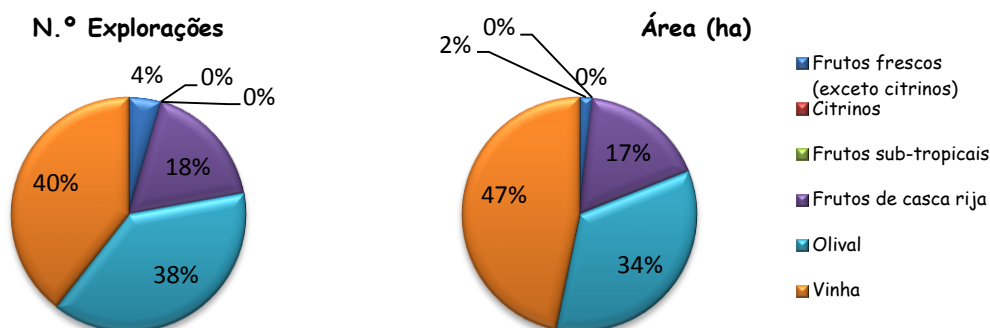


Gráfico 10- Distribuição das culturas permanentes, segundo o nº de exploração e área ocupada

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

A vinha e o olival são as culturas permanentes com maior representatividade, quer em termos de explorações, quer em termos de área ocupada. A vinha com 1733 explorações ocupa uma área equivalente a 36% da SAU.

As **culturas temporárias** inserem-se segundo o RGA nas terras aráveis, assim como as hortas familiares e as terras em pousio, ocupam no concelho uma área equivalente a 364 ha, área que representa uma pequena parte do total de produtividade do concelho e englobam:

	Nº Expl	Área (ha)
Cereais para grão	189	91
Leguminosas secas para grão	108	14
Prados temporários	8	1
Culturas forrageiras	328	202
Batata	148	52
Culturas Hortícolas	8	3
Flores e plantas	2	1
Outras culturas	1	1

Quadro 22 - Culturas temporárias
Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

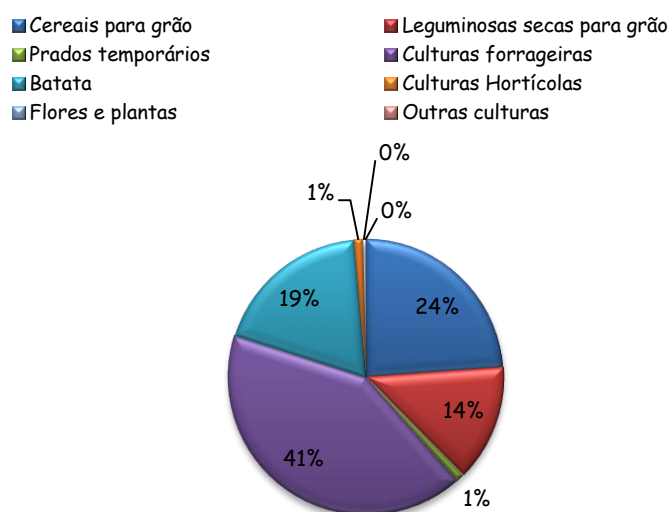


Gráfico 11- Número de explorações em percentagem
Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Pecuária

É sobretudo nas freguesias de Jou, Candedo e Palheiros onde a produção pecuária é mais evidente, nomeadamente em termos de explorações existentes. Apesar das condições, e segundo o RGA, o número de explorações e de efetivos têm vindo a diminuir nos últimos anos, comparativamente a 1999. Destaca-se a quebra acentuada do n.º de explorações de Equídeos e Suínos comparativamente com as restantes.

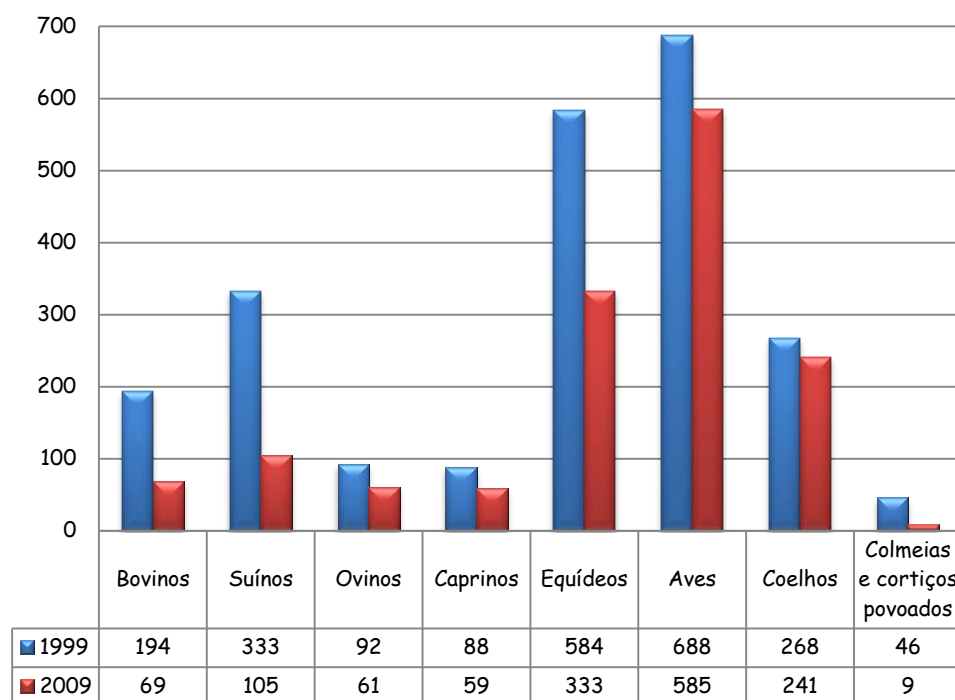


Gráfico 12- Evolução do número de explorações, em 1999 e 2009

Fonte: INE, Recenseamento Geral da Agricultura, 2009

Analisando as freguesias segundo o número de efetivos, em 2009, verifica-se que é nas freguesias de Jou (3340), Fiolhoso (1411) e Candedo (1373), onde existe um maior número de efetivos, que resulta do elevado número de aves existente nas mesmas.

Em relação ao número de explorações em 2009 destacam-se as freguesias de Jou (352), Candedo (206) e Palheiros (187), sendo nas freguesias de Murça e Vilares onde o número de explorações é mais baixo, respetivamente 86 e 79.

Floresta

O sector florestal constitui uma riqueza estratégica cuja necessidade de preservação e de desenvolvimento recolhe a unanimidade nacional. O seu desenvolvimento equilibrado e das respetivas fileiras contribui de forma geral para o crescimento económico e social, constituindo por isso uma peça fundamental para o desenvolvimento rural e sobretudo para a conservação dos recursos naturais.

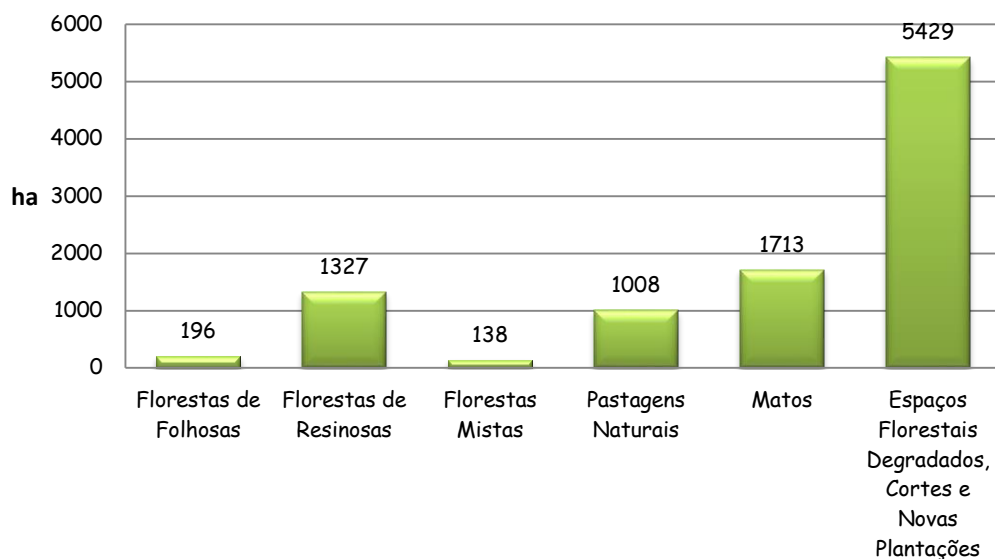


Gráfico 13- Classes de áreas florestais
Fonte: CORINE Land Cover 2006

De acordo com a carta Corine Land Cover 2006 o concelho em termos de áreas florestais é ocupado maioritariamente por espaços florestais com novas plantações e cortes, seguido dos matos e florestas de resinosas. As pastagens naturais ocupam também uma área significativa no concelho cerca de 17133 ha.

Variação da oferta de solo industrial

No concelho estão presentes duas zonas industriais, a zona industrial de Palheiros localizada a nordeste da Vila de Murça e a zona industrial do Cadaval localizada a sudoeste da vila. No seu conjunto possuem uma área com cerca de 26ha com uma taxa de ocupação de cerca de 29%, sendo que, a grande parte da área não ocupada encontra-se em terrenos que facilmente se convertem em solo industrial.



Figura 4- Delimitação da área industrial de Palheiros e do Cadaval e identificação de zona consolidada

O município encontra-se assim perante a necessidade de reforçar a sua oferta de solo industrial de modo a conseguir atrair empresas dos sectores económicos de base territorial do concelho e fixar assim emprego e população.

Variação da capacidade turística

O concelho de Murça está integrado na Entidade Regional de Turismo do Porto e Norte, pertence, em termos de áreas promocionais turísticas, ao destino Porto - Norte de Portugal, subárea Douro. A sua inserção geográfica na região duriense que tem sido alvo nos últimos anos de um crescente interesse turístico, pode transformar o sector do turismo numa das suas grandes potencialidades de desenvolvimento.

O turismo é um dos sectores da região do Douro que tem apresentado maior dinâmica de crescimento nas últimas décadas, sendo inequivocamente apontado como um dos sectores mais promissores na promoção do desenvolvimento económico. Para além disso, e fruto de novas tendências de diversificação da procura turística, este sector pode assumir-se como um excelente motor para o desenvolvimento de outras atividades, como é o caso vitivinicultura. A título de exemplo, esta região oferece já hoje um conjunto de iniciativas de forte projeção como são os casos da Rota do Vinho do Porto e da Rota do Azeite, dos cruzeiros fluviais no Douro e dos Comboios Históricos.

A posição geográfica privilegiada de fronteira entre Alto Trás-os-Montes e o Douro, a localização das únicas instalações termais da Região de Turismo da Serra do Marão (Termas de St^a Maria Madalena), a existência de vários elementos histórico/culturais de elevado interesse e de uma paisagem natural de grande beleza, a realização de alguns eventos desportivos automobilísticos de projeção nacional e internacional e a proximidade do Alto Douro Vinhateiro, classificado como Património da Humanidade pela UNESCO, apesar de não abranger o território do concelho de Murça, veio reforçar ainda mais a projeção desta região, podendo ajudar a gerar uma mais-valia importante neste sector, passando a imagem de uma região de turismo de grande qualidade ambiental e patrimonial.

De forma genérica, pode-se afirmar que o concelho de Murça, em relação ao que acontece nos outros concelhos da NUTIII Alto Trás-os-Montes, possui uma reduzida expressão em termos de oferta de alojamento ao nível da hotelaria clássica (hotéis, pousadas e pensões/residenciais), contando apenas com três pensões/residenciais, e uma expressão nula ao nível do Turismo no Espaço Rural.

No que respeita ao alojamento classificado como tradicional ou clássico (hotéis, albergarias e pensões/residenciais) a atual oferta de alojamento em Murça pode ser considerada como altamente deficitária. Esta conclusão ressalta da análise dos elementos estatísticos fornecidos pelo INE e pelo Turismo de Portugal, complementados com informação recolhida no terreno, pois se nas unidades recenseadas pelo INE em 2011, não existe nenhum registo, através de

levantamento de campo foi possível apurar algumas unidades do tipo pensão/residencial, sem no entanto se conhecer o número exato de camas disponíveis, na certeza que esse número, devido à dimensão dos estabelecimentos, não deverá ser muito elevado.

A falta de dados sobre as taxas de ocupação e a procura existente não permite que se efetue uma análise mais rigorosa sobre o impacto atual do sector turístico no sistema. Importa no entanto referir os aspetos de natureza que caracterizam as unidades existentes. Assim, é certo que a sazonalidade da ocupação é muito acentuada, existindo uma maior taxa de ocupação durante os fins de semana dos meses de Primavera e Verão, inferindo-se daí taxas de ocupação relativamente baixas. Quanto à procura efetiva, e no que concerne ao número de dormidas e hóspedes, pode-se afirmar que o concelho é um destino muito pouco privilegiado pelos turistas. De resto, a fraca capacidade da oferta de alojamento condiciona irremediavelmente a procura potencial que possa existir.

4.2.4 Acesso a bens e serviços públicos fundamentais

Situação atual e tendência de evolução

Cobertura da rede de creches e centros ATL

A área de influência, destes equipamentos, normalmente é a freguesia mas, neste caso, ela é alargada às freguesias limítrofes que não dispõem destes equipamentos.

Em termos de cobertura de creche verifica-se, atualmente no município de Murça, a existência de uma infraestrutura. Em relação à procura potencial existe uma tendência para diminuição da população situada nestas faixas etárias. Globalmente o concelho, na faixa etária dos 0 - 4 anos, registou perdas na ordem dos 31% dos efetivos e, na faixa dos 5 - 14 anos, 29%, isto comparando os escalões etários do último intervalo censitário.

Existe uma tendência para o aumento da procura de creches e Centros ATL, apesar da diminuição da taxa de natalidade verificada, pois a oferta ainda é muito reduzida face à procura potencial existente, principalmente ao nível da tipologia creche. Esta previsível evolução da procura deverá evoluir para um acompanhamento da taxa de natalidade a curto/médio prazo.

Cobertura da rede de ensino pré-escolar

Os estabelecimentos de ensino pré-escolar funcionam numa lógica de cobertura da freguesia, registando-se atualmente uma cobertura de 33% do território concelhio, ficando 6 freguesias sem este nível de ensino. Os 3 estabelecimentos existentes asseguravam no ano letivo de 2011/2012 o serviço a 117 crianças com idade compreendida entre os 3 e os 5 anos o que leva a concluir

que existe um alastramento da área de influência de alguns equipamentos aos aglomerados das freguesias limítrofes, nomeadamente aquelas que não dispõem deste nível de ensino.

	01/02	08/09	09/10	10/11	11/12
N.º de estabelecimentos pré-escolar	6	6	6	6	3
N.º de alunos matriculados	125	117	120	120	117

Fonte: INE

Quadro 23- Evolução da procura efetiva do ensino pré-escolar.

A taxa de cobertura¹ tem vindo a aumentar, compensando assim, a diminuição da população em idade pré-escolar registada, resultado da diminuição da taxa de natalidade no concelho.

Cobertura da rede de 1.º ciclo do ensino básico

Acompanhando a evolução demográfica registada no município de Murça, este nível de escolaridade registou uma quebra significativa em termos de procura nos últimos dez anos. No global, o município perdeu entre os anos letivos de 2001/2002 e 2011/2012 cerca de 15% de alunos. Em termos de procura potencial, a evolução é semelhante à verificada no Pré-escolar com perdas em praticamente todas as freguesias, com particular destaque para as freguesias mais periféricas do concelho, existindo um fenómeno de concentração da população na freguesia de Murça.

Em termos de cobertura o município apresentava no ano letivo 2011/2012 apenas um estabelecimento de ensino que funcionasse o 1.º ciclo do ensino básico. A reestruturação que o sistema de ensino sofreu nos últimos anos refletiu-se bastante no município que viu serem encerradas bastantes escolas. Esse encerramento foi o resultado da necessidade de otimização da rede existente, pois verificava-se um excedente de oferta face à procura no município. Neste seguimento, no ano letivo 2011/2012 frequentavam no centro escolar Murça cerca de 225 alunos provenientes de todas as freguesias do concelho.

Em relação à acessibilidade, relacionando os tempos das deslocações entre localidades e a localização do equipamento, verifica-se que, à exceção dos aglomerados de Sobreira, Porrais, Carva e Cortinha toda a população está a menos de 30 minutos do centro escolar. De salientar que os aglomerados das freguesias que menos população possuem na faixa etária correspondente ao 1.º ciclo são os que apresentam maiores tempos de acesso ao centro escolar.

Básico 1.º ciclo	01/02	08/09	09/10	10/11	11/12
N.º de estabelecimentos	27	8	8	1	1
N.º de alunos matriculados	265	221	224	210	225

Fonte: INE

Quadro 24- Evolução da procura efetiva do 1.º ciclo do ensino básico

¹ **Taxa de Cobertura** - É a relação entre o número de crianças inscritas nos estabelecimentos de educação pré-escolar e a população em idade normal de frequência desse nível de ensino (3-5 anos).

Cobertura da rede do 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário

Os equipamentos destes níveis de ensino, funcionam maioritariamente numa lógica de cobertura concelhia, implicando a deslocação dos alunos para o aglomerado sede de concelho (Murça).

O quadro seguinte mostra que o número de alunos inscritos entre os anos letivos de 2001/2002 e 2011/12 no 2º e 3º ciclo do ensino básico registaram uma diminuição de 26% e 24% respetivamente. Já o ensino secundário teve uma redução, no mesmo período de tempo, de 25% mas com uma tendência ser maior nos próximos anos letivos.

De realçar ainda que a análise foi efetuada com um intervalo temporal significativo, de forma a conseguiu-se ter uma análise padronizada e evolutiva relativamente aos níveis de ensino no município.

A relação entre a oferta e procura do 2º e 3º ciclo do ensino básico e do secundário no concelho, demonstrando uma tendência clara para a diminuição da procura com manutenção da oferta. Provocando a curto prazo o sobredimensionamento da EB2,3 e Secundária, não por expansão de capacidade, mas sim por diminuição da procura.

Níveis de ensino	01/02	08/09	09/10	10/11	11/12
Básico 2.º ciclo	174	129	121	116	129
Básico 3.º ciclo	290	171	221	251	221
Secundário	293	161	232	230	221

Fonte: INE

Quadro 25- Evolução da procura efetiva do 2.º e 3.º CEB e Secundário.

Cobertura da rede de cuidados de saúde públicos

A nível concelhio e no âmbito deste estudo, os cuidados de saúde primários, que são o primeiro nível de contacto da população com os serviços de saúde, são assegurados pelo Centro de Saúde de Murça, cuja área de influência é o concelho. O centro de saúde, durante o ano de 2012, foi procurado para 23425 consultas, nas 4 especialidades disponíveis. Como se pode observar no quadro seguinte, a esmagadora maioria dessas consultas foram da especialidade de Medicina Geral e Familiar/Clínica Geral.

Os indicadores de Saúde do concelho demonstram que o serviço prestado é ainda baixo com um rácio de médicos/ 1000 habitantes em 2012 inferior à unidade (0,3). É de realçar ainda um indicador que tem sofrido uma evolução negativa segundo os últimos intervalos estatísticos, sendo ele a taxa de mortalidade infantil, demonstrando algumas carências ao nível dos cuidados de saúde infantil e pré-natal.

Total	Especialidades			
	Medicina Geral e Familiar / Clínica Geral	Planeamento Familiar	Saúde Infantil e Juvenil / Pediatria	Saúde Materna
23425	21063	447	1631	284

Fonte: INE. Anuário Estatístico 2012

Quadro 26- Consultas efetuadas nos Centros de Saúde e Extensões, segundo as Especialidades, em 2012.

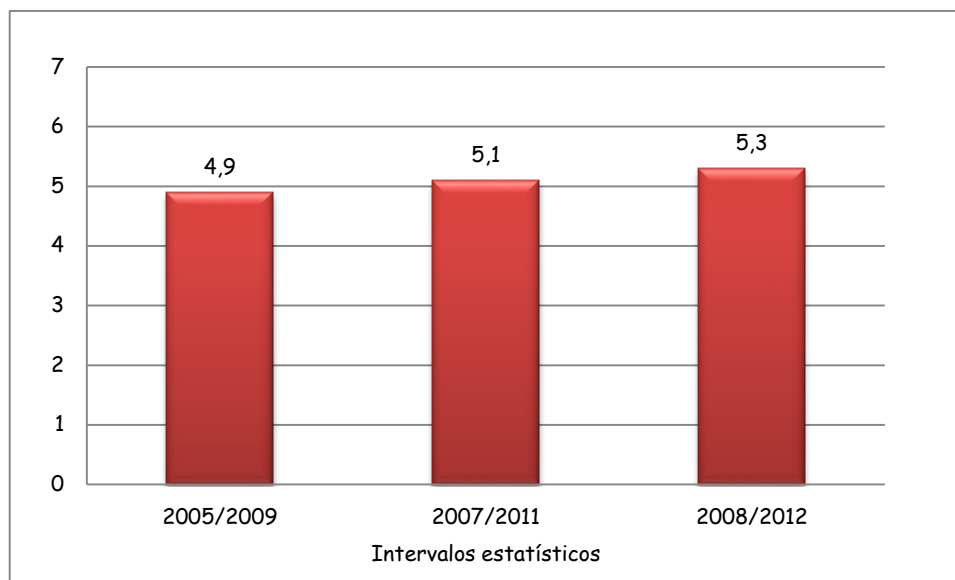


Gráfico 14- Evolução da taxa de mortalidade infantil no concelho de Murça.

Ao nível da procura potencial o concelho tem perdido população nos últimos anos, mas isto não significa uma diminuição da procura, pois a essa regressão demográfica está associado um fenómeno de envelhecimento da população. Esta dinâmica demográfica irá ter um grande impacto na rede de equipamentos de saúde pois as faixas etárias mais elevadas, sendo mais suscetíveis à contração de doenças, deverão representar um aumento da procura destes equipamentos. O facto do sistema de saúde ter sofrido uma reestruturação nos últimos anos, levou a que, em Murça, atualmente, apenas exista um Centro de Saúde.

Em relação à acessibilidade aos equipamentos, relacionando os tempos das deslocações entre localidades e a localização dos equipamentos verifica-se que, à exceção dos aglomerados de Sobreira, Porrais, Carva e Cortinhas, toda a população está a menos de 20 minutos do Centro de Saúde de Murça

Cobertura da rede de lares de 3ª idade, centros de dia e serviços de apoio domiciliário

Em termos de cobertura verifica-se que, atualmente, cerca de 33% das freguesias possuem infraestruturas de ação social no município de Murça.

A área de influência dos Lares de Idosos é normalmente todo o território concelhio, recebendo utentes provenientes de todas as freguesias. Para os Centro de dia e o apoio domiciliário, normalmente, a sua área de influência é a freguesia

mas neste caso é expandida a aglomerados das freguesias mais próximas que não dispõem deste tipo de equipamento.

Analisando geograficamente a distribuição espacial destas infraestruturas observa-se que, atualmente, apenas as freguesias de Murça, Fiolhoso e Candedo dispõe de equipamentos de ação social. As restantes freguesias que não possuem este tipo de infraestrutura funcionam numa lógica de proximidade ao equipamento mais acessível.

É de salientar que são os aglomerados localizadas no norte do concelho que apresentam tempos mais morosos em termos de acesso a infraestruturas de ação social. Na maioria dos aglomerados o tempo de acesso situa-se a menos de 10 minutos da infraestrutura mais próxima.

Em relação à procura potencial no concelho existe uma clara tendência para o aumento da população idosa, com o índice de envelhecimento a atingir um valor de 251% em 2011 e, no caso do índice de dependência de idosos, o aumento absoluto do quantitativo de idosos associado a um aumento da esperança de vida levaram este valor a crescer bastante, 46% na última década censitária.

Na ausência de dados relativos à procura potencial existente no distrito, é importante referir que esta tipologia de equipamentos cada vez mais se assume como uma importante ajuda desempenhando e um importante papel na integração plena na sociedade ativa daqueles cidadãos com necessidades especiais de apoio e acompanhamento.

Cobertura da rede de equipamentos desportivos

A procura potencial destes equipamentos está estreitamente ligada às camadas mais jovens da população que têm uma natural atracção pela prática desportiva, assim, as freguesias como Candedo, Fiolhoso, Jou, Noura e Murça, serão aquelas em que a procura potencial será maior. As freguesias de menor dimensão demográfica, com uma tendência mais acentuada no processo de envelhecimento e maior esvaziamento populacional serão aquelas que têm uma tendência para uma menor procura e utilização destes equipamentos, como são os casos de Carva, Vilares e Valongo de Milhais.

Em termos de procura não existem dados que possam sustentar qualquer análise global relativamente à utilização destes recintos, mas as informações recolhidas, indicam os recintos são procurados pelos habitantes dos aglomerados muito próximo destes, no caso dos polidesportivos e campos de jogos. Já para os equipamentos de carácter municipal como é o caso das Piscinas Municipais e campos de ténis, são utilizados pela população do concelho, principalmente pelos jovens e crianças em idade escolar.

A cobertura destes equipamentos é praticamente total, existindo alguns aglomerados que, apesar não possuírem equipamentos desportivos dentro do seu perímetro urbano tem equipamentos localizados na sua periferia ou encontram-se a menos 15 minutos de uma localidade que possui pelo menos um equipamento.

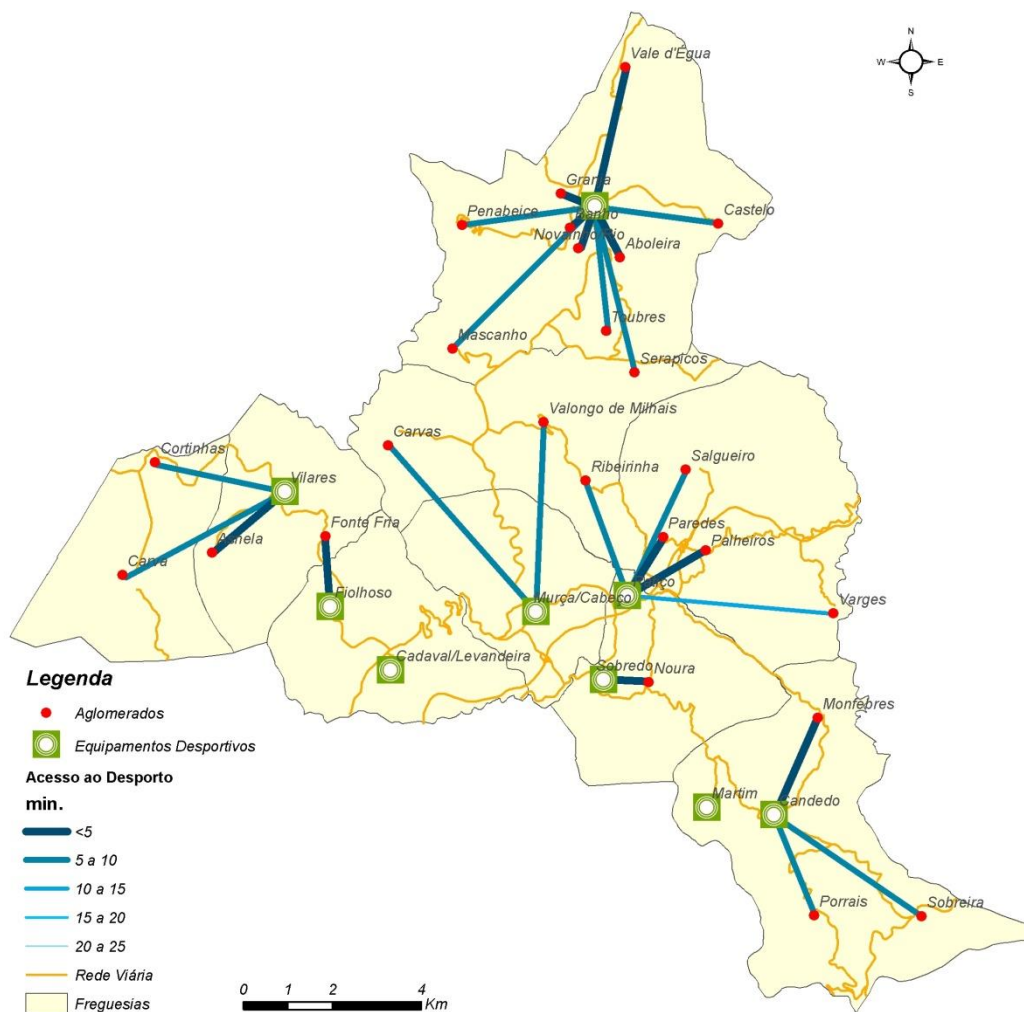


Figura 5- Acesso a equipamentos de Desporto

4.2.5 Padrões de mobilidade

Situação atual e tendência de evolução

Percentagem de distribuição modal

A escolha modal é o resultado e reflexo de muitas variáveis que transpõem o contexto dos sistemas de transporte. Esta é influenciada por fatores culturais, sócio económicos e psicológicos. Nas deslocações internas do concelho, nota-se um predomínio número de pessoas que se deslocam de automóvel para o local de trabalho ou estudo. O modo de transporte mais utilizado pelos inquiridos nas deslocações de maior distância é o automóvel ligeiro com cerca de 58%, sendo 42% como condutor e 16% como passageiro.

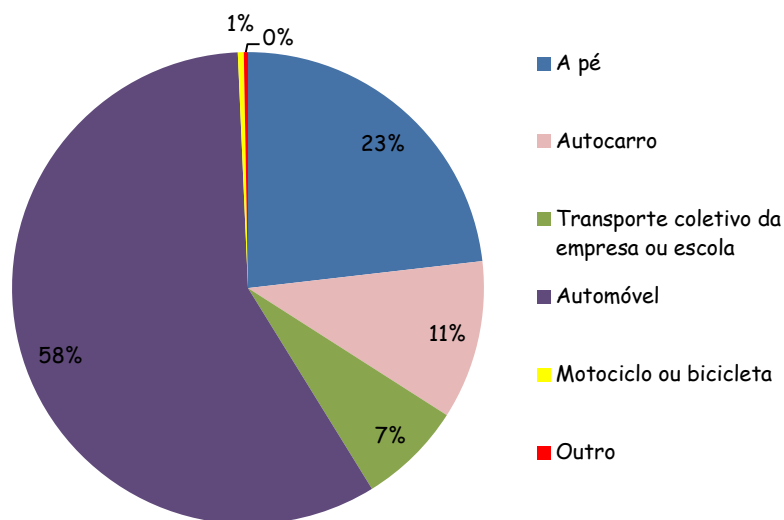


Gráfico 15- Distribuição modal em Murça (2011)
Fonte: INE.

Taxa de cobertura dos serviços de transporte públicos

Apesar da cobertura do transporte público ser total (100%) nas freguesias do concelho, a frequência com que estes serviços operam é ainda insuficiente face às necessidades da população. Estas necessidades acentuam-se proporcionalmente às maiores distâncias que a população tem que realizar, situação bem patente nas deslocações inter-concelhias e inter-regionais.

Os custos associados à adequação de uma rede de transportes públicos que opere de forma eficiente face às necessidades de todos os habitantes de Murça são avultadíssimos, pelo que muitas das vezes, nas deslocações internas no município, recorre-se ao serviço de aluguer de táxi. Este serviço dá resposta, essencialmente, às populações dos aglomerados mais isolados que evidenciam maiores carências de deslocação e constitui, na maioria das vezes, a única forma de acesso à sede concelhia.

4.2.6 Síntese da situação atual e tendência de evolução

O quadro que se segue sintetiza a avaliação ambiental da situação atual e tendências de evolução dos indicadores que caracterizam o fator crítico Coesão e Desenvolvimento Territorial face aos objetivos e metas definidos.

Fator Crítico	Critérios	Situação atual	Tendências de evolução face ao QRE
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População		↓
	Habituação		⇒
	Atividades Económicas		↻
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais		↻
	Padrões de mobilidade		⇒

Tendências de evolução	↓ Muito Negativa	↻ Negativa	⇒ Sem alteração significativa	↻ Positiva	↑ Muito Positiva
Distância à situação desejável					
Objetivos e metas	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

4.2.7 Análise SWOT

No quadro seguinte é efetuada uma análise SWOT relativamente ao fator crítico Coesão e Desenvolvimento Territorial, que resulta do diagnóstico da situação atual e tendências de evolução, anteriormente descritas.

S (pontos fortes)	W (pontos fracos)
Elevados níveis de dotação ao nível da cobertura de eletricidade, água, retrete, esgotos e banho Elevado potencial turístico oferecido pelos recursos paisagísticos, patrimoniais e geológicos.	Reduzida iniciativa empresarial com capacidade inovadora Ausência de estabelecimentos de ensino profissionalizante Elevada dependência do automóvel nas deslocações internas e externas
O (oportunidades)	T (ameaças)
Maior adesão aos transportes coletivos devido ao aumento dos preços dos combustíveis e à crescente sensibilização ambiental da população	Progressivo envelhecimento da população com perda da população mais jovem Tendência de aumento da taxa de desemprego e agravamento das situações de exclusão económica e social Deficiências ao nível do acesso a equipamentos e a serviços básicos da população residente em aglomerados urbanos periféricos

4.2.8 Identificação dos Efeitos

Neste ponto pretende-se avaliar os efeitos que a aplicação do plano tem no alcance das metas e objetivos definidos para o fator crítico Coesão e Desenvolvimento Territorial no QRE.

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
ENDS	Mais equidade, igualdade de oportunidades e coesão social Valorização equilibrada do território	O plano define opções estratégicas de intervenção para o incremento de infraestruturas, equipamentos e serviços, garantindo a universalidade da população no acesso a bens e serviços fundamentais	Carta de Ordenamento Regulamento
PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar</i> - Valorizar a diversidade dos territórios e a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais, garantindo em todo o País o acesso ao conhecimento e aos serviços coletivos e boas condições de mobilidade e comunicação, favorecendo a liberdade de opção por diferentes espaços e modos de vida.	Constituem objetivos do plano a plena inserção do concelho na rede viária nacional e o reforço das infraestruturas e serviços básicas de forma a garantir uma maior coesão social e articulação com áreas rurais envolventes	Carta de Ordenamento Programa de ação
PROT-N	Consolidação do sistema urbano (pontos nodais da estrutura de apropriação do território) Conformação e concretização dos sistemas / redes fundamentais de conectividade (suportes dos fluxos de pessoas, de bens, de serviços e de informação) centrada na articulação entre pontos nodais da estrutura territorial da Região e destes com o exterior.	O plano define como objetivo específico a integração do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes, através da melhoria das ligações entre a sede do concelho e os eixos viários estruturantes e a articulação do concelho com os centros urbanos e os territórios envolventes	Carta de Ordenamento
QREN	Promover o crescimento sustentado através, especialmente, do objetivo do aumento da competitividade dos territórios; Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de promover um	Constituem objetivos do plano reforçar a capacidade de atracção e polarização do concelho e a articulação com os centros urbanos e os territórios envolventes, através do incremento de equipamentos e serviços fundamentais e da criação de condições para a	Programa de ação

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
	melhor ordenamento do território e consolidar o reforço do sistema urbano, tendo presente a redução das assimetrias regionais de desenvolvimento;	fixação de iniciativas e investimentos turísticos	
		Na qualificação do solo rural e urbano foram definidas categorias de acordo com a aptidão natural e capacidade do solo para a instalação de usos e atividades com o intuito de promover a dinamização e multifuncionalidade dos espaços rurais e urbanos	Carta de Ordenamento Regulamento
PO NORTE	<i>Valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e do seu capital simbólico e identitário;</i> <i>Valorização e qualificação territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspectiva intergeracional e inclusiva;</i>	O plano define ações estratégicas que visam consolidar o papel e a importância económica dos sectores agroindustrial e turístico, incentivando e apoiando a instalação de novas unidades industriais e turísticas articuladas com o comércio e serviços locais.	Carta de Ordenamento
		Delimitação da EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano	Carta de Ordenamento
PENDR	Aumento da competitividade dos sectores agrícola e florestal, Diversificação da economia nas zonas rurais Reforço da coesão territorial e social	O plano define ações estratégicas de reforço e diversificação das atividades económicas de base territorial, consolidando o papel e a importância do sector agroindustrial e valorizando o potencial turístico associado aos recursos naturais e as atividades tradicionais	Carta de Ordenamento Regulamento
PENT	Desenvolvimento do Turismo baseado na qualificação e competitividade da oferta, alavancado na excelência ambiental/urbanística, na formação dos recursos humanos e	Constituem objetivos do plano reforçar o turismo como atividade geradora de mais valias, criando condições para a instalação de projetos de desenvolvimento turístico,	Carta de Ordenamento Regulamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
	na dinâmica/modernização empresarial e das entidades públicas	reforçando o peso social e económico do turismo, apostando na instalação de novas unidades turísticas e na organização de eventos, diversificar as iniciativas locais direcionadas para o turismo, em conciliação com o comércio e serviços locais	
PROFBP	<i>Valorizar as áreas florestais:</i> Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais; <i>Consolidar a atividade florestal:</i> Melhorar a área florestal, com intervenções adaptadas às condições locais e compatíveis com a região e com a espécie;	Como forma de promover a proteção e valorização económica das áreas de aptidão florestal foram consideradas na proposta de ordenamento do PDM duas categorias de espaços: espaços florestais de conservação e espaços florestais de produção.	Carta de Ordenamento Regulamento

4.2.9 Avaliação das Opções Estratégicas do Plano

No quadro seguinte são analisados os eventuais efeitos positivos ou negativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Coesão e Desenvolvimento do Território.

Coesão e Desenvolvimento do Território	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
População	+++	+++	+++	+++	0	+++
Habitação	0	+++	+++	0	0	++
Atividades económicas	+++	0	0	+++	++	0
Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	0	+++	0	0	0	+++
Mobilidade	0	+++	0	0	0	++

+++ Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas

++ Média contribuição para o alcance das metas estratégicas

+ Fraca contribuição para o alcance das metas estratégicas

0 Contribuição nula ou insignificante para o alcance das metas estratégicas

- Fraco conflito com o alcance das metas estratégicas

-- Médio conflito com o alcance das metas estratégicas

--- Forte conflito com o alcance das metas estratégicas

0 Não aplicável

População

As opções estratégicas 1 e 4 têm como propósito incrementar a capacidade de atracção e polarização dos principais aglomerados urbanos do concelho, através do incremento de infraestruturas e da fixação de iniciativas e investimento empresariais, contribuindo para a contenção da tendência de despovoamento verificada nos últimos anos.

Com a aplicação das opções estratégicas 2 e 3 pretende-se contribuir para o reforço das infraestruturas básicas e equipamentos coletivos e da rede viária da vila de Murça e dos polos urbanos secundários como forma de promover a integração e coesão territorial.

A execução da opção estratégica 6 contribui para uma maior mobilidade e acessibilidade da população residente nos aglomerados rurais, através da melhoria dos níveis de acesso a bens e serviços públicos fundamentais para a coesão territorial.

Em relação a opção estratégica 5 não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre a população.

Habitação

A concretização das opções estratégicas 2 e 6 contribuem para o aumento do número de habitações ligadas às redes de infraestruturas básicas de saneamento, melhorando as condições de habitabilidade da população.

A aplicação da opção estratégica 3 promove a legalização de construções de génese ilegal e para a contenção da edificação em solo rural e para a requalificação do parque habitacional.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre a habitação.

Atividades económicas

A opção estratégica 1 visa promover uma maior atratividade e articulação dos principais centros urbanos do concelho com os territórios envolventes para incentivar e atrair iniciativas e investimentos empresariais que contribuam para uma maior diversificação do sector económico do concelho.

A opção estratégica 4 contribui para o desenvolvimento dos sectores da indústria agroalimentar e do turismo, criando condições para a instalação de projetos e unidades empresariais em articulação com o comércio e serviços locais, reforçando o peso social e económico destes sectores no concelho.

A opção estratégia 5 visa a criação de uma EEM que define orientações para a valorização e aproveitamento dos recursos naturais baseadas em princípios de sustentabilidade, como forma de prevenir e minimizar as incidências ambientais causadas pela instalação no território de determinados usos ou atividades.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre as atividades económicas.

Acesso a bens e serviços públicos fundamentais

As opções estratégicas 2 e 6 promovem uma maior equidade da população no acesso a equipamentos e serviços fundamentais, através do reordenamento e requalificação das redes de infraestruturas básicas, de equipamentos coletivos e da rede viária concelhia.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos no acesso a bens e serviços públicos fundamentais

Mobilidade

A aplicação da opção estratégica 2 contribui para a construção e requalificação dos eixos rodoviários estruturantes, garantindo a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos envolventes.

A opção estratégica 6 contribui para a melhoria da acessibilidade interna através da requalificação e ampliação da rede viária intraconcelhia, incrementando a acessibilidade e a mobilidade das populações rurais.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre a mobilidade.

4.2.10 Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas

No quadro seguinte apresenta-se o resumo das principais vantagens e desvantagens decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Coesão e Desenvolvimento Territorial.

	Vantagens	Desvantagens
Opção 1	Contribui para a fixação de novas iniciativas e investimentos importantes para a criação de emprego e diversificação da atividade económica, fatores fundamentais para a atração de novos residentes no concelho.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 2	Reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial e reestruturação/requalificação dos perímetros urbanos da vila de Murça e dos polos urbanos secundários, contendo a expansão da edificação fora dos perímetros urbanos.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 3		

	Vantagens	Desvantagens
Opção 4	Contribuem para o reforço das atividades relacionadas com o turismo e a indústria agroalimentar fundamentais para o desenvolvimento das economias de escala a nível dos produtores e comerciantes locais.	A instalação de novas unidades turísticas e agroindustriais pode provocar intrusões paisagísticas num território onde a paisagem tem elevado valor.
Opção 5	Criação de uma EEM que define orientações de gestão para a utilização sustentável dos recursos endógenos baseados em princípios de proteção e valorização dos valores naturais, paisagísticos e culturais	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 6	Contribui para uma maior equidade no provimento de equipamentos e infraestruturas viárias e de saneamento, melhorando as condições de mobilidade e habitabilidade da população rural	Não foram identificados efeitos negativos significativos

4.2.11 Diretrizes

Para uma maior concretização dos objetivos e orientações estratégicas definidas no QRE para a Coesão e Desenvolvimento Territorial, propõem-se as seguintes diretrizes:

- Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de apoio social, nomeadamente no que se refere aos serviços de apoio à infância e de apoio à 3.ª idade. O Plano deverá prever no seu plano de ação qual a dotação financeira a alocar para o reforço destas redes, e procurar identificar em sede de carta de ordenamento, as eventuais áreas necessárias para a construção destes equipamentos.
- Apoiar incitativas empresariais em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadradas na paisagem envolvente e que estabeleçam relações económicas e sociais com as comunidades locais, disponibilizando desde logo e em sede de carta de ordenamento, solo destinado à instalação de atividades económicas e regulamentando os usos compatíveis com o solo rural de modo a que seja permitido o desenvolvimento destas atividades de base territorial em solo rural.
- Promover a identificação, em sede de carta de ordenamento, de solo destinado a fins turísticos que fomenta investimentos associados ao turismo de natureza e ao património histórico/cultural;
- Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas nos espaços urbanos, procurando, em sede de regulamento municipal e por via da tributação fiscal, fomentar a reconstrução e reabilitação do edificado existente.

- Regular os usos compatíveis em solo rural de elevado valor paisagístico bem como os parâmetros de edificabilidade em termos turísticos e industriais, de modo a assegurar, sobretudo, a minimização das intrusões visuais nestes espaços, restringindo a densidade construtiva, a impermeabilização do solo e a volumetria das novas edificações, mas assegurando a viabilidade funcional dos edifícios para a instalação das atividades.

4.3 Recursos territoriais

Com a definição deste FCD pretende-se avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM ao nível da conservação e gestão dos recursos hídricos, da biodiversidade e da paisagem bem como dos recursos e valores patrimoniais. Para tal, foram definidos os seguintes critérios de avaliação:

4.3.1 Recursos Hídricos

Situação atual e tendência de evolução

Variação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos

A otimização deste recurso renovável, tendo em conta as características da região, deverá basear-se em utilizações da água para finalidades hidroagrícolas, abastecimento público e produção de energia elétrica através de aproveitamentos hidroelétricos. A produção de energia por grandes e pequenas hidroelétricas assume um papel importante se tivermos em conta a meta estabelecida para Portugal no âmbito da Diretiva 2001/77/CE de em 2010 cerca de 39% do consumo de eletricidade ser garantido por energias renováveis.

Seguidamente é apresentada uma classificação baseada em estações da Rede de Qualidade da Água superficial do INAG que permite obter informação sobre a evolução dos usos que potencialmente podem ser considerados nos principais cursos de água que atravessam o concelho.

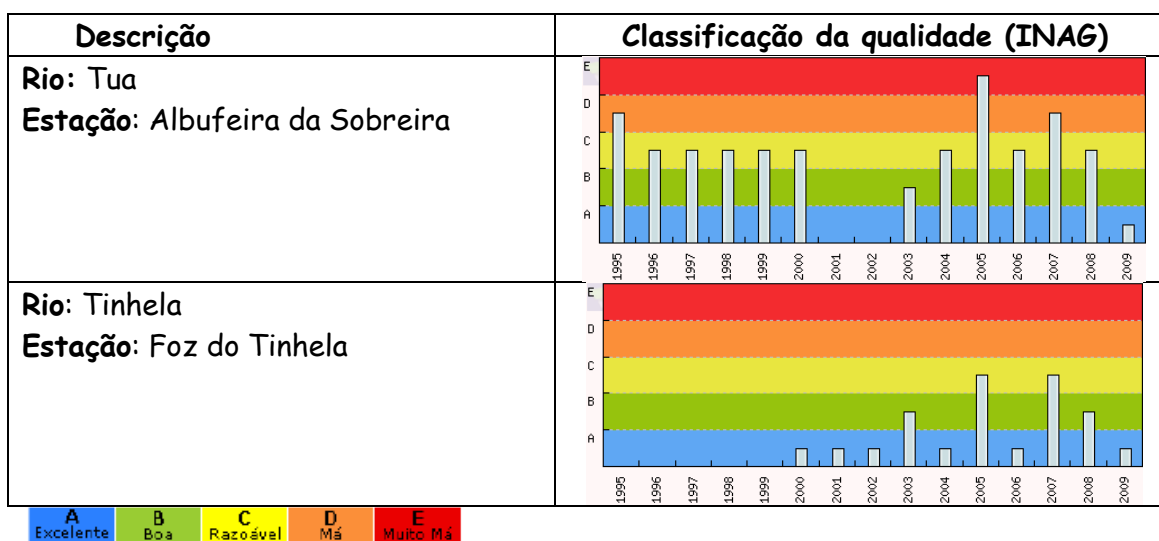


Gráfico 16- Evolução da qualidade da água superficial entre 1995-2009

Fonte: Rede de Qualidade da Água Superficial do INAG

Constata-se que a qualidade do rio Tua apresenta uma classificação igual ou superior a C (Razoável) e Tinhela apresentam uma classificação igual ou inferior a C, destacando-se o rio Tinhela que próximo da sua foz apresenta uma qualidade equivalente às condições naturais (classes A) o que demonstra o grande potencial que este recurso pode constituir no concelho e na região.

No que concerne aos recursos hídricos subterrâneos, a reduzida produtividade média dos aquíferos da região ($50\text{m}^3/(\text{dia.Km}^2)$) reflete a heterogeneidade do meio e o tipo de formações geológicas presentes. Este é um dos principais fatores que condiciona a distribuição e a produtividade dos recursos hídricos subterrâneos em Portugal que, sofrendo a ação dos processos de alteração, são mais favoráveis ou não à circulação e armazenamento de água.

Do ponto de vista da qualidade subterrânea para abastecimento, o município apresenta uma nascente registada no SNIRH com classificação A1 (tratamento físico, químico e desinfecção) e que no último registo de qualidade disponível apresentava bons níveis de qualidade como se pode confirmar pelos valores do quadro seguinte.

Captações Subterrâneas	Data	Azoto amoniacal (mg/l NH ₄) (mg/l)	Condutividade de campo a 20°C (uS/cm) (uS/cm)	Nitrato Total (mg/l NO ₃) (mg/l)	Oxigénio dissolvido - campo (mg/l) (mg/l)	pH - campo (-)
89/N1	14-09-2006 00:00	($\leq$) 0.040	37	($\leq$) 5.000	3.1	6.58

Quadro 27- Qualidade das águas subterrâneas das nascentes monitorizadas em Murça

Fonte: INAG (SNIRH)

Descargas de efluentes sem tratamento prévio

Em 2002 o INSAAR registava a presença de 25 descargas em meio recetor após tratamento. O valor dos pontos de rejeição após tratamento passou para 26. Segundo o relatório mais recente do INSAAR (2008) em Murça existe atualmente apenas 1 ponto de descarga em meio recetor após tratamento no concelho.

4.3.2 Recursos florestais

Situação atual e tendência de evolução

A floresta é imprescindível para o desenvolvimento das regiões. Contribui para a economia, preservação da biodiversidade, ordenamento do território e é um complemento do sistema agrário. Apesar de nos últimos anos ter sofrido uma redução significativa devido aos incêndios, continua a constituir um recurso importante, ocupando em 2007 uma área de 4958ha do concelho.

A presença de área florestal faz-se sentir principalmente nas freguesias de Palheiros com 1300ha de área, Jou com 987ha e Valongo de Milhais com 685ha, destacando-se das restantes.

Segundo dados da Autoridade Florestal Nacional, publicados no 5.º Inventário Florestal Nacional, relativamente às espécies existentes, o pinheiro-bravo é a espécie dominante ocupando cerca de 3006ha. Num patamar claramente inferior, em termos de área, surgem os eucaliptos com uma representação de 488ha, seguidos dos castanheiros com 200ha. A classe dos sobreiros, outras resinosas e carvalhos surgem com um peso intermédio, com valores de 151ha, 132ha e 117ha respetivamente, podendo também encontrar-se no concelho pequenas manchas de azinheiras (35ha) e outras folhosas (98ha) como demonstra o gráfico seguinte.

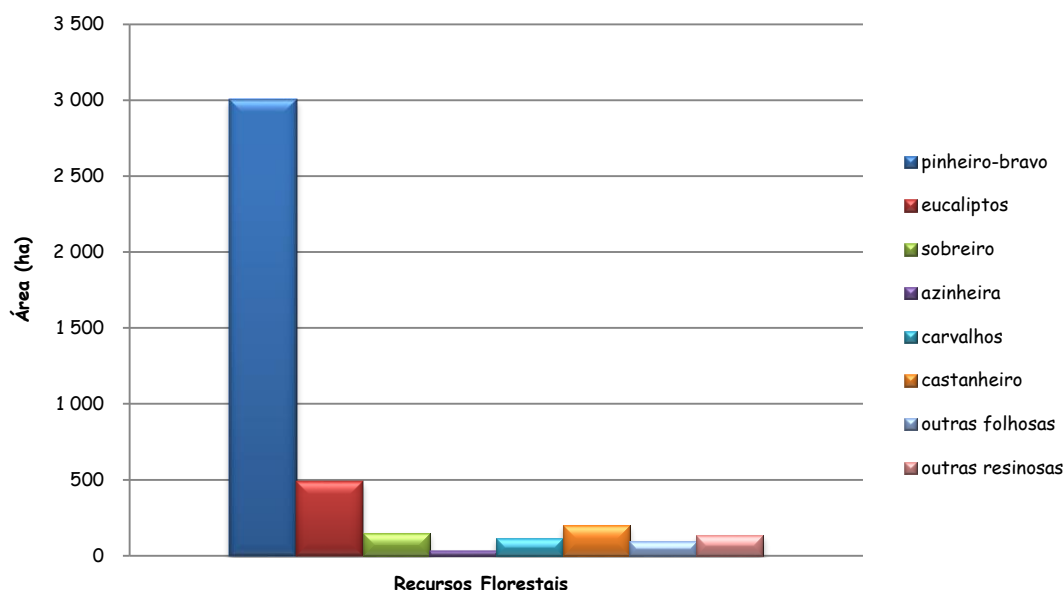


Gráfico 17- Recursos florestais por espécie dominante no concelho
Fonte: Relatório Final do 5.º Inventário Florestal Nacional 2004-2006.

Em termos de área sujeita a planos de gestão refira-se que o município de Murça não integra nenhuma ZIF.

4.3.3 Recursos cinegéticos e piscícolas

Situação atual e tendência de evolução

O aproveitamento do potencial cinegético e piscícola, com vista à sua gestão sustentável, podem contribuir para a dinamização da economia rural e de cartaz de atracção turística. A exploração deve basear-se numa ótica de ordenamento dos recursos, de valorização do exercido por associações, sociedades ou clubes de caçadores e pescadores que desenvolvam ações de fomento e conservação da fauna cinegética e piscícola, nelas assegurando o exercício venatório.

As atividades de caça e pesca são muito tradicionais na zona e são geridas por associações e/ou clubes. Da consulta aos dados do ICNF é possível constar que existem 7 zonas de caça no município que integram mais de 17.821ha geridas por associações locais

Nº Zona Caça	Designação da ZC	Área no Concelho (ha)	Entidade	Tipo Zona
3035	ZCM CANDEDO	2839	JUNTA DE FREGUESIA DE CANDEDO	Municipal
3036	ZCM NOURA	1418	JUNTA DE FREGUESIA DE NOURA	Municipal
3038	ZCM DE PALHEIROS	2446	JUNTA DE FREGUESIA DE PALHEIROS	Municipal
3138	ZCM JOU-VALONGO	5362	AS FLORESTAL DO VALE DOURO NORTE	Municipal
3146	ZCM MURÇA	1175	JUNTA DE FREGUESIA DE MURÇA	Municipal
4787	ZCA VALES	106	AS CAÇADORES DE SANTA COMBA- VALES E ZEBRAS	Associativa
5959	ZCM DA TERRA FRIA	4455	CLUBE DE CAÇA E PESCA DE FIOLOSHO, CARVA E VILARES	Municipal

Quadro 28- Zonas de caça ativas no concelho de Murça

Fonte: ICNF

Em termos de concessões de pesca desportiva, o município não apresenta qualquer registo na base de dados do ICNF.

4.3.4 Recursos minerais

Situação atual e tendência de evolução

Variação das áreas de prospeção e pesquisa e das explorações de recursos geológicos

Verifica-se na região um crescimento da exploração dos recursos minerais não metálicos para fins industriais e ornamentais. Este é um segmento de mercado que apresenta grandes oportunidades de desenvolvimento. Dada a composição geológica do solo ser constituída por formações rochosas muito primitivas, tais como quartzitos, xistos e granitos, as explorações atualmente existentes no concelho encontram-se em manchas graníticas e xistentas.

A extração de quartzitos "xistificados" de tonalidade acinzentada, com finalidade ornamental, tem lugar na Serra da Garraia (freguesia de Palheiros). As explorações de granitos são destinadas à construção civil, paralelepípedos, preparação de esteios para ramadas, etc.

Ocorrência mineral	Substância e/ou metais	Descrição	Dimensão
Cabeço do Seixo	Quartzo (SiO ₂)	Filão quartzoso com direcção N 5° W, pendor 70° E e 15 m de possança.	Pequena
Penabeice	Chumbo (Pb)	Filão quartzoso orientado N 30° E e 75° W.	Pequena
Alto da Veiga	Quartzo (SiO ₂)	Filão de quartzo, orientado N 15° a 20° W, subvertical e com 5 m de possança.	Pequena
Avinhó	Quartzo (SiO ₂)	Filões pegmatíticos, orientados N 45° W e E-W, subverticais e com possanças de 2 a 30 metros.	Pequena
Monte de S. Domingos	Tungsténio (W)	Três filões quartzosos, orientados N 40° E, verticais e com possanças até 5 metros.	Pequena
Fraga da Raposa	Estanho (Sn)	Vários filões quartzosos com direcção NW-SE, verticais e possança até 0,40 m.	Pequena
Ribeira e Sobredo	Estanho (Sn)	Filões quartzosos, orientados N 60° W e 65° SE e com possanças de 0,2 a 0,5 m.	Pequena

Fonte: Sistema Nacional de Informação Geocientífica/INETI

Quadro 29- Ocorrências de minerais metálicos no concelho

4.3.5 Património cultural, arquitetónico e edificado

Situação atual e tendência de evolução

A riqueza patrimonial de Murça fica demonstrada pela diversidade de categorias/ tipologias de elementos com interesse patrimonial e ainda não classificados. Em relação às categorias/ tipologias presentes destacam-se entre outros, os Monumentos Megalíticos, Castros, Templos Religiosos e Solares/ Casas Senhoriais, demonstrando a intensa ocupação humana deste território desde épocas remotas até à atualidade.

No processo de revisão do PDM, foi realizada a inventariação de todo o património classificado e estabelecidos perímetros de proteção para a salvaguarda do património edificado e arqueológico. A recuperação e valorização do Património cultural, arquitetónico e edificado dependente em muito da vontade e dos recursos disponíveis na autarquia. A manutenção do património edificado e arquitetónico e a sua integração em rotas turísticas, como as que atualmente existem no concelho, contribuem para a diversificação da oferta turística do concelho e da região.

4.3.6 Síntese da situação atual e tendência de evolução

O quadro que se segue sintetiza a avaliação ambiental da situação atual e tendências de evolução dos indicadores que caracterizam o fator crítico Recursos Territoriais face aos objetivos e metas definidos

Fator Crítico	Critérios	Situação atual	Tendências de evolução face ao QRE
Recursos Territoriais	Recursos hídricos		⇒
	Recursos florestais		↺
	Recursos cinegéticos e piscícolas		⇒
	Recursos minerais		↺
	Património cultural, arquitetónico e edificado		↺

Tendências de evolução	↓ Muito Negativa	↺ Negativa	⇒ Sem alteração significativa	↺ Positiva	↑ Muito Positiva
Distância à situação desejável					
Objetivos e metas	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

4.3.7 Análise SWOT

No quadro seguinte é efetuada uma análise SWOT relativamente ao fator crítico Recursos Territoriais, que resulta do diagnóstico da situação atual e tendências de evolução, anteriormente descritas.

S (pontos fortes)	W (pontos fracos)
Boa qualidade dos recursos hídricos que permitem satisfazer diversos usos Paisagem humanizada de elevado valor cultural e histórico com potencial para o desenvolvimento de atividades turísticas	Mau estado de conservação de algum do património edificado e arquitetónico
O (oportunidades)	T (ameaças)
Aproveitamento dos recursos cinegéticos/piscícolas para a promoção da atividade turística Reabilitação do património edificado e arquitetónico para criação de unidades de alojamento turístico	Degradação da qualidade paisagem provocada pelos impactes visuais gerados pela dispersão urbana de edifícios Aumento dos incêndios florestais e da área florestal degradada

4.3.8 Identificação dos Efeitos

Neste ponto pretende-se avaliar os efeitos que a aplicação do plano tem no alcance das metas e objetivos definidos para o facto crítico Recursos Territoriais no QRE.

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
ENDS	Gestão Eficiente do Património Natural	A nível regulamentar são definidas regras de uso do solo para a defesa e conservação das características e potencialidade da paisagem e das áreas de valor natural	Carta de Ordenamento Regulamento
PNPOT	Um espaço sustentável e bem ordenado Preservar o quadro natural e paisagístico, em particular os recursos hídricos, floresta e espaços de potencial agrícola Gerir e valorizar as áreas classificadas integrantes da Rede Fundamental de Conservação da Natureza	Com o objetivo de preservar e valorizar os recursos naturais e paisagísticos e os ecossistemas biofísicos mais importantes do concelho foi criada a EEM que estabelece uma estrutura contínua, onde são incluídas áreas da REN, da RAN e do DH Para as da EEM são definidas a nível regulamentar um conjunto de regras de uso e ocupação complementares para a salvaguarda e aproveitamento	Carta de Ordenamento Regulamento
PROT-N	Conservação e valorização do suporte territorial (valores		

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
	naturais e patrimoniais) <i>Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades / atenuação das fragilidades)</i>	eficiente dos recursos e valores naturais.	
PO NORTE	<i>Valorização económica de recursos específicos, enquanto elementos-chave de uma estratégia territorialmente diferenciada de desenvolvimento regional, assente na valorização económica dos seus recursos próprios e, designadamente, do seu capital simbólico e identitário;</i>	O plano define opções estratégicas para a consolidação do papel e da importância económica do sector do turismo e da indústria agroalimentar como forma de valorizar os recursos endógenos do concelho	Carta de Ordenamento Regulamento
PNBEPH	Contribuição para as metas de produção de energia com origem em fontes renováveis Redução da dependência energética nacional Redução de emissões de gases com efeito de estufa (GEE)	Na proposta de ordenamento do PDM são consideradas como compatíveis com o uso dominante dos espaços agrícolas e florestais as atividades, instalações, obras e ocupações afetas à exploração de parques eólicos e aproveitamentos hidroelétricos que contribuem para a produção de energia com origem em fontes renováveis A regulamentação mais inibidora da construção em solo rural, combate a dispersão urbana e potencia o aumento da densidade urbana, fatores indutores de reduções da dependência do automóvel e por conseguinte de maior eficácia nos consumos de combustíveis fósseis	Regulamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
ENCNB	Promover a integração da política de conservação da natureza e do princípio da utilização sustentável dos recursos biológicos na política de ordenamento do território e nas diferentes políticas sectoriais	O plano define a EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano Para as áreas integradas na EEM são definidas a nível regulamentar regras de gestão e ocupação do solo que privilegiam a preservação e manutenção dos valores naturais e o desenvolvimento sustentável de atividades e usos do solo	Carta de Ordenamento Regulamento
PENDR	Correto ordenamento do espaço rural e gestão sustentável dos recursos naturais Promoção da eficácia da intervenção das entidades públicas, privadas e associativas na gestão do território	Na proposta de ordenamento do PDM são definidos para o solo rural espaços agrícolas, florestais e naturais onde se pretende preservar a aptidão natural do solo e os usos dominantes. Para estes espaços apenas são autorizadas atividades compatíveis com o uso dominante e estatuto de utilização estabelecidos no regulamento do PDM para a categoria ou subcategoria de espaço em que se localizem	Carta de Ordenamento Regulamento
PROFBP	<i>Valorizar as áreas florestais:</i> Potenciar as funções económicas, ecológicas e sociais das superfícies florestais; <i>Consolidar a atividade florestal:</i> Aumentar a área florestal, com arborizações adaptadas às condições locais e compatíveis com a região; Promover a reposição do potencial produtivo de algumas zonas, através da obtenção de material de qualidade, com valorização apreciável.	Promove a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal através do seu ordenamento em subcategorias com funções de produção e conservação A nível regulamentar são definidas para estes espaços normas e modelos de gestão florestal definidos no PROFD, compatíveis com objetivos de produção, proteção e multifuncionalidade, restringindo os usos ou atividades que diminuam as suas potencialidades.	Carta de Ordenamento Regulamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
PNA	Promover a sustentabilidade ambiental, económica e financeira da utilização dos recursos hídricos Promover a gestão sustentável da procura de água, baseada na gestão racional dos recursos e nas disponibilidades existentes em cada bacia hidrográfica	Os sistemas considerados fundamentais para o equilíbrio hidrológico do território (por ex. áreas de máxima infiltração, cabeceiras das linhas de água, leitos e margens dos cursos, zonas ameaçadas pelas cheias, albufeiras e zonas de proteção) foram integrados em figuras de proteção ambiental como a REN, o DH e a EEM que definem regras de uso e ocupação que promovem a proteção e a gestão sustentável destes sistemas em solo rural e urbano.	Carta de Condicionantes Carta de Ordenamento Regulamento
PNUEA	Promover o uso eficiente da água nos setores urbano, agrícola e industrial, contribuindo para minimizar os riscos de stress hídrico, quer em situação hídrica normal quer durante períodos de seca	As opções estratégicas definidas no plano promovem otimização na utilização dos recursos hídricos através do incremento de sistemas eficientes para o abastecimento de água e tratamento de águas residuais (ETAR) de forma a minimizar as perdas de água no abastecimento público e a poluição tóxica urbana	Regulamento

4.3.9 Avaliação das Opções Estratégicas do Plano

No quadro seguinte são analisados os eventuais efeitos positivos ou negativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Recursos Territoriais.

Recursos Territoriais	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
Recursos hídricos	-	++	0	-	+++	0
Recursos florestais	+	0	+++	+++	+++	++
Recursos cinegéticos e piscícolas	++	0	0	+++	+++	++
Recursos minerais	0	0	++	++	+++	0
Património cultural, arquitetónico e edificado	++	0	++	+++	+++	0

+++ Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas

++ Média contribuição para o alcance das metas estratégicas

+ Fraca contribuição para o alcance das metas estratégicas

0 Contribuição nula ou insignificante para o alcance das metas estratégicas

- Fraco conflito com o alcance das metas estratégicas
- Médio conflito com o alcance das metas estratégicas
- Forte conflito com o alcance das metas estratégicas
- O Não aplicável

Recursos hídricos

As opções estratégicas 1 e 4 visam promover a fixação e atracção de novos residentes e iniciativas empresariais/industriais ao concelho. A implementação destas opções devem ser acompanhadas por infraestruturas eficazes de abastecimento de água e tratamento de águas residuais, caso contrário poderão provocar eventuais efeitos negativos nos recursos hídricos.

A aplicação da opção estratégica 2 promove a expansão e requalificação das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, contribuindo para uma maior eficiência e qualidade ambiental na utilização dos recursos hídricos.

A opção estratégica 5 tem como objetivo criar a EEM que integra os sistemas hidrológicos mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico (zonas ameaçadas por cheias, áreas de máxima infiltração, leitos e margens dos cursos de água), promovendo a sua manutenção/recuperação e utilização sustentável, bem como prevenindo os riscos naturais.

Em relação às opções 3 e 6 não foram identificadas quaisquer efeitos significativos sobre os recursos hídricos.

Recursos florestais

As opções estratégicas 1 e 6 promovem a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção das atividades agrícolas e florestais fundamentais para o desenvolvimento e produtividade dos espaços rurais.

A opção estratégica 4 propõe o incentivo e modernização do sector agroindustrial e a atracção de novas iniciativas para a valorização dos recursos agroflorestais.

A opção estratégica 3 promove a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal através do seu ordenamento em subcategorias com funções de produção, protecção e de uso múltiplo, restringindo os usos ou atividades que diminuam as suas potencialidades.

A opção estratégica 5 propõe a criação da EEM que integra as áreas classificadas como espaços florestais como maior valor ecológico e ambiental, para as quais são definidas regras de uso e ocupação complementares para a protecção e valorização da biodiversidade e produtividade do solo, prevenindo e minimizando os riscos naturais.

Em relação às opções 2 não foram identificadas quaisquer efeitos significativos sobre os recursos hídricos.

Recursos cinegéticos e piscícolas

As opções estratégicas 1 e 6 contribuem para a atração e fixação da população no concelho, condição essencial para a manutenção e desenvolvimento das atividades ligadas à caça e à pesca.

A aplicação da opção estratégica 4 promove o desenvolvimento do sector do turismo através da criação de condições para a instalação de projetos e empreendimentos turísticos. A articulação destes investimentos com as atividades cinegéticas e piscícolas contribuem para a dinamização da economia rural e de cartaz de atracção turística, bem como para o funcionamento das unidades turísticas durante a época baixa (Outono/Inverno).

A opção 5 tem como finalidade criar a EEM que define regras para a utilização sustentável dos recursos e valores naturais, fundamentais para a manutenção de usos tradicionais e habitats naturais que servem de refúgio e alimento para a fauna cinegética e piscícola.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre os recursos cinegéticos e piscícolas.

Recursos minerais

A concretização das opções 3 e 4 visa contribuir para desenvolvimento de projetos e investimentos no sector agroindustrial e turístico podendo eventualmente contribuir para o aproveitamento dos recursos minerais, nomeadamente, ao nível do fornecimento de matérias-primas.

A opção estratégica 5 define regras suplementares de uso e transformação do solo sustentáveis em áreas sensíveis sob o ponto de vista ecológico, através da criação da EEM, minimizando os impactos ambientais resultantes da exploração de recursos minerais.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos sobre os recursos minerais.

Património cultural, arquitetónico e edificado

A aplicação da opção estratégica 4 promove a valorização atividade turística através da criação de roteiros turístico-culturais e do incentivo da requalificação das aldeias tradicionais.

A opção estratégica 5 contribui para a classificação dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes e incentiva a reabilitação dos sítios, edifícios e espaços culturais.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos.

4.3.10 Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas

No quadro seguinte apresenta-se um resumo das principais vantagens e desvantagens decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Recursos Territoriais.

	Vantagens	Desvantagens
Opção 1	Combate ao êxodo rural e abandono das atividades tradicionais relacionadas com a agricultura, floresta, caça e pesca, através do reforço da capacidade do concelho em atrair novos residentes, iniciativas e investimento	Eventual pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento dos consumos e da contaminação da água por atividades domésticas, industriais e turísticas Intrusões visuais na paisagem provocada pela implantação de unidades vitivinícolas
Opção 2	Promove a expansão e requalificação das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, contribuindo para uma maior eficiência e qualidade ambiental na utilização dos recursos hídricos.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 3	Redução da perda de biodiversidade provocada pelo crescimento disperso dos espaços urbanos no território.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 4	Promove o desenvolvimento de projetos turísticos em articulação com as atividades comerciais locais e o património cultural, arquitetónico e edificado	Eventual pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento dos consumos e da contaminação da água por atividades domésticas, industriais e turísticas Intrusões visuais na paisagem provocada pela implantação de unidades vitivinícolas
Opção 5	Criação da EEM para proteção e valorização dos recursos e valores naturais e culturais considerados fundamentais para a produtividade e desenvolvimento sustentável do território	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 6	Promove a fixação da população nos aglomerados rurais contribuindo para a manutenção de atividades agrícolas e florestais e a desenvolvimento de atividades cinegéticas e piscícolas	Não foram identificados efeitos negativos significativos

4.3.11 Diretrizes

Para uma maior concretização dos objetivos e orientações estratégicas definidas no QRE para os Recursos Territoriais, propõem-se as seguintes diretrizes:

- Assegurar que os novos investimentos e iniciativas empresariais, indústrias e turísticas incorporem soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados, atuando por exemplo ao nível de incentivos fiscais e isenções em sede de regulamento municipal.
- Identificar na carta de ordenamento as zonas potenciais dos recursos minerais e definir normas para a sua proteção e exploração sustentável.
- Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais de forma a evitar a perda da biodiversidade e minimizar os impactes visuais na paisagem, procurando no âmbito do regulamento, definir quais as tipologias de empreendimentos
- Regular os usos compatíveis de modo a promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural e em espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico privilegiando, em termos de intensidade construtiva, a recuperação e requalificação de edifícios existentes.
- Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das características paisagísticas, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas;
- Articulação com sistemas de incentivos sectoriais que visem a qualificação e promoção do espaço florestal sustentável de modo a promover e melhorar as funções económicas e ecológicas dos espaços florestais, através da implementação, nomeadamente, de projetos de arborização adaptados às condições locais e compatíveis com a região.

4.4 Qualidade ambiental

Com este FCD pretende-se avaliar as tendências de desenvolvimento decorrentes das opções estratégicas do PDM ao nível das questões ambientais relevantes para o concelho, nomeadamente em termos de saneamento básico, qualidade do ar, ruído e riscos naturais e tecnológicos.

4.4.1 Saneamento básico

Situação atual e tendência de evolução

Variação da taxa de cobertura de abastecimento de água

Em 1994, o abastecimento de água ao concelho de Murça abrangia em termos absolutos as freguesias do concelho, abastecendo cerca de 86% da população, sendo os restantes 14% abastecidos por fontanários ou furos. Dez anos depois, a taxa de cobertura populacional atinge os 99%, podendo considerar bastante regular. O restante 1% deve-se ao facto de existirem pequenos aglomerados ou mesmo habitações isoladas que não estão cobertos pela rede.

Relativamente à população servida por sistemas de abastecimento de água, verificamos que, segundo dados do INE, a percentagem aumentou cerca de 10 valores percentuais entre 2001 e 2005, situando-se nos 100% no último ano que existem dados disponíveis, refletindo uma total taxa de cobertura.

Segundo o "Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais 2007-2013" (PEAASAR II), o valor registado em 2005 no concelho de Murça, situa-se acima da meta definida como sendo um objetivo operacional, ou seja, 95% de cobertura em todo o território nacional.

Pelo gráfico seguinte consegue-se perceber as variações percentuais em termos de população servida entre 2001 e 2005.

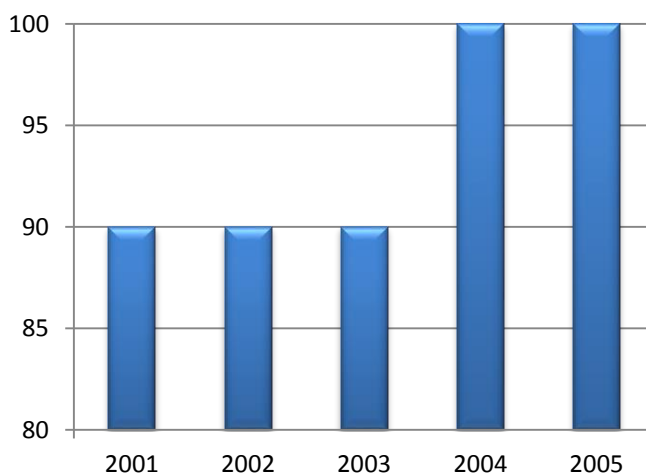


Gráfico 18- População servida por abastecimento de água (%)

Fonte: INE. 2011

Na figura seguinte podemos observar a síntese de abastecimento do concelho de acordo com o INSAAR.

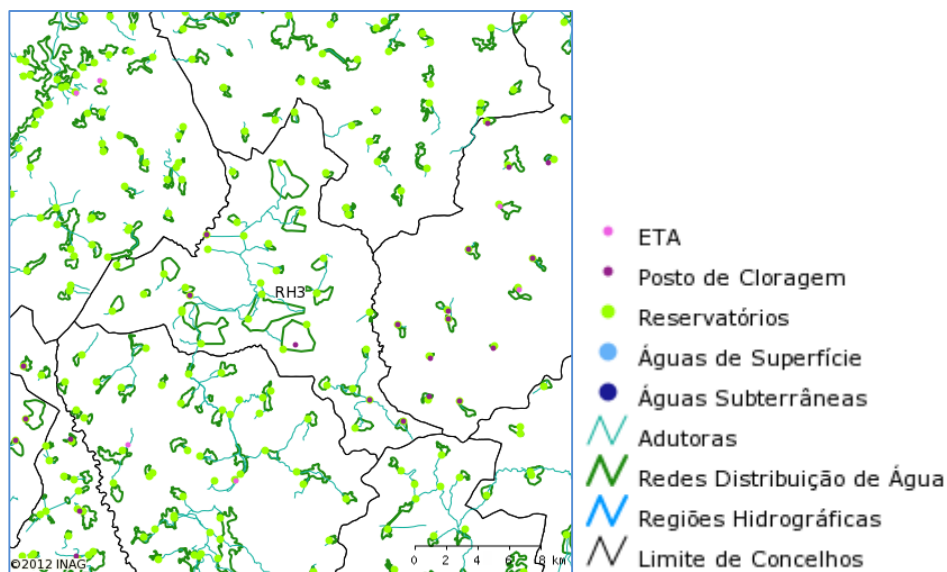


Figura 6 - Sistemas de Abastecimento do concelho de Murça
Fonte: INSAAR, 2008

Taxa de cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais

Segundo dados do INE (2007), cerca de 91% da população está coberta por sistemas de drenagem de águas residuais. O PEAASARII estabelece como metas a cobertura de 90% da população com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 85%.

O concelho possui assim uma percentagem de cobertura que respeita o limite mínimo estabelecido pelo PEAASARII em relação à população coberta por sistemas de tratamento de águas residuais.

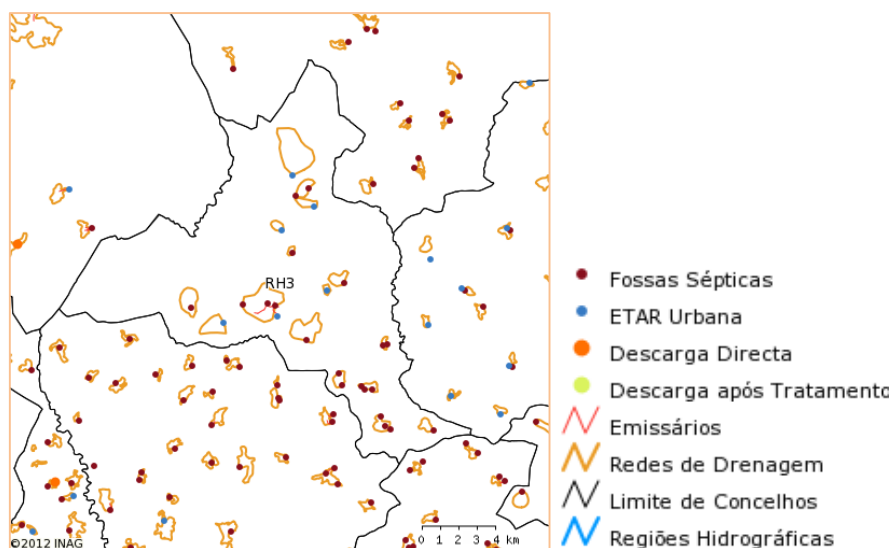


Figura 7 - Sistemas de drenagem no concelho de Murça
Fonte: INSAAR, 2008

Em 2008 o tratamento era assegurado essencialmente por fossas sépticas coletivas, existindo 6 ETAR's, com grau de tratamento secundário.

Em 2012 o número de ETAR's mantém-se. Segundo os dados do INSAAR de 2008 em Murça não existiam **pontos de rejeição de águas residuais onde a descarga era directa.**

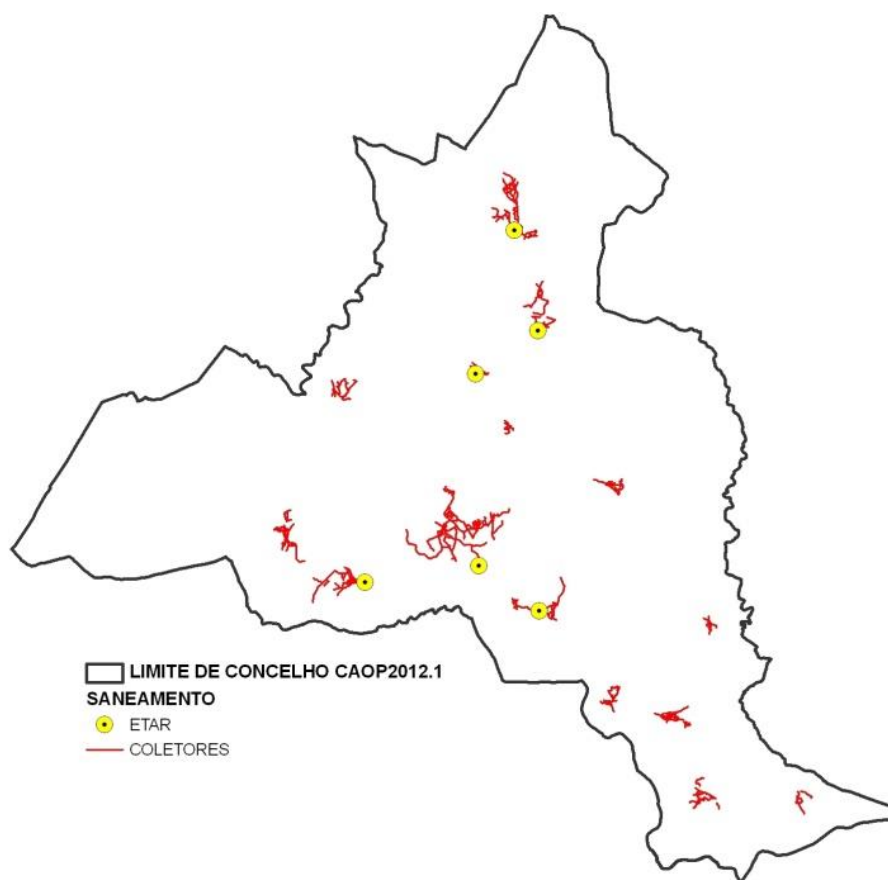


Figura 8- ETARs e sistemas de drenagem de águas residuais de Murça
Fonte: CM Murça, 2012

Resíduos sólidos urbanos

A produção de RSU, depositados no aterro sanitário e com origem nos diferentes municípios da área do Alto Trás-os-Montes apresenta uma variação de volume que está diretamente relacionada com o tamanho do município e a população residente. Em 2011, é nas principais sedes de município onde se regista a maior quantidade de resíduos sólidos urbanos produzidos, Murça representa apenas 2,7%, sendo um dos municípios que apresenta taxas mais baixas na região onde se insere.

A quantidade de resíduos sólidos no concelho de Murça atingiu, em 2010 e 2011, os valores mais elevados do período em análise, com 2462 e 2362 toneladas para os dois anos respetivamente. Nota-se que a quantidade de resíduos foi aumentando desde 2004, diminuindo apenas em 2011, como reflete o gráfico seguinte.

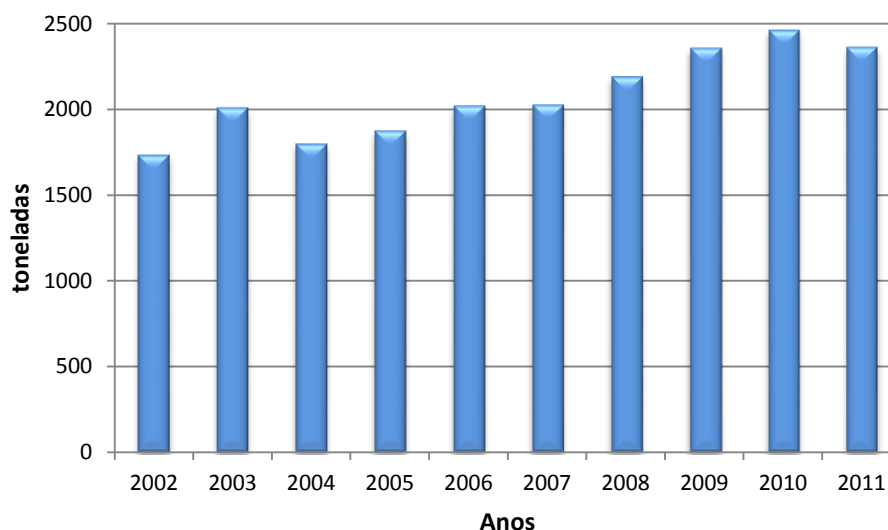


Gráfico 19- Evolução da recolha de RSU (t), no concelho entre 2002 e 2011

Fonte: INE, 2011

Pela análise do gráfico a seguir apresentado constata-se que o município de Murça, entre 2007 e 2011, sempre teve um valor de resíduos urbanos recolhidos (kg/hab ao ano) inferior à média da região em que se insere e inferior à média nacional.

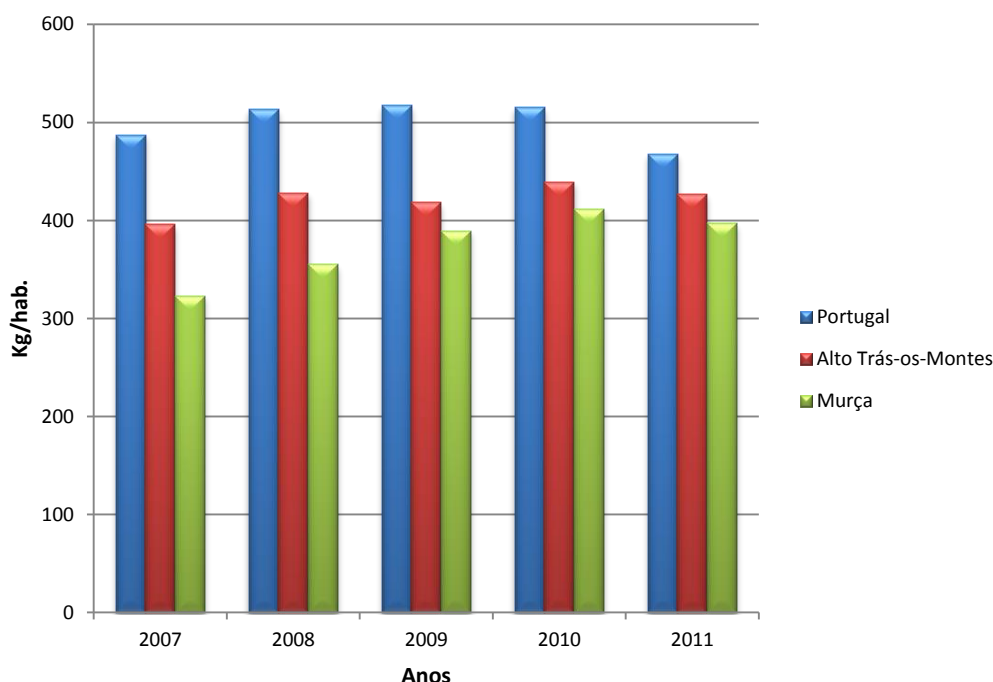


Gráfico 20- Resíduos urbanos recolhidos por habitante entre 2007 e 2011
Fonte: INE, 2011

4.4.2 Qualidade do Ar

Situação atual e tendência de evolução

Variação das emissões de gases poluentes

A Diretiva 2001/81/CE, do Parlamento e do Conselho Europeus, de 23 de Outubro estabelece para Portugal a obrigação de desenvolver um programa nacional para a redução das emissões dos poluentes dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NO_x), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) e amónia (NH₃), com o objetivo de atingir, o mais tardar no ano 2010, os tetos de emissão nacional que lhe foram atribuídos por negociação e estudos (técnicos e económicos) baseados no modelo RAINS ("Regional Air Pollution INformation and Simulation"), a saber: 160 ktoneladas de SO₂; 250 ktoneladas de NO_x; 180 ktoneladas de COVNM e 90 ktoneladas de NH₃.

As emissões de CO₂ e NO_x continuam a ser, sobretudo, devidas ao sector da energia. As emissões de COVNM continuam a ser, maioritariamente, da responsabilidade do sector da indústria e construção. A agricultura continua a ser o grande responsável pelas emissões de NH₃.

Estes poluentes considerados pela Diretiva são responsáveis por uma gama de impactos negativos, tais como: impactes na saúde humana; impactes nos ecossistemas (devido à sua contribuição para a acidificação, a concentração de

ozono troposférico e a eutrofização); impactes em materiais e construções (devido à sua contribuição para a acidificação e a concentração de ozono troposférico).

O dióxido de carbono (CO_2) e o monóxido de carbono (CO) constituem os principais gases responsáveis pelo efeito de estufa. A utilização de combustíveis fósseis para a produção de energia é responsável pela maior parte das emissões de CO_2 e de CO . O ritmo das emissões de CO_2 tem tido um crescimento acelerado devendo-se, sobretudo, ao sector dos transportes com destaque para o transporte individual (automóvel).

Para a análise das emissões destes gases poluentes recorreu-se aos dados do Sistema Nacional de Inventário de Emissões por Fontes e Remoção de Sumidouros de Poluentes Atmosféricos (INERPA) utilizados para medir os esforços de redução das emissões e monitorizar o cumprimento dos compromissos assumidos no âmbito do Acordo de Partilha de Responsabilidades e do Protocolo de Quioto.

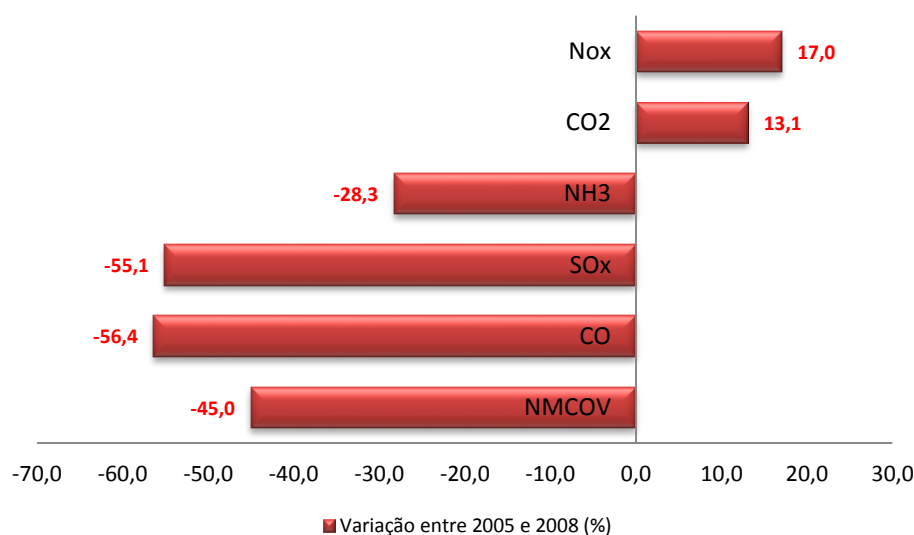


Gráfico 21- Variações das emissões de poluentes atmosféricos no concelho de acordo com a nomenclatura NFR (Nomenclature For Reporting) da CLRTAP entre 2005 e 2008.

Fonte: IA, 2010

Pela análise do gráfico acima verifica-se que as emissões de CO_2 e NO_x aumentaram, entre 2005 e 2008. Para o mesmo período de tempo as emissões de CO (monóxido de carbono), SO_x (óxido de enxofre) e NH_3 (amónia) sofreram reduções muito significativas como se pode observar.

É previsível nos próximos anos haja uma redução das emissões de gases de efeito estufa provenientes da combustão de combustíveis fósseis (CO_2 e CO) em veículos ligeiros devido às constantes subidas dos preços do petróleo e aposta das fábricas na construção de automóveis mais económicos e menos poluentes.

4.4.3 Ruído

Situação atual e tendência de evolução

A elaboração do Mapa de Ruído permite identificar no concelho as zonas sujeitas a maiores níveis de ruído. Através deste mapa é possível realizar um zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora, nomeadamente, zonas vocacionadas para usos habitacionais, equipamentos coletivos (escolas, centros de saúde, espaços de recreio e lazer) utilizados pelas populações como locais de recolhimento e zonas de comércio e serviços. Para estas zonas são definidas medidas regulamentes para a gestão e ocupação do solo com o objetivo de minimizar a poluição sonora provocada por atividades ruidosas.

O relatório de elaboração do mapa de ruído definiu como principais fontes de ruído no concelho, as vias rodoviárias e as indústrias existentes. O cumprimento das distâncias mínimas definidas neste relatório, minimiza a ocorrência de situações de incomodidade sonora em aglomerados urbanos ou habitações localizadas nas proximidades.

Em termo de área urbana ou urbanizável classificada como zona sensível de ruído, o município apresenta cerca de 32ha de zonas de conflito onde os valores registados de níveis de ruído ultrapassaram os limites regulamentares. Relativamente a este valor podemos dividi-lo espacialmente em três áreas.

A primeira localiza-se na zona de equipamentos da vila de Murça onde se regista cerca 33% da área de conflito do concelho. O Plano Municipal de Redução de Ruído poderá contribuir, através de medidas de acalmia de tráfego, nomeadamente a pedonização e zonas 30, para a redução destes valores. Aliás, a restrição do tráfego automóvel em partes destas zonas, levada a cabo recentemente pela Câmara Municipal, por si só, já reduz significativamente esta percentagem.

De igual modo, outro terço do conflito localiza-se numa das vias de acesso da A4 à vila de Murça. É uma área que não se encontra edificada, classificada como espaço de expansão na proposta de plano e que, na prática, ainda não afeta a vila, porém será necessário que as novas construções, nesta zona, sejam abarcadas de medidas mitigadores de ruído, como por exemplo a criação de barreiras arbóreas ou acústicas.

Por último, as restantes zonas de conflito localizam-se ao longo da estrada nacional EN15 e ER314 e explicam-se pela elevada importância que estas vias possuem para o tráfego concelhio.

4.4.4 Riscos naturais e tecnológicos

Situação atual e tendência de evolução

Risco de incêndio

As elevadas temperaturas que se registam nos meses de verão, associadas orografia acidentada do território, propiciam condições favoráveis à ocorrência de incêndios florestais. Na maior parte dos casos as causas dos incêndios estão relacionadas com vandalismo. Contudo, o êxodo rural que se verificou nas últimas décadas também contribuiu para o aumento da ocorrência do número de incêndios. A manutenção das atividades agrícolas e florestais pela população rural promovia o aproveitamento e gestão dos extratos sub-arbóreos, diminuindo a carga combustível nos terrenos florestais.

Entre 2002 e 2012, o ano em que se verificou maior área ardida foi em 2004 com 1320ha, dos quais 373ha correspondiam a povoamentos florestais e 947ha de matos. Verifica-se ainda, que desde 2004 até 2007, existiu uma tendência de diminuição da superfície florestal ardida, como se pode constatar no gráfico apresentado, derivado essencialmente ao reforço dos meios de primeira intervenção no combate aos incêndios florestais, reforço esse que tem vindo a aumentar nos últimos anos.

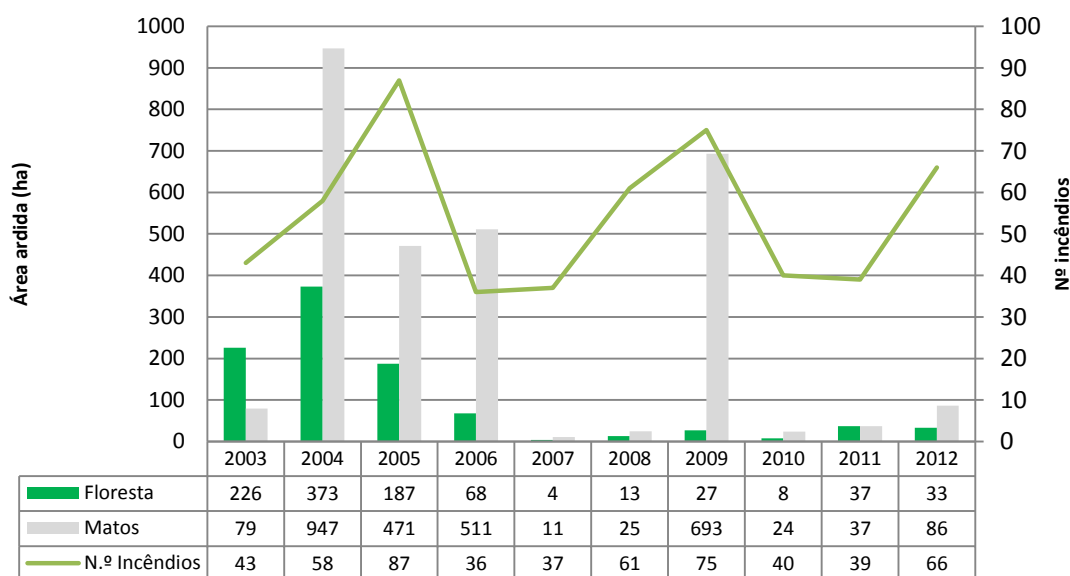


Gráfico 22- Número de ocorrências e área ardida entre 2003 e 2012 no concelho de Murça

Fonte: INE, 2011

Para avaliar a probabilidade de ocorrência e propagação de incêndios e definir medidas com vista à prevenção e combate dos incêndios foi elaborado, no âmbito do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI), uma carta de risco de incêndio para o concelho que constitui uma base de trabalho e auxílio ao planeamento e ordenamento da floresta.

Com a operacionalização do PMDFCI é previsível que o número de ocorrências diminua pois são propostas várias ações nesse sentido, sejam elas ações de sensibilização, de vigilância, fiscalização ou mesmo ações de limpeza das florestas.

Como forma de minimizar e prevenir o risco de incêndio, nas áreas identificadas com risco alto e muito alto, é obrigatório a manutenção de faixas de proteção para a redução da carga combustível nas proximidades de edificações e infraestruturas viárias, bem como as exteriores aos aglomerados populacionais.

Os dados subjacentes ao mapa indicam que 18,4% do território apresenta o risco de incêndio florestal alto, sendo que 47,7% apresenta um risco muito alto. Adicionalmente, 5,4% apresenta o nível médio de risco.

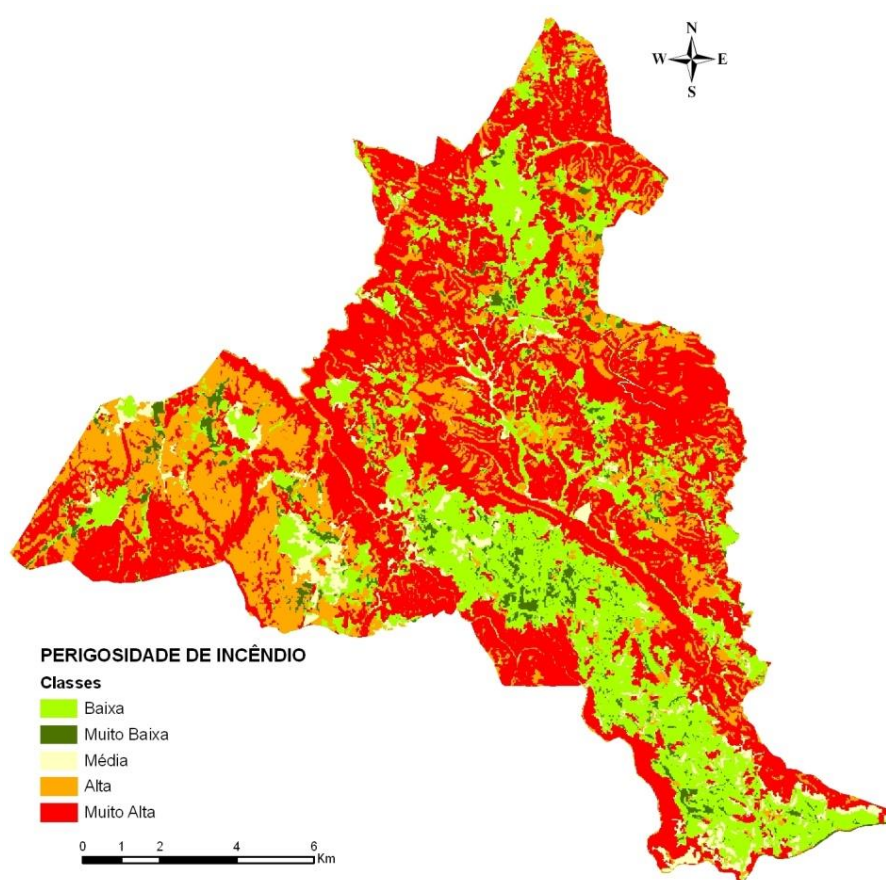


Figura 9- Carta de Perigosidade do concelho de Murça do PMDFCI

Vulnerabilidade à ocorrência de cheias

As cheias são fenómenos naturais extremos e temporários, quase sempre provocados por precipitações excessivas que fazem aumentar o caudal dos cursos de água, originando o transbordo do leito ordinário e a inundação das margens e áreas circunvizinhas, que se encontram frequentemente ocupadas por atividades humanas.

Os prejuízos resultantes das cheias são frequentemente avultados, podendo conduzir a perda de vidas humanas e bens. Os impactes ambientais gerados pelas cheias são geralmente significativos, podendo levar à destruição completa de explorações agrícolas, edifícios e infraestruturas. A prevenção e mitigação do efeito das cheias é, por isso, de extrema importância.

As áreas mais vulneráveis ao risco de cheia no concelho de Murça foram classificadas na REN e na EEM como zonas ameaçadas pelas cheias definidas como: "a área contígua à margem de um curso de água que se estende até à linha alcançada pela cheia com período de retorno de 100 anos ou pela maior cheia conhecida no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior" (Lei n.º 58/2005).

Na área em estudo não existe informação hidrométrica para se proceder à referida demarcação com um tempo de retorno de 100 anos.

No rio Tinhela recorreu-se à informação registada na estação hidrométrica de Murça (05M/013H), através do Sistema Nacional de Informação dos Recursos Hídricos (SNIRH). Foram também efetuadas visitas por forma a ajudar na demarcação das cotas de cheia.

Os locais onde foram efetuados levantamentos das cotas de cheia no rio Tinhela estão descritos no quadro seguinte:

Troço do rio Tinhela	Cota de cheia
A jusante da foz do regato das Caldas	170m
Ponte de Martim	230m
Represa de Sobredo	305m
Praia fluvial localizada na confluência com a ribeira de Sabrosa	355m
Ponte de ligação entre Murça e Lavandeira	390m

Quadro 30- Registo das cotas de cheia na no rio Tinhela

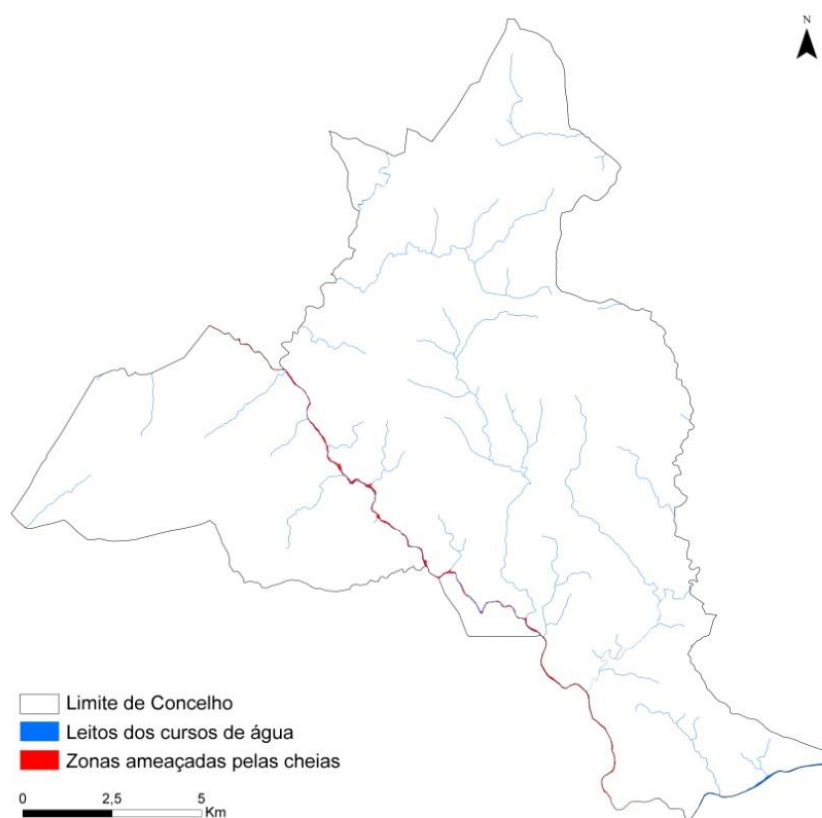


Figura 10- Delimitação das zonas ameaçadas pelas cheias no concelho

Risco de erosão

São áreas integradas que devido às suas características de solo e subsolo, declive e dimensão da vertente e outros fatores suscetíveis de serem alterados, tais como o coberto florestal e práticas culturais, estão sujeitas à perda de solo, deslizamentos ou quebra de blocos.

Uma vez que são inexistentes os dados relativo ao grau de erodibilidade dos solos na área em estudo, bem como ao tipo de estabilidade geológica, a delimitação das áreas com riscos de erosão atual ou potencial apoia-se apenas na declividade da área e no substrato geológico presente. Devido à orografia muito acidentada do concelho, achou-se conveniente considerar um valor de declive mínimo de 30% para a delimitação destes sistemas. fez-se ainda a sobreposição com as áreas com declive superior a 25%, de forma a verificar a continuidade entre manchas próximas. Nestes casos, incluíram-se igualmente nas áreas com risco de erosão as áreas com declive superior a 25%, sempre que estas ocorram na envolveria próxima das de 30%.

No âmbito da revisão do PDM, as áreas mais sujeitas a erosão foram incluídas na REN e na EEM constituindo elementos fundamentais para a proteção ambiental de sistemas sensíveis sob o ponto de vista ecológico presentes no território municipal. São definidas para estas áreas regras de uso do solo que condicionam a edificação e promovem a estabilização solo e a minimização dos fenómenos de erosão.

As áreas com risco de erosão constituem assim uma área substancial do concelho, ocupando uma área total de 7337,40ha, correspondendo a 38,74% do território municipal.

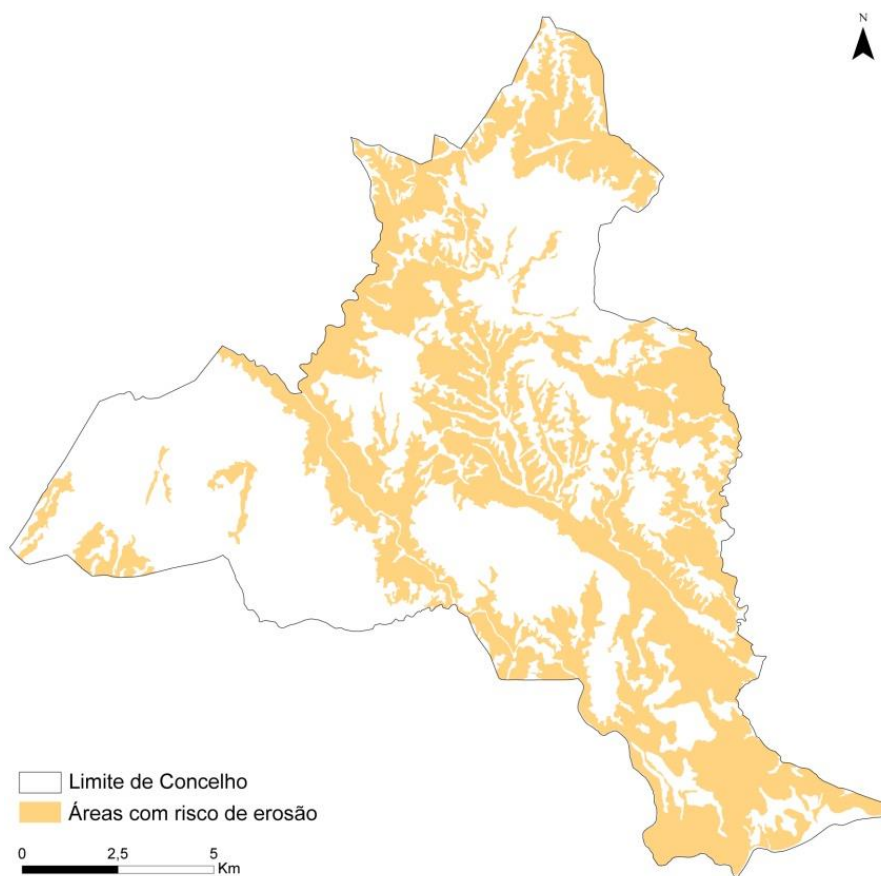


Figura 11- Áreas declivosas do concelho de Murça

Risco sísmico

Observando a figura seguinte é possível observar que o grau de intensidade sísmica no território do concelho, segundo a Escala de Mercalli Modificada ou escala internacional, é de intensidade forte.

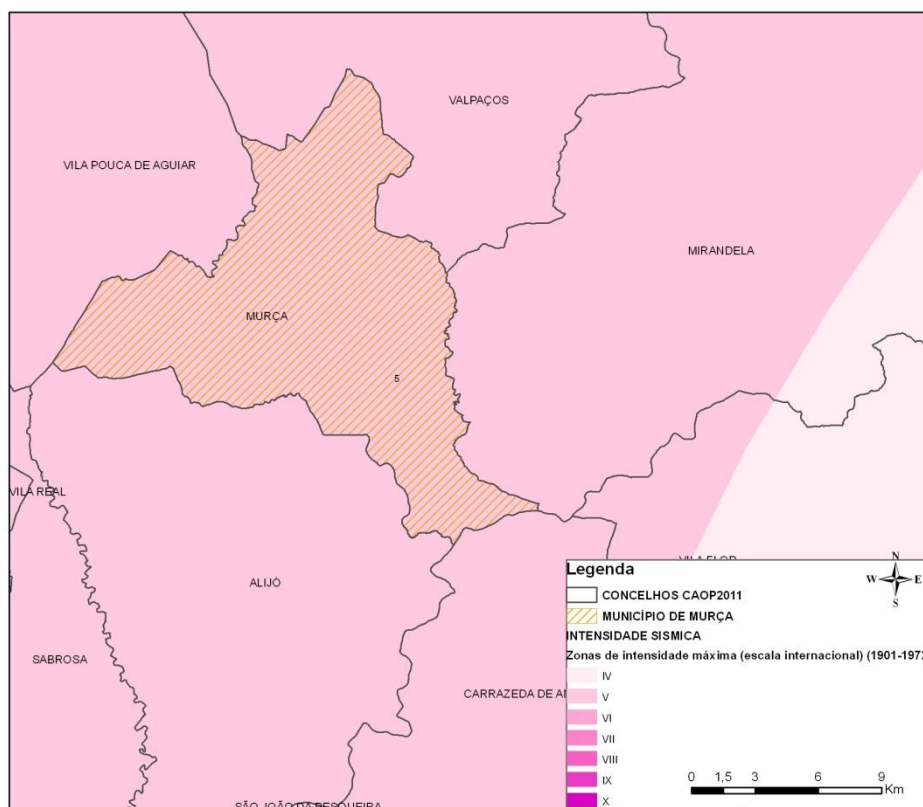


Figura 12- Graus de intensidade sísmica no concelho
Fonte: Atlas do Ambiente Digital

A zona com intensidade sísmica forte (intensidade máxima 5) abrange todo o concelho e são apontadas como consequências da ocorrência de um sismo com esta magnitude: os líquidos oscilam e alguns extravasam; pequenos objetos em equilíbrio instável deslocam-se ou são derrubados; as pessoas são acordadas; as portas oscilam, fecham-se ou abrem-se; os estores e os quadros movem-se; os pêndulos de relógio param ou iniciam ou alteram o seu estado de oscilação, sente-se fora de casa.

4.4.5 Energia

Situação atual e tendência de evolução

Evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo

Analisando a evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo (gráfico) verifica-se que os maiores tipos de consumo registam-se no sector doméstico seguido do industrial. A dinâmica registada nos últimos 18 anos é indiciadora de um aumento na generalidade da intensidade energética do município, refletindo-se nos aumentos significativos em todas as tipologias de consumo elétrico, mas com particular destaque para os aumentos na indústria e no consumo doméstico e em certa medida, embora com menor peso global, na agricultura.

Se os aumentos associados a estas tipologias de consumo poderão estar relacionadas com a modernização dos processos industriais e agrícolas das empresas da região e com o aumento da qualidade habitacional e conforto térmico das habitações, no que diz respeito aos consumos públicos de energia elétrica existem prós e contras neste padrão evolutivo do consumo. O aumento de 100% entre 1994 e 2011 nos consumos de energia elétrica em iluminação das vias públicas indicia por um lado a ocorrência de um reforço significativo do nível de infraestruturação do território urbano, mas tem também como causa um padrão de ocupação urbana em baixa densidade e disperso que fomentou em grande parte este aumento exponencial de consumo energético dado que desenvolvimentos urbanos mais lineares e dispersos carecem de mais infraestrutura pública de iluminação.

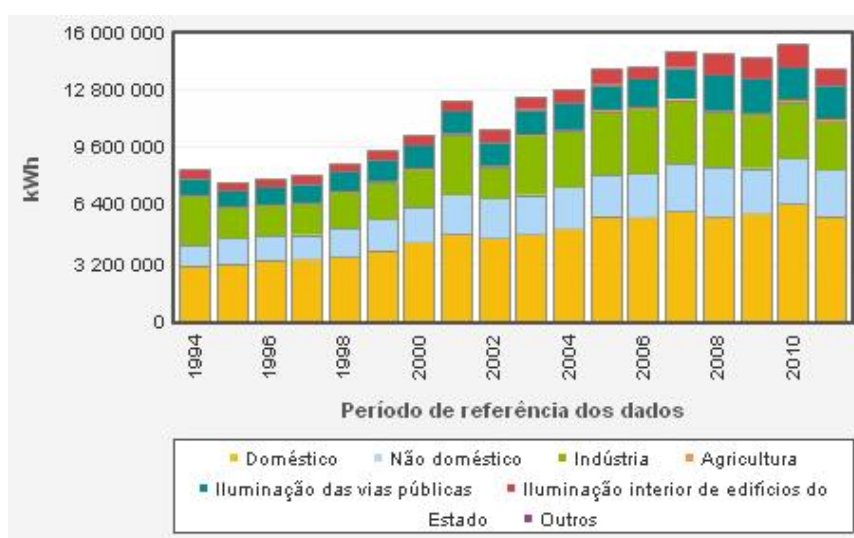


Gráfico 23 - Consumo de energia elétrica em Murça por tipo de consumo (kWh)
Fonte: INE

A proposta de Plano, ao procurar conter a edificação em solo rural e alocar solo urbano de expansão numa lógica fortemente correlacionada com a localização das infraestruturas básicas, promove a rentabilização da rede de iluminação pública existente, potenciando um crescimento urbano sustentável que poderá contrariar esta tendência de aumento do consumo energético nas vias públicas.

Promoção da eletricidade produzida por fontes de energia renováveis

Não existem dados a nível municipal que permitam avaliar o grau de incorporação de energia de fontes renováveis no consumo elétrico global de Murça. No entanto, ao nível distrital, os dados da Direção Geral de Energia e Geologia (DGEG) relativos a 2012 referem que o distrito de Vila Real é o 3º maior a nível nacional em termos de produção de energia de fontes renováveis, tendo vindo a aumentar desde 2004 quer a potência instalada (+79% entre 2004 e 2012) quer em produção efetiva

(+15%), pelo que a aposta nas energias renováveis apresenta-se como estratégica para esta região.

No caso específico de Murça não existem registadas nem explorações de energia eólica nem aproveitamentos hidroelétricos, no entanto o município possui condições naturais que lhe permite produzir energia, tendo como base fontes de energia renovável, tais como o vento e a biomassa, sendo que a presente proposta do Plano pretende aproveitar essa mais-valia, regulamento como usos compatíveis em solo rural este tipo de empreendimentos, contribuindo assim para o dinamização da produção de energia de fontes renováveis no município.

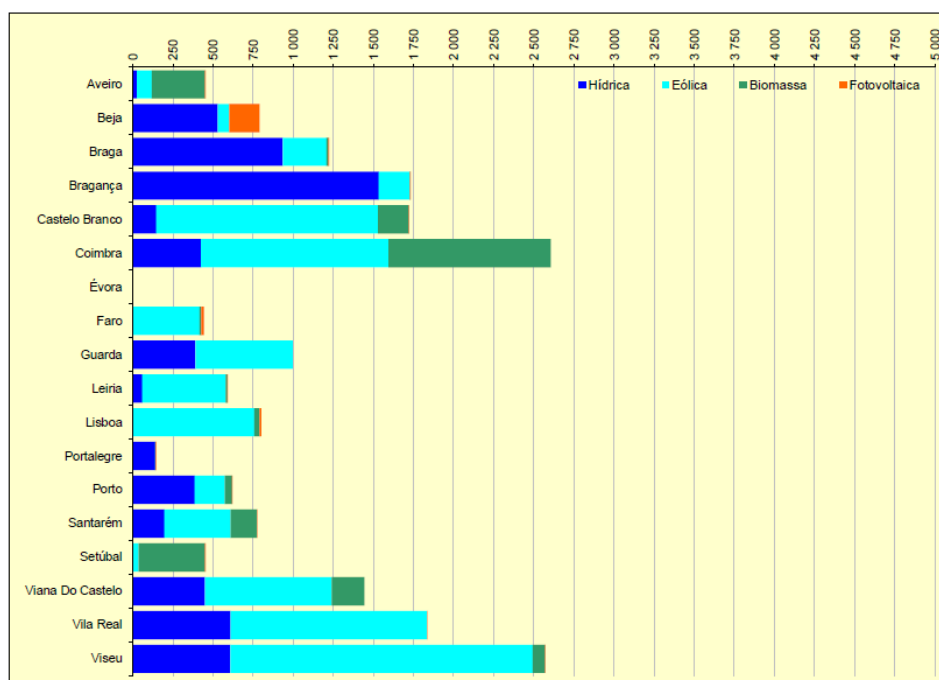


Gráfico 24- Produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis por distrito em 2012 (GWh)

Fonte: INE

4.4.6 Síntese da situação atual e tendência de evolução

O quadro que se segue sintetiza a avaliação ambiental da situação atual e tendências de evolução dos indicadores que caracterizam o fator crítico Qualidade Ambiental face aos objetivos e metas definidos.

Fator Crítico	Critérios	Situação atual	Tendências de evolução face ao QRE
Qualidade Ambiental	Saneamento básico		↪
	Qualidade do ar		↪
	Ruído		↑
	Riscos Naturais		↪
	Energia		↻

Tendências de evolução	↓ Muito Negativa	↪ Negativa	→ Sem alteração significativa	↪ Positiva	↑ Muito Positiva
Distância à situação desejável Objetivos e metas	Muito distante	Distante	Próximo	Muito Próximo	

4.4.7 Análise SWOT

No quadro seguinte é efetuada uma análise SWOT relativamente ao fator crítico Qualidade Ambiental, que resulta do diagnóstico da situação atual e tendências de evolução, anteriormente descritas.

S (pontos fortes)	W (pontos fracos)
Qualidade razoável da água superficial e subterrânea permitindo satisfazer praticamente todas as utilizações Boa cobertura de população servida por sistemas de abastecimento público de água Baixa percentagem de produção de resíduos per capita	Elevada suscetibilidade do território à ocorrência de incêndios, fenómenos de erosão/deslizamento e cheias Consumos elevados de energia elétrica em iluminação pública fruto da dispersão urbana e de baixa densidade
O (oportunidades)	T (ameaças)
Zonamento das áreas de risco e proposta de medidas e ações para a mitigação dos efeitos negativos no ambiente Zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora e adoção de medidas para minimizar os impactes provocados por atividades ruidosas.	Aumento do risco de incêndio provocado pelo abandono do espaço rural e pelo aumento da área ocupada por povoamentos contínuos de resinosa Aumento da edificação urbana dispersa em áreas de risco

4.4.8 Identificação dos Efeitos

Neste ponto pretende-se avaliar os efeitos que a aplicação do plano tem no alcance das metas e objetivos definidos para o facto crítico Qualidade Ambiental no QRE.

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
ENDS	Gestão Eficiente e Preventiva do Ambiente	O PDM define opções estratégicas que promovem uma utilização sustentável dos recursos e valores naturais, prevenindo e minimizando os riscos naturais e tecnológicos	Carta de Condicionantes Regulamento
PROT-N	Gestão sustentada dos recursos territoriais (exploração das potencialidades/atenuação das fragilidades)		
PNPOT	<i>Um território equitativo em termos de desenvolvimento e bem-estar -</i> Definir o sistema urbano como critério orientador do desenho das redes de infraestruturas e de equipamentos coletivos,	O PDM propõe estratégias que asseguraram a equidade territorial no provimento de infraestruturas e equipamentos e na universalidade do acesso aos respetivos serviços, garantindo a manutenção de serviços públicos mínimos nos espaços rurais periféricos e melhorando a acessibilidade e a mobilidade das populações rurais	Programa de ação
PBHD	Proteção das águas e controlo da poluição Proteção da natureza Proteção contra situações hidrológicas extremas e acidentes de poluição	Define opções estratégicas que promovem o incremento dos sistemas ambientais de tratamento de águas residuais, minimizando a contaminação água provocada por ineficiências ao nível do tratamento das águas residuais. Os sistemas biofísicos mais relevantes para o equilíbrio hídrico do território (áreas de máxima infiltração, cabeceiras das linhas de água, leitos e margens dos cursos de água, zonas ameaçadas pelas cheias) foram integrados em figuração de proteção e valorização ambiental como a REN, o DH e a EEM. Para estes sistemas são definidas regras de ocupação do solo que contribuem para a minimização dos riscos e para a qualidade dos recursos hídricos.	Carta de Condicionantes Carta de Ordenamento Regulamento
QREN	Assegurar a qualificação do território traduzida, em especial, nos objetivos de assegurar ganhos ambientais	Qualificação do solo rural tendo em conta os recursos naturais e a aptidão natural do solo e usos dominantes. Definição de usos preferenciais e atividades	Carta de Ordenamento Regulamento

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
		complementares de proteção e valorização económica e ambiental das classes de solo rural (espaços agrícolas, espaços agroflorestais, espaços florestais, espaços naturais, etc.). Delimitação da EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano.	
PO NORTE	<i>Valorização e qualificação ambiental e territorial, através da promoção do desenvolvimento integrado de comunidades sustentáveis, numa perspetiva intergeracional e na dupla vertente ambiental e inclusiva;</i>	Criação da EEM para proteção e valorização do património natural e cultural e da biodiversidade através da proposta de medidas de uso e ocupação suplementares que promovem a utilização sustentável dos recursos, prevenindo e minimizando o impactos negativos no ambiente	Carta de Ordenamento Regulamento
PERSUII	Reduzir, reutilizar e reciclar Separar na origem e minimizar a deposição em aterro	A proposta de PDM opções estratégicas para o incremento das infraestruturas municipais de recolha seletiva e valorização dos RSU, minimizando a quantidade de resíduos depositados em aterro	Carta de Ordenamento Programa de ação
PEAASARII	Universalidade, continuidade e qualidade do serviço Proteção dos valores ambientais	A delimitação dos aglomerados urbanos com vista à priorização da expansão urbana em solos já infraestruturados, assegura uma maior eficiência e sustentabilidade das redes de infraestruturas de saneamento básico Delimitação da EEM que inclui os valores paisagísticos, os recursos naturais e as áreas mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico, estabelecendo uma estrutura contínua de áreas para a valorização ambiental e ocupação sustentável do solo rural e urbano	Carta de Ordenamento
PNA	Assegurar a gestão integrada do domínio hídrico, promovendo a integração da	Identificação dos sistemas hidrológicos mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico e inclusão	Carta de Condicionantes Carta de

Estratégia ou plano	Opções Estratégicas	Efeitos da aplicação do PDM	Reflexo no conteúdo documental do PDM
	componente recursos hídricos nas políticas sectoriais e assegurando a integridade hídrica das regiões hidrográficas, bem como a integração dos aspetos da quantidade e da qualidade da água	em figuras de proteção e valorização ambiental (REN, DH e EEM) que propõem regras de uso e ocupação que contribuem para a utilização sustentável dos recursos hídricos, condicionando ações que diminuam ou destruam as suas potencialidades	Ordenamento Regulamento
PROFBP	Reduzir a carga e modificar a estrutura do material combustível em zonas estratégicas, de modo a diminuir a severidade de um incêndio e aumentar a eficácia dos meios de combate.	Transpõe para o regulamento as medidas de defesa contra incêndios definidas no PMDFCI para as áreas classificados com risco alto e muito alto de perigosidade de incêndio, garantindo a interdição da edificação nestes áreas e a definição de faixas de proteção contra incêndios florestais na envolvente das edificações já existentes.	Carta de Condicionantes Regulamento

4.4.9 Avaliação das Opções Estratégicas do Plano

No quadro seguinte são analisados os eventuais efeitos positivos ou negativos decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Qualidade Ambiental.

Qualidade Ambiental	Opção 1	Opção 2	Opção 3	Opção 4	Opção 5	Opção 6
Saneamento básico	0	+++	0	-	0	+++
Qualidade do ar	0	0	0	0	0	0
Ruído	0	0	+++	0	0	0
Riscos naturais e tecnológicos	0	0	+++	0	+++	0
Energia	0	0	++	0	0	0

+++ Forte contribuição para o alcance das metas estratégicas

++ Média contribuição para o alcance das metas estratégicas

+ Fraca contribuição para o alcance das metas estratégicas

0 Contribuição nula ou insignificante para o alcance das metas estratégicas

- Fraco conflito com o alcance das metas estratégicas

-- Médio conflito com o alcance das metas estratégicas

--- Forte conflito com o alcance das metas estratégicas

0 Não aplicável

Saneamento básico

A opção estratégica 4 contribui para a atração e fixação de unidades industriais e empreendimentos turísticos no concelho. A instalação no território deste tipo de iniciativas pode gerar eventuais efeitos negativos no ambiente, sobretudo se a sua implantação não for acompanhada por sistemas ambientais eficazes para o tratamento dos resíduos gerados.

A concretização da opção estratégica 2 contribui para o aumento da cobertura do concelho em sistemas ambientais eficazes de saneamento básico, reduzindo as perdas de água nas redes de abastecimento de água e a melhoria do nível de tratamento das águas residuais.

A aplicação da opção estratégica 6 promove a requalificação das infraestruturas básicas nos aglomerados rurais que apresentam carências ao nível de infraestruturas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos ao nível do saneamento básico.

Qualidade do ar

Em relação às s opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos na qualidade do ar.

Ruído

A opção 3 promove a qualificação e ordenamento do solo rural e urbano com a integração do zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora realizado no âmbito da elaboração do Mapa de Ruído, definindo a nível regulamentar regras de gestão e ocupação do solo com o objetivo de minimizar os efeitos da poluição sonora provocada por atividades ruidosas.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos no ruído.

Riscos naturais e tecnológicos

A aplicação da opção estratégica 3 contribui para a contenção da expansão urbana dispersa no território, condicionando a edificação em espaço rural sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos naturais.

Com a execução da opção estratégica 5 as áreas mais vulneráveis a riscos naturais tecnológicos são integradas na EEM que promove, através de medidas de gestão e ocupação do solo suplementares, a utilização sustentável dos recursos e a prevenção e minimização das situações de risco.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos ao nível dos riscos naturais e tecnológicos.

Energia

A aplicação da opção estratégica 3 contribui para a requalificação dos perímetros urbanos devendo privilegiar-se a promoção da eletricidade produzida por fontes renováveis de energia e melhoria da eficiência energética dos edifícios.

Em relação às restantes opções estratégicas não foram identificados quaisquer efeitos significativos ao nível da energia.

4.4.10 Vantagens e Desvantagens das Opções Estratégicas

No quadro seguinte apresenta-se o resumo das principais vantagens e desvantagens decorrentes da aplicação das opções estratégicas do plano, relativamente ao fator crítico Qualidade Ambiental.

	Vantagens	Desvantagens
Opção 1	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 2	Aumento da cobertura do concelho em sistemas ambientais eficazes de saneamento básico.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 3	Controlo da dispersão urbana em espaços rurais sem capacidade edificatória e mais vulneráveis a riscos naturais Qualificação e ordenamento do solo rural e urbano com zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora.	Não foram identificados efeitos negativos significativos
Opção 4	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Eventuais efeitos negativos provocados pela implantação de empreendimentos turísticos se não forem acompanhadas por sistemas ambientais eficazes para o tratamento dos resíduos gerados
Opção 5	Criação da EEM e proposta de medidas gestão do território para prevenção e imunização dos riscos naturais	Não foram identificadas efeitos negativos significativos
Opção 6	Melhorias das infraestruturas básicas de saneamento em aglomerados rurais	Não foram identificadas efeitos negativos significativos

4.4.11 Diretrizes

São descritas de seguida as diretrizes que se consideram de implementação especialmente relevante no que se refere ao FCD Qualidade Ambiental:

- Assegurar que os novos investimentos e iniciativas empresariais, indústrias e turísticas incorporem soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados, atuando por exemplo ao nível de incentivos fiscais e isenções, em sede de regulamento municipal.
- Implementação do Plano Municipal de Redução de ruído e monitorização periódica dos níveis de ruído e das emissões de poluentes atmosféricos provenientes do tráfego rodoviário nas proximidades de zonas residenciais e de trabalho;
- Condicionar, no âmbito do regulamento do PDM, a instalação de atividades geradoras de ruído e de gases poluentes nas proximidades de zonas residenciais.
- Condicionar, no âmbito do regulamento do PDM, a construção em zonas florestais com perigosidade de incêndio elevado ou muito elevado, com exceção das ligadas à prevenção e combate de incêndios florestais e de pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal;
- Definição, em sede de regulamento municipal, de normas que assegurem a manutenção e limpeza periódica das faixas de proteção contra os incêndios florestais na envolvente das edificações de acordo com a priorização do risco.

5 PROGRAMA DE AVALIAÇÃO E CONTROLO AMBIENTAL

De acordo com a alínea b) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, o Relatório Ambiental deverá conter uma descrição das Medidas de Controlo previstas, incluindo a respetiva monitorização, em conformidade com o artigo 11.º.

Neste ponto apresentam-se os princípios gerais e abordagens recomendadas para o processo de gestão e seguimento da componente ambiental, representando o modo como a AAE se deverá manter ativa para apoiar a implementação do plano, nomeadamente, através da definição de indicadores e parâmetros de monitorização e avaliação do desempenho ambiental. A avaliação sistemática dos indicadores identificados para efeitos de AAE do plano, tem como objetivo avaliar e controlar, com periodicidade, os efeitos significativos do ambiente decorrentes da aplicação do PDM, tendo em vista a correção de efeitos negativos imprevistos.

Contudo, estas medidas poderão sofrer eventuais ajustamentos, de modo a corrigir atempadamente efeitos negativos imprevistos, identificados na sequência da emissão da Declaração Ambiental.

Assim, a monitorização das opções estratégicas do plano será desenvolvida tendo em conta os seguintes objetivos:

- Contribuir para o sistema global de avaliação dos efeitos negativos no ambiente decorrente da implementação do plano e sua revisão;
- Avaliar periodicamente a eficácia das opções estratégicas definidas no plano para o alcance das metas e dos objetivos definidos no QRE;
- Avaliar a eficácia das diretrizes apresentadas e suportar a sua revisão de acordo com os resultados de avaliações periódicas;
- Possuir informação para futuras avaliações ambientais estratégicas a jusante da presente avaliação;
- Promover a participação e envolvimento das partes ou entidades interessadas no processo de implementação dos programas;
- Recolher informação sobre os indicadores ao nível dos projetos a selecionar no âmbito dos programas;
- Adaptar os indicadores selecionados e desenvolvidos de forma a serem ajustados em função da implementação do plano e da informação entretanto recolhida.

Nos quadros seguintes são definidos para cada um dos FCD os indicadores ambientais e os aspetos necessários para a avaliação do desempenho ambiental do plano face aos objetivos definidos no QRE.

FCD	Critérios	Descrição	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objetivos
Ocupação e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo	Avaliação das principais dinâmicas de ocupação e uso do solo rural e dos mecanismos de proteção e valorização do solo com elevado potencial agrícola ou das áreas ecologicamente sensíveis	Variação do uso do solo por grande classe COS	-	Decenal	DGT	Manter
			Variação da área afeta à REN e à RAN	%	Quinquenal	CM	Manter
			Percentagem do de licenças construção em categorias de solo urbano	%	Anual	CM	Aumentar
	Povoamento	Avaliação das dinâmicas de despovoamento rural e de concentração urbana e das estratégias de reequilíbrio territorial	Percentagem de população residente em áreas predominantemente urbanas (APU)	%	Decenal	INE	Aumentar
			Variação da densidade populacional	Pop/km ²	Quinquenal	CM	Aumentar
	Expansão urbana	Avaliação das dinâmicas de dispersão e de urbanização difusa	Percentagem da área edificada em espaços urbanos	%	Anual	CM	Aumentar

FCD	Critérios	Descrição	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/Objetivos
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População	Avaliação das dinâmicas de crescimento/regressão demográfica, bem como da estrutura da população ativa e da empregabilidade	Variação da estrutura etária da população	n.º	Decenal	INE	Aumento da população jovem
			Variação do n.º de desempregados inscritos no centro de emprego	%	Anual	IEFP	Diminuir
			Taxa bruta de escolarização no ensino secundário	%	Anual	INE	Aumentar
			Taxa de transição/conclusão do ensino secundário	%	Anual	INE	Aumentar
	Habitação	Avaliação das dinâmicas construtivas e das condições de alojamento	Variação do parque habitacional por freguesia	n.º	Decenal	INE	Manter/Aumentar
			Variação dos alojamentos vagos	n.º	Quinquenal	INE	Diminuir
			Variação do peso de licenças para reconstrução ou reabilitação	n.º	Anual	CM	Aumentar
	Atividades Económicas	Avaliação das dinâmicas económicas ao nível agrícola, industrial e turístico, bem como das condições de atracção de novas iniciativas	Variação da superfície agrícola útil	ha	Anual	INE	Manter/Aumentar
			Número e dimensão das explorações agrícolas	n.º e ha	Quinquenal	INE	Manter/Aumentar
			Taxa de ocupação dos espaços industriais e de vocação turística	%	Anual	CM	Aumentar
			Variação da capacidade de alojamento turístico	n.º	Anual	INE	Aumentar
			Taxa de ocupação dos equipamentos hoteleiros	%	Anual	INE	Aumentar
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	Avaliação do grau de cobertura das principais redes de equipamentos e serviços públicos coletivos, bem como das condições de acesso	Variação da taxa de cobertura da rede de creches	%	Anual	CM	Aumentar
			Variação da taxa de cobertura da rede de ensino pré-escolar	%	Anual	CM	Manter/Aumentar
			Variação do n.º de respostas sociais de apoio à 3ª idade	%	Anual	CM	Aumentar
			Variação da capacidade instalada em centros de dia e apoio domiciliário	n.º	Anual	CM	Manter/Aumentar
	Mobilidade	Avaliação dos padrões de mobilidade utilizados nas deslocações internas e externas	Variação da percentagem da utilização do automóvel nas deslocações diárias	%	Quinquenal	CM/INE	Diminuir
			Variação da cobertura dos serviços de transporte público	%	Anual	CM	Aumentar

FCD	Critérios	Descrição	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/Objetivos
Recursos Territoriais	Recursos hídricos	Avaliação do grau de proteção e utilização dos recursos hídricos, bem como da qualidade das águas superficiais e subterrâneas	Variação da qualidade da água superficial	Classe	Mensal	INAG	Classe A
			Variação da qualidade da água subterrânea	N.º de análises com inconformidades	Mensal	CM/ATMAD	Nula
			Área ribeirinha requalificada/recuperada	ha	Anual	CM	Aumentar
			Número de descargas de águas residuais em linhas de água sem tratamento prévio	n.º	Anual	CM/INSAAR	Nula
	Recursos florestais	Avaliação das funções de produção e conservação dos espaços florestais, sob o ponto de vista económico e ambiental	Área florestal sujeita a Planos de Gestão Florestal	ha	Anual	CM/GTF	Aumentar
			Área florestal sujeita a projetos de arborização	%	Anual	CM/GTF	Aumentar
			Percentagem de povoamentos folhosas autóctones e de resinosas no conjunto dos povoamentos florestais	%	Quinquenal	CM/GTF	Aumentar
	Recursos cinegéticos e piscícolas	Avaliação do potencial cinegético e piscícola para a dinamização da economia rural e atracção turística	Variação da área submetida a regime cinegético especial	ha	Anual	CM/ICNF	Manter/Aumentar
			Número de concessões ou reservas de pesca	n.º	Anual	CM/ICNF	Manter/Aumentar
			Número de associações, sociedade o clube de caça e pesca existentes	n.º	Anual	CM/ICNF	Manter/Aumentar
	Recursos minerais	Avaliação do potencial da exploração de Recursos minerais no concelho	Variação da área destinada à exploração de recursos geológicos	ha	Anual	DGEG/CM	Manter/Aumentar
			Quantificação do volume de recursos minerais extraídos	m³	Anual	DGEG/CM	Aumentar
	Património cultural, arquitetónico e edificado	Avaliação da aposta municipal na proteção do património edificado e cultural, bem como na sua valorização em termos de afirmação da identidade local e da dinamização económica.	Variação do património classificado ou em vias de classificação	n.º	Anual	DRCN	Aumentar
			Investimento em património cultural e edificado	€(milhares)	Anual	CM	Aumentar
			Número de rotas turísticas estabelecidas em torno do património cultural	n.º	Anual	CM	Aumentar

FCD	Critérios	Descrição	Indicadores	Unidades de Medida	Periodicidade de medição	Fontes de informação	Metas/ Objetivos
Qualidade Ambiental	Saneamento Básico	Avaliação dos graus de cobertura das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais, da qualidade da água de abastecimento e dos respetivos níveis de serviço	Consumo de água por habitante	m³/hab	Anual	INE/CM	Diminuir
			Percentagem de água captada para abastecimento público tratada em ETA	%	Anual	INE/CM	100%
			Percentagem de população servida por ETAR	%	Anual	INE/CM	100%
		Avaliação dos sistemas de recolha seletiva e de valorização dos resíduos sólidos urbanos	Produção de resíduos por habitante	Kg/hab	Anual	INE/SERURB	Diminuir
			Percentagem de resíduos recolhidos seletivamente	%	Anual	INE/SERURB	25% até 2016
			Variação da quantidade de resíduos depositados em aterros sanitários	ton	Anual	INE/SERURB	Diminuir
	Emissões atmosféricas	Avaliação da qualidade do ar	Variação das emissões de gases poluentes	ton	Anual	IA	Diminuir
	Ruído	Avaliação do conforto sonoro	Nº de licenças de edificação/reconstrução emitidas em zonas de conflito	n.º	Anual	CM	Diminuir/Nula
			Número de queixas relativas ao ruído	n.º	Anual	CM	Diminuir/Nula
	Riscos naturais e tecnológicos	Avaliação da suscetibilidade do território aos riscos naturais e tecnológicos	Número de ocorrência de deslizamentos ou desprendimentos de terrenos	n.º	Anual	CM	Diminuir/Nula
			Variação das áreas ameaçadas por cheias convertidas em espaços verdes	ha	Anual	CM	Aumentar
			Variação da área florestal ardida	ha	Anual	ICNF/CM	Diminuir/Nulo
			Variação do n.º de ocorrências de incêndios florestais	n.º	Anual	ICNF/CM	Diminuir/Nulo

6 SÍNTESE DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL

No quadro seguinte é realizado uma síntese geral da AAE do PDM de Murça com a descrição dos FCD e critérios considerados, eventuais efeitos positivos/vantagens e negativos/desvantagens no ambiente resultantes da aplicação do plano, diretrizes para a minimização ou potenciação dos efeitos e indicadores de avaliação e controlo ambiental.

FCD	Crítérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
Ocupação e Gestão do Território	Ocupação e usos do solo	Ordenamento e qualificação do solo rural e urbano, promovendo a harmonização e compatibilização de diferentes usos do solo e a contenção da dispersão urbana Criação da EEM que estabelece regras de uso do solo que privilegiam a aptidão natural do solo e a preservação e valorização de valores e recursos naturais/paisagísticos presentes em solo rural e urbano	Ocupação ou desafetação de áreas fundamentais para a sustentabilidade do território integradas na Rede Natura 2000, na REN e na RAN para acomodar investimentos e iniciativas industriais e unidades turísticas	Promover práticas agrícolas e florestais sustentáveis que contribuam para a manutenção da integridade do solo, para a biodiversidade local e para a qualidade da paisagem Contribuir para uma correta gestão dos espaços florestais através da harmonização e diversificação de funções produtivas, paisagísticas, recreativos (caça e pesca) e ambientais Promover a implementação das normas regulamentares de uso e ocupação do solo definidas para a proteção e valorização ambiental das áreas integradas na EEM em solo rural e em solo urbano, definindo no regulamento do PDM, a matriz de usos compatíveis com o dominante para os espaços florestais.	-Porcentagem de uso de solo -Variação de áreas afetadas à RAN e REN
	Povoamento	Contribui para uma maior equidade no acesso a infraestruturas básicas, equipamentos e serviços da população residente nos aglomerados urbanos mais periféricos	Eventual excessiva concentração dos serviços e equipamentos fundamentais na cidade e polos urbanos secundários e consequente perda de acessibilidade a bens e serviços podendo resultar no despovoamento dos aglomerados urbanos periféricos	Promover uma maior equidade no acesso a equipamentos, bens e serviços fundamentais da população residente em aglomerados urbanos mais periféricos quer através da intervenção nas redes de oferta, elencando no programa de ação do PDM, a dotação de investimento a alocar para este efeito, quer no reforço e flexibilização dos sistemas de transportes coletivos.	-Variação da densidade populacional -Peso demográfico por nível hierárquico da rede urbana -Porcentagem de população residente em áreas predominantemente urbanas

FCD	Crítérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Expansão urbana	Reforço do papel e funções urbanas da vila de Murça e dos polos urbanos secundários e contenção da edificação fora dos perímetros urbanos em solo rural	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar a consolidação das áreas urbanas infraestruturadas com otimização do património construído e das edificações já existentes e não ocupadas, designadamente para fins habitacionais, turísticos, de equipamentos e de serviços	-Percentagem de solo urbano sobranter -Percentagem do solo urbanizável infraestruturado
Coesão e Desenvolvimento Territorial	População	Contribui para a fixação de novas iniciativas e investimentos importantes para a criação de emprego e diversificação da atividade económica, fatores fundamentais para a atracção de novos residentes no concelho	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Variação população ativa -Variação da população residente -Variação da estrutura etária da população residente - Variação da taxa de desemprego
	Habitação	Reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial e reestruturação/requalificação dos perímetros urbanos da vila de Murça e dos polos urbanos, contendo a expansão da edificação fora dos perímetros urbanos	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Promover a consolidação e otimização das áreas urbanas infraestruturadas nos espaços urbanos, procurando, em sede de regulamento municipal e por via da tributação fiscal, fomentar a reconstrução e reabilitação do edificado existente. Regulamentar os usos compatíveis em solo rural de elevado valor paisagístico bem como os parâmetros de edificabilidade em termos turísticos e industriais, de modo a assegurar, sobretudo, a minimização das intrusões visuais nestes espaços, restringindo a densidade construtiva, a impermeabilização do solo e a volumetria das novas edificações, mas assegurando a viabilidade funcional dos edifícios para a instalação das atividades.	-Variação do nível de dotação de instalações do parque habitacional -Percentagem de edifícios com necessidade de reparação -Variação dos alojamentos vagos -Dinâmica de licenciamento -Variação do peso de licenças para reconstrução

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Atividades Económicas	Contribui para a atracção e fixação de novas iniciativas e investimentos importantes para a criação de emprego e diversificação da atividade económica Contribuem para o reforço das atividades relacionadas com o turismo e a indústria agroalimentar fundamentais para o desenvolvimento das economias de escala a nível dos produtores e comerciantes locais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Apoiar iniciativas empresariais em meio rural com viabilidade económica e ambiental, devidamente enquadradas na paisagem envolvente e que estabeleçam relações económicas e sociais com as comunidades locais, disponibilizando desde logo e em sede de carta de ordenamento, solo destinado à instalação de atividades económicas e regulamentando os usos compatíveis com o solo rural de modo a que seja permitido o desenvolvimento destas atividades de base territorial em solo rural Promover a identificação, em sede de carta de ordenamento, de solo destinado a fins turísticos que fomenta investimentos associados ao turismo de natureza e ao património histórico/cultural	-Variação da superfície agrícola útil -Variação do número de sociedades -Variação da oferta de solo industrial -Variação da capacidade turística -Taxa de ocupação da zona industrial

FCD	Crítérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Acesso a bens e serviços públicos fundamentais	Reforço das infraestruturas de suporte à integração e coesão territorial e reestruturação/requalificação dos perímetros urbanos da vila de Murça e dos polos urbanos secundários, contendo a expansão da edificação fora dos perímetros urbanos. Contribui para uma maior equidade no provimento de equipamentos e infraestruturas viárias e de saneamento, melhorando as condições de mobilidade e habitabilidade da população rural	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar uma maior equidade no acesso a serviços de apoio social, nomeadamente no que se refere aos serviços de apoio à infância e de apoio à 3.ª idade. O Plano deverá prever no seu plano de ação qual a dotação financeira a alocar para o reforço destas redes, e procurar identificar em sede de carta de ordenamento, as eventuais áreas necessárias para a construção destes equipamentos.	-Cobertura da rede de creches e centros ATL -Cobertura da rede de ensino pré-escolar -Cobertura da rede de 1º ciclo do ensino básico -Cobertura da rede de 2º e 3º ciclo do ensino básico e ensino secundário. -Cobertura da rede de cuidados de saúde públicos -Cobertura da rede de lares de 3ª idade, centros de dia e serviços de apoio domiciliário -Cobertura da rede de equipamentos desportivos
	Mobilidade	Promove a melhoria da mobilidade externa através da construção e requalificação dos eixos rodoviários estruturantes, garantindo a inserção do concelho na rede viária nacional e a articulação com os centros urbanos envolventes.	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Percentagem de distribuição modal -Taxa de cobertura dos serviços de transporte públicos

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
Recursos Territoriais	Recursos hídricos	Promove a expansão e requalificação das redes de abastecimento de água e de drenagem e tratamento de águas residuais, contribuindo para uma maior eficiência e qualidade ambiental na utilização dos recursos hídricos Criação da EEM que integra os sistemas hidrológicos mais sensíveis sob o ponto de vista ecológico (zonas ameaçadas por cheias, áreas de máxima infiltração, leitos e margens dos cursos de água), promovendo a sua manutenção/recuperação e utilização sustentável, bem como prevenindo os riscos naturais	Pressão sobre os recursos hídricos devido ao aumento dos consumos e da contaminação da água por atividades domésticas, industriais e turísticas	Assegurar que os novos investimentos e iniciativas empresariais, indústrias e turísticas incorporem soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados, atuando por exemplo ao nível de incentivos fiscais e isenções em sede de regulamento municipal.	-Variação da qualidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos -Número de descargas de águas residuais sem tratamento prévio

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Recursos florestais	Promove a diversificação e multifuncionalidade do espaço florestal através do seu ordenamento em subcategorias com funções de produção e conservação, restringindo os usos ou atividades que diminuam as suas potencialidades. Criação da EEM que integra as áreas classificadas como espaços florestais como maior valor ecológico e ambiental, para as quais são definidas regras de uso e ocupação complementares para a proteção e valorização da biodiversidade e produtividade do solo, prevenindo e minimizando os riscos naturais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Articulação com sistemas de incentivos sectoriais que visem a qualificação e promoção do espaço florestal sustentável de modo a promover e melhorar as funções económicas e ecológicas dos espaços florestais, através da implementação, nomeadamente, de projetos de arborização adaptados às condições locais e compatíveis com a região.	-Área do concelho ocupada por área florestal -Área florestal sujeita a planos de gestão florestal
	Recursos cinegéticos e piscícolas	Contribui para a atracção e fixação da população no concelho, condição essencial para a manutenção e desenvolvimento das atividades ligadas à caça e pesca. Promove o desenvolvimento do sector do turismo em articulação com as atividades cinegéticas e piscícolas	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Área submetida a regime cinegético especial -Número de associações, sociedade o clube de caça e pesca existentes

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
	Recursos minerais	Definição de regras suplementares de uso e transformação do solo sustentáveis em áreas sensíveis sob o ponto de vista ecológico, através da criação da EEM, minimizando os impactos ambientais resultantes da exploração de recursos minerais.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Identificar na carta de ordenamento as zonas potenciais dos recursos minerais e definir normas para a sua proteção e exploração sustentável	-Ocorrências de minerais metálicos e não metálicos com interesse para a exploração -Número de concessões mineiras
	Património cultural, arquitetónico e edificado	Promove a valorização atividade turística através da criação de roteiros turístico-culturais e do incentivo da requalificação das aldeias tradicionais. Contribui para a classificação dos valores patrimoniais concelhios mais relevantes e incentiva a reabilitação dos sítios, edifícios e espaços culturais.	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Garantir a integração harmoniosa de empreendimentos turísticos e industriais de forma a evitar a perda da biodiversidade e minimizar os impactos visuais na paisagem, procurando no âmbito do regulamento, definir quais as tipologias de empreendimentos Regulamentar os usos compatíveis de modo a promover o desenvolvimento de projetos turísticos em solo rural e em espaços de especial interesse patrimonial, cultural ou paisagístico privilegiando, em termos de intensidade construtiva, a recuperação e requalificação de edifícios existentes. Adotar medidas para uma dinamização cultural mais vasta, que aborde outras valências culturais para além do património edificado, em função das características paisagísticas, pontos de observação ou de acesso a áreas históricas e arqueológicas;	-Presença e grau de conservação do património cultural, arquitetónico e edificado

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controlo ambiental
Qualidade Ambiental	Saneamento Básico	Contribui para o aumento da cobertura do concelho em sistemas ambientais eficazes de saneamento básico, reduzindo as perdas de água nas redes de abastecimento de água e a melhoria do nível de tratamento das águas residuais Promove a requalificação das infraestruturas básicas nos aglomerados rurais que apresentam carências ao nível de infraestruturas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Assegurar que os novos investimentos e iniciativas empresariais, indústrias e turísticas incorporem soluções tecnológicas e organizativas mais exigentes do ponto de vista do uso eficiente da água e do tratamento dos resíduos gerados, atuando por exemplo ao nível de incentivos fiscais e isenções, em sede de regulamento municipal.	-Variação da taxa de cobertura de abastecimento de água -Perdas e eficiência no abastecimento de água -Taxa de cobertura do sistema de drenagem e tratamento de águas residuais -Variação da população servida por estações de tratamento de águas residuais
	Qualidade do ar	Não foram identificados efeitos positivos significativos	Aumento das emissões de gases poluentes provocado pelo aumento do fluxo de tráfego rodoviário e pela intensificação da atividade industrial	Implementação do Plano Municipal de Redução de ruído e monitorização periódica dos níveis de ruído e das emissões de poluentes atmosféricos provenientes do tráfego rodoviário nas proximidades de zonas residenciais e de trabalho;	-Variação da emissão de gases poluentes
	Ruído	Qualificação e ordenamento do solo rural e urbano com zonamento acústico das áreas mais vulneráveis à poluição sonora.	Aumento dos níveis de ruído provocado pelo aumento do fluxo de tráfego rodoviário e pela intensificação da atividade industrial	Condicionar, no âmbito do regulamento do PDM, a instalação de atividades geradoras de ruído e de gases poluentes nas proximidades de zonas residenciais	-Percentagem de área urbanas ou urbanizáveis localizadas em áreas sensíveis

FCD	Critérios	Efeitos positivos/vantagens	Efeitos negativos/desvantagens	Diretrizes de minimização ou potenciação dos efeitos	Indicadores de avaliação e controle ambiental
	Riscos Naturais e tecnológicos	Contribui para a contenção da expansão urbana dispersa no território, condicionando a edificação em áreas mais vulneráveis a riscos naturais Integração das áreas mais vulneráveis a riscos naturais tecnológicos são na EEM que promove, através de medidas de gestão e ocupação do solo suplementares, a utilização sustentável dos recursos e a prevenção e minimização das situações de risco	Não foram identificados efeitos negativos significativos	Condicionar, no âmbito do regulamento do PDM, a construção em zonas florestais com perigosidade de incêndio elevado ou muito elevado, com exceção das ligadas à prevenção e combate de incêndios florestais e de pequenas infraestruturas e equipamentos de apoio à exploração florestal; Definição, em sede de regulamento municipal, de normas que assegurem a manutenção e limpeza periódica das faixas de proteção contra os incêndios florestais na envolvente das edificações de acordo com a priorização do risco.	-Variação da área florestal ardida -Variação do número de ocorrências de incêndios florestais -Porcentagem das áreas com risco de incendio alto e muito alto -Índice de intensidade sísmica -Vulnerabilidade à ocorrência de cheias -Número de ocorrências de deslizamentos ou desprendimentos de terrenos
	Energia	Contribuir para o uso eficiente da energia	Não foram identificados efeitos negativos significativos		-Evolução do consumo de energia elétrica por tipo de consumo -Promoção da eletricidade produzida por fontes de energia renováveis

Quadro 31- Síntese da avaliação ambiental para a totalidade dos fatores críticos

7 CONCLUSÃO

A realização deste estudo estratégico mostrou ser uma ferramenta eficaz na sistematização das propostas do PDM de Murça e seus efeitos, contribuindo para um melhor conhecimento das oportunidades e riscos resultantes e o desenvolvimento de medidas que potenciem os efeitos positivos e minimizem os efeitos negativos.

Durante o processo de AAE das propostas do plano não foram identificados efeitos ambientais relevantes que justificassem uma avaliação de cenários e opções alternativas, pelo que se optou por manter as opções estratégicas e os objetivos específicos definidos inicialmente pelo plano.

A análise e avaliação dos FCD permitiram fazer o diagnóstico e avaliar as tendências de evolução dos aspetos ambientais considerados fundamentais para a sustentabilidade do território, adaptados à escala de análise do plano. Para o município de Murça foram considerados os seguintes FCD:

- **Ocupação e gestão do território:** contempla a dimensão do ordenamento físico do território, incluindo os aspetos relacionados com a ocupação e usos do solo, a distribuição espacial da população, as dinâmicas de urbanização e a racionalização das infraestruturas públicas;
- **Coesão e desenvolvimento territorial:** atende à dimensão da equidade e da competitividade territorial, nomeadamente os aspetos relacionados com as dinâmicas demográficas e construtivas, as dinâmicas económicas, a mobilidade e a igualdade de oportunidades no acesso às redes públicas de infraestruturas, equipamentos, serviços e funções urbanas;
- **Recursos territoriais:** incide sobre aspetos relacionados com a proteção e valorização dos recursos endógenos considerados fundamentais para o desenvolvimento sustentável do território;
- **Qualidade ambiental:** avalia aspetos relacionados com a qualidade ambiental e qualidade de vida, avaliando os níveis de cobertura e a eficiência dos sistemas de saneamento básico, a qualidade da água e do ar, a poluição sonora, os riscos naturais e tecnológicos e a energia.

Com base nestes FCD foram avaliadas as principais oportunidades e riscos tendo em conta os objetivos e metas definidas, para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável, nos programas e planos com incidência no território em estudo identificados no QRE. Seguidamente são descritas as oportunidades e os riscos decorrentes da aplicação do plano para cada um dos FCD:

- **Ocupação e gestão do território**

Oportunidades: qualificação do solo em função da aptidão natural do solo e das dinâmicas de ocupação verificadas nos últimos anos e definição de atividades complementares compatíveis com o uso dominante; retificação das áreas da REN e da RAN com base em cartográfica mais rigorosa e atualizada utilizando novas tecnologias SIG; definição de uma EEM para proteção e valorização ambiental de áreas, valores e sistemas ecológicos fundamentais em espaços rurais e urbanos; ordenamento da expansão de áreas urbanas e contenção da edificação fora dos espaços urbanos.

Riscos: abandono do solo rural e das atividades ligadas à agricultura e silvicultura provocado pelo êxodo rural e envelhecimento progressivo da população.

- **Coesão e desenvolvimento territorial**

Oportunidades: promoção e valorização de produtos de qualidade provenientes da atividade agrícola; valorização económica dos recursos endógenos através do desenvolvimento do sector do turismo e da indústria agroalimentar.

Riscos: êxodo rural e envelhecimento da população da intensa competição territorial pela retenção dos efeitos centrífugos de Vila Real; falta de iniciativa empresarial e empreendedorismo que promova a diversificação económica do concelho.

- **Recursos territoriais**

Oportunidades: criação da EEM que promove a utilização sustentável dos recursos e valores naturais; criação de condições para o desenvolvimento de atividades que promovam o aproveitamento dos recursos endógenos; qualificação do solo em categorias de espaços que promovam a multifuncionalidade do uso do solo e a preservação de habitats naturais.

Riscos: aumento da pressão sobre os recursos hídricos e eventual perda de biodiversidade provocado pela intensificação das atividades agrícolas, indústrias e turísticas.

- **Qualidade ambiental**

Oportunidades: melhoria da qualidade de vida da população e do ambiente em geral originadas pelo incremento dos sistemas ambientais eficientes; identificação das áreas mais suscetíveis a riscos naturais e tecnológicos e adoção medidas de gestão de prevenção e minimização dos riscos; definição de um modelo de ordenamento do território mais exigente ao nível da implantação de atividades poluentes e geradoras de impactes ambientais.

Riscos: presença de aglomerados rurais dispersos e de baixa densidade populacional que originam dificuldades no provimento e racionalização de infraestruturas e serviços públicos fundamentais.

O programa de avaliação e controlo ambiental definido deverá acompanhar o processo de implementação do plano de forma a avaliar, através do cálculo dos indicadores, a evolução dos aspetos ambientais considerados e detetar situações não previstas na AAE. Nesta fase é também importante assegurar o cumprimento das diretrizes de planeamento ou programação estabelecidas para cada FCD, destinadas a prevenir e evitar/reduzir os efeitos adversos e ponderar eventuais alterações de orientação estratégica, caso se verifiquem situações com graves impactos ambientais.

8 BIBLIOGRAFIA

Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho. Diário da República nº 114, Iª Série. Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. *Estabelece o regime a que fica sujeita a avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente, transpondo para a ordem jurídica interna as Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Junho, e 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de Maio.*

Diretiva 2001/42/CE. Jornal Oficial da Comunidade Europeia L 197, de 21 de Julho. Parlamento Europeu e do Conselho. *Avaliação dos efeitos de determinados planos e programas no ambiente.*

Diretiva 2003/35/CE. Jornal Oficial da Comunidade Europeia L 156, de 25 de Junho. Parlamento Europeu e do Conselho. *Estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente e que altera, no que diz respeito à participação do público e ao acesso à justiça, as Diretivas 85/337/CEE e 96/61/CE do Conselho.*

Dirección General de Ordenación del Territorio da Consejería de Medio Ambiente y Ordenación Territorial. Documento de Referencia para Elaborar los Informes de Sostenibilidad de los Instrumentos Urbanísticos de Desarrollo. s/data.

Guia da Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território, Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. Janeiro de 2008.

Partidário, Maria do Rosário et al. Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Regional de Ordenamento do Território do Norte- Relatório Ambiental. IST, Março de 2008.

Partidário, Maria do Rosário et al. Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo- Relatório Ambiental. IST, Julho de 2008.

Partidário, Maria do Rosário. Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - Orientações Metodológicas. Agência Portuguesa do Ambiente. Outubro de 2007.

Partidário, Maria do Rosário. Termos de Referência e Metodologia para Avaliação Ambiental Estratégica das Propostas de Programas Operacionais, no Âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional, QCA IV (2007-2013) e Diretiva Europeia 2001/42/CE. 2006.

Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroelétrico - Relatório Ambiental. Setembro 2007

Tecnia Ingenieria. Informe de Sostenibilidad Ambiental Correspondiente al Plan General de Ordenación de Grado. Fevereiro de 2007.

9 GLOSSÁRIO

Ambiente - definido na Lei de Bases do Ambiente (Lei nº 11/87, de 7 de Abril) como o conjunto dos sistemas físicos, químicos e biológicos e suas relações com os fatores económicos, sociais e culturais, com efeito direto, ou indireto, mediato ou imediato, sobre os seres vivos e a qualidade de vida do homem. O Dicionário da Academia de Ciências de Lisboa (2001) define ambiente como o que cerca, envolve, o que é relativo ao meio físico, social ou moral em que se vive.

Avaliação Ambiental - a identificação, descrição e avaliação dos eventuais efeitos significativos no ambiente, resultantes de um plano ou programa, realizada durante um procedimento de preparação e elaboração do plano ou programa e antes de o mesmo ser aprovado ou submetido a procedimento legislativo, concretizada na elaboração de um relatório ambiental e na realização de consultas, e a ponderação dos resultados obtidos na decisão final sobre o plano ou programa e a divulgação pública de informação respeitante à decisão final (Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho)

Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) - processo que integra as questões ambientais e de sustentabilidade, e avalia os impactes ambientais e no processo de sustentabilidade, em visões, intenções e propostas estratégicas, com o objetivo final de melhorar a decisão.

Avaliação de Impacte Ambiental (AIA) - corresponde ao processo de identificação, previsão, avaliação e mitigação dos efeitos biofísicos (físicos e ecológicos conjugados), sociais e outros efeitos relevantes de propostas de desenvolvimento antes de decisões fundamentais serem tomadas e de compromissos serem assumidos (IAIA, 1999).

Critérios de avaliação - o que serve para fazer distinções ou escolhas; o que serve para distinguir valores; o que serve de base a um julgamento, razão, raciocínio; condição necessária e sufi ciente (Porto Editora, 2007).

Estratégia - conceito decorrente originalmente da ciência militar e refere-se genericamente ao estudo e planeamento de meios para atingir objetivos políticos. Pode ainda ser entendido como o conjunto de ações consideradas como meios importantes para a consecução de objetivos (Academia das Ciências de Lisboa, 2001). Ainda de acordo com Mintzberg (1994) as abordagens estratégicas em política e planeamento não se destinam a tentar saber o que pode acontecer no futuro, mas sim a tentar planear e guiar ações que constituam caminhos possíveis para um futuro desejável.

Estudo de Impacte Ambiental (EIA) - Documento elaborado pelo proponente no âmbito do procedimento de AIA, que contém uma descrição sumária do projeto identificação e avaliação dos impactes prováveis, positivos e negativos, que a realização do projeto poderá ter no ambiente, a evolução previsível da situação de facto sem a realização do projeto, as medidas de gestão ambiental destinadas a

evitar, minimizar ou compensar os impactos negativos esperados e um resumo não técnico destas informações.

Fatores Ambientais (FA) - Definem o âmbito ambiental relevante, ajustando ao tema, contexto e escala do objeto de avaliação os fatores ambientais legalmente estabelecidos.

Fatores Críticos para a Decisão (FCD) - Constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, estruturam a análise e a avaliação de oportunidades e riscos em AAE, identificam os estudos técnicos necessários a realizar para reunir a informação necessária à decisão. Resultam de uma análise integrada do Quadro de Referência Estratégico, das Questões estratégicas do objeto de avaliação e dos Fatores ambientais. Transferem o conceito de definição do âmbito usado em AIA para um nível estratégico, e dão resposta ao alcance da avaliação ambiental, conforme exigência legal. Desejavelmente, devem ser objeto de participação pública.

Plano Diretor Municipal (PDM) - Plano municipal de ordenamento do território que abrange todo o território municipal e que, com base na estratégia de desenvolvimento local, estabelece a estrutura espacial, a classificação básica do solo, bem como parâmetros de ocupação, considerando a implantação dos equipamentos sociais e desenvolve a qualificação dos solos urbano e rural. Constitui uma síntese da estratégia de desenvolvimento e ordenamento local prosseguida, integrando as opções de âmbito nacional e regional com incidência na respetiva área de intervenção.

Plano Ambiental e de Recuperação Paisagística (PARP) - Documento técnico constituído pelas medidas ambientais e pela proposta de solução para ao encerramento e a recuperação paisagística das áreas de pedreiras exploradas.

Regulamento dos Sistemas Energéticos de Climatização de Edifícios (RSECE) - Instrumento legal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 40/90, de 6 de Fevereiro, que visa melhorar a eficiência energética dos edifícios e reduzir o consumo de energia e as correspondentes emissões de CO₂ do sector dos edifícios como parte do esforço de redução das emissões a envolver todos os sectores consumidores de energia.

10 ANEXOS

10.1 Monumentos, Conjuntos e Sítios classificados

Monumentos, conjuntos e sítios		
Código	Designação	Proteção
Interesse Nacional		
IN1	Pelourinho de Murça	Decreto de 16-06-1910, DG n.º 136, de 23-06-1910
Interesse Público		
IP1	Conjunto formado pela estrada romana e ponte sobre o rio Tinhela	Decreto n.º 8/83, DR n.º 19, de 24-01-1983
IP2	Capela da Misericórdia de Murça	Decreto n.º 735/74, DG n.º 297, de 21-12-1974
IP3	Castro dos Palheiros	Portaria n.º 406/2010, DR, 2ª série, n.º 114, de 15-06-2010

10.2 Elementos não classificados com interesse patrimonial

Código	Designação	Tipo	Freguesia
P1	Abrigo de Vale de Vidre	Abrigo	Jou
P2	Fragas Amarelas	Abrigo	Jou
P3	Castelo de Penabeice	Povoado Fortificado	Jou
P4	Jou / Modorras	Necrópole	Jou
P5	Mamoa dos Borrallheiros	Mamoa	Jou
P6	Castelo de Jou	Povoado Fortificado	Jou
P7	Pedra do Sr. João Baptista - Castelo	Arte rupestre	Jou
P8	Mamoa do Castelo	Mamoa	Jou
P9	Mamoa 1 do Tremedoiro	Mamoa	Jou
P10	Mamoa de Alagoas	Mamoa	Jou
P11	Alto do Picoto 1	Mamoa	Jou
P12	Alto do Picoto 2	Mamoa	Jou
P13	Alto do Picoto 3	Mamoa	Jou
P14	Fortilheiro	Forno	Valongo de Milhais
P15	Mamoa do Parque das Merendas	Mamoa	Valongo de Milhais
P16	Agudinhas	Vestígios diversos	Valongo de Milhais
P17	Souto de Escarão	Povoado fortificado	Carva
P18	Fiolhoso	Necrópole	Fiolhoso
P19	Planalto das Madorras 1	Arte rupestre	Fiolhoso
P20	Planalto das Madorras 2	Vestígios diversos	Fiolhoso
P21	Alto das Madorras 8	Mamoa	Fiolhoso
P22	Alto das Madorras 1	Mamoa	Fiolhoso
P23	Alto das Madorras 4	Mamoa	Fiolhoso
P24	Alto das Madorras 7	Mamoa	Fiolhoso
P25	Castro do Cadaval	Povoado fortificado	Fiolhoso
P26	Castelo dos Mouros - Santuário	Arte rupestre	Fiolhoso
P27	Castro de Castelo dos Mouros	Povoado fortificado	Fiolhoso
P28	Castelo dos Mouros - Calçada	Calçada	Fiolhoso
P29	Castelo dos Mouros - Lagaretas	Lagareta	Fiolhoso
P30	Lagar dos Mouros 3	Lagar	Murça
P31	Lagar dos Mouros 2	Lagar	Murça
P32	Lagar dos Mouros 4	Lagar	Murça
P33	Lagar dos Mouros 1	Lagar	Murça
P34	Porca de Murça	Achado isolado	Murça
P35	São Bartolomeu	Povoado	Palheiros
P36	Sobredo	Achado isolado	Palheiros
P37	Lagar e habitat do Salto 1	Lagar	Palheiros
P38	Estirada	Povoado	Palheiros

Código	Designação	Tipo	Freguesia
P39	Salto	Povoado fortificado	Palheiros
P40	Jou / Modorras	Necrópole	Palheiros
P41	Mamoá da Senhora dos Montes	Mamoá	Candedo
P42	Castelo da Sobreira	Castelo	Candedo
P43	Castelo de Porrais/Alto do Castelo	Povoado Fortificado	Candedo
P44	Caldas do Carlão	Achado isolado	Candedo
P45	Via de Caldas do Carlão	Via	Candedo
P46	Ponte de Caldas de Carlão	Ponte	Candedo

10.3 Ponderação dos pareceres das entidades consultadas

No quadro que se segue estão descritas as recomendações resultantes da consulta às entidades com responsabilidades em matérias ambientais e a ponderação realizada pela equipa.

Entidade	Data	Recomendações	Ponderação da Equipe
CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte	24-07-2009	(...) o Relatório Ambiental é uma das peças que deverá acompanhar o PDM, pelo que esta referência deveria constar na elencação (...)	Atendeu-se ao sugerido
		(...) o Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC) deveria ter sido considerado na construção do QRE	Atendeu-se ao sugerido
		(...) tendo em conta a importância da superfície florestal, considera-se que deveria ainda ser ponderado o Plano Municipal da Floresta Contra Incêndios (PMDFCI)	Atendeu-se ao sugerido
		no ponto 6.4 <i>Critérios de avaliação e indicadores</i> (Pag.33) conviria esclarecer o sentido do 3º parágrafo no contexto do PDM em causa, já que não temos conhecimento de outra proposta de definição de âmbito	Sem comentários
		Relativamente aos indicadores apresentados (...) deverão estar inequivocamente associados aos objetivos de sustentabilidade, de modo a que facilmente se apreendam as tendências de evolução. (...)9 o indicador identificado para o critério <i>Paisagem</i> (FCD <i>Recursos Territoriais</i>) não permite aferir a concretização do objetivo associado. (...)9 na definição dos indicadores (...) estes deverão ser facilmente mensuráveis e representativos (...) para o critério <i>Atividades económicas</i> sugere-se a inclusão (...) taxa de ocupação da zona industrial (...) critério <i>Ruído</i> consideração de indicador que permita identificar situações de incumprimento/conflito dos níveis definidos com os usos estipulados previstos (...)	Atendeu-se ao sugerido, retirando e incluindo indicadores tendo em conta a informação disponível por forma a que o RA fosse conciso e focalizado
		(...) no desenvolvimento do RA deverão ser distinguidos "indicadores de avaliação" de "indicadores de monitorização/seguimento", sendo que estes últimos se deverão reportar a aspetos que efetivamente se espera que variem durante a vigência do PDM (...)	A avaliação ambiental estratégica nesta já inclui a componente de avaliação, síntese, conclusões e diretrizes